

SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DO

RIO GRANDE DO SUL

- Análise de alguns aspectos -

Gabinete de Administração e Planejamento

- 1960 -

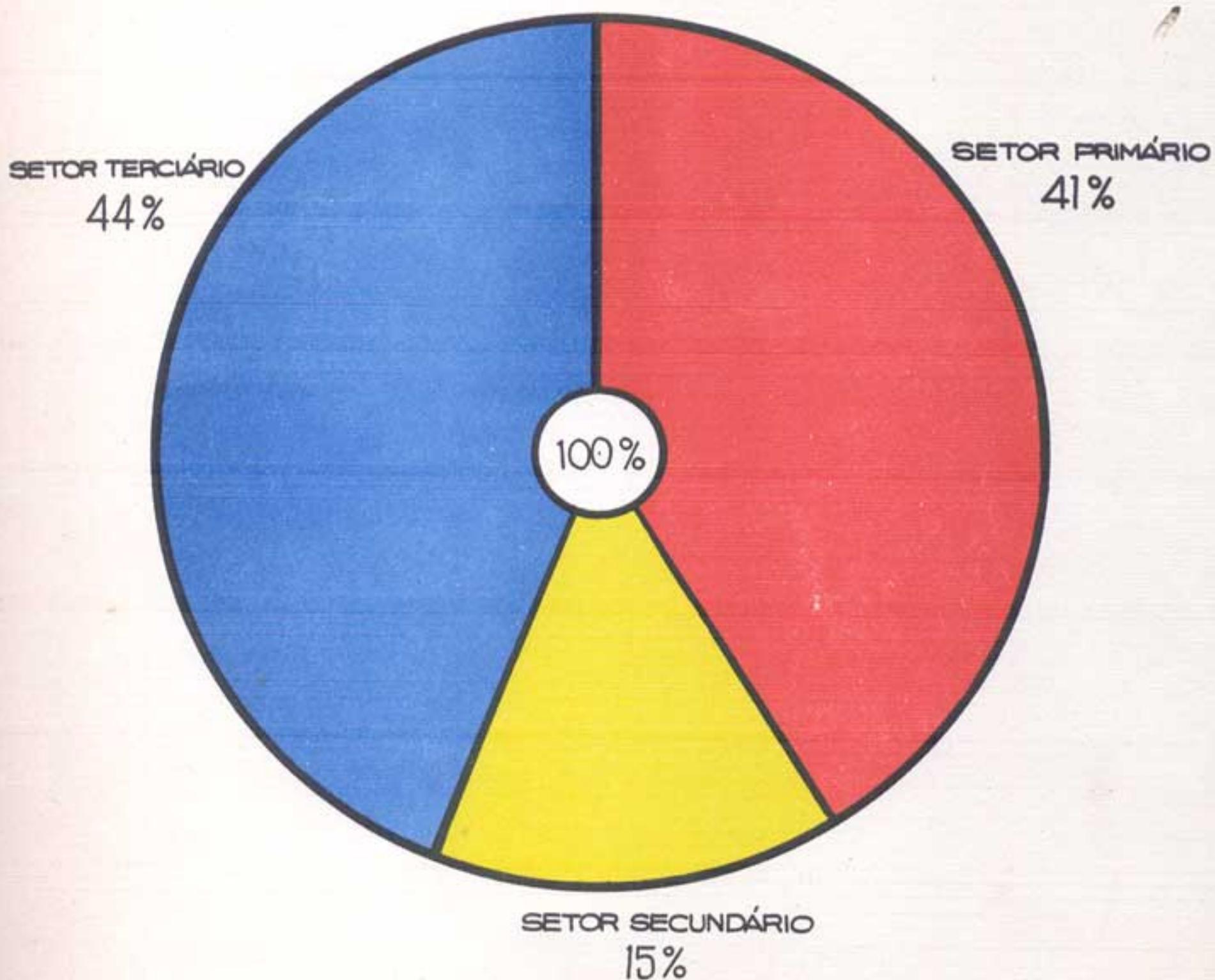
Este ligeiro estudo tem por objetivo descrever certos aspectos da atual situação econômica do Rio Grande do Sul e de alguns de seus reflexos sobre as finanças do Estado. Representa um apanhado parcial de um fato que vem preocupando os círculos governamentais e as classes produtoras, e reclamando uma investigação de profundidade.

O Governo do Estado sentiu, nos poucos meses de suas atividades, os efeitos de uma estagnação e de um processo de empobrecimento do Rio Grande do Sul. Todas as suas atenções, que deveriam se voltar para a promoção do desenvolvimento econômico, foram absorvidas em atender os reclamos, apelos e recriminações, reveladoras de perturbações de nossa vida econômica.

Estes sintomas intensificaram-se ao ponto de frustrar muitas das intenções e iniciativas do Governo do Estado. Ora era a indústria que reclamava crédito; ora eram empresas industriais que, impotentes para enfrentar o problema, cerravam suas portas. Logo após, era a agricultura que postulava maiores recursos financeiros e reivindicava melhores preços para seus produtos; mais adiante, eram os próprios estabelecimentos bancários, que expressavam sua preocupação ante a carência de meios financeiros para ocorrer às solicitações normais de crédito. De um lado, era o aumento do desemprego, em proporções que inquietavam o Poder Público; de outro lado, eram, ainda, os agricultores, que pleiteavam medidas para o imediato barateamento de sua produção, cujos preços não poderiam competir no mercado internacional. Todas estas perturbações se refletiam no movimento portuário, em contínuo decréscimo, e, com maior intensidade, nas finanças estaduais, com a acumulação de dívidas. Enfim, todos os setores da atividade econômica mostravam-se insatisfeitos, formando um rosário de reivindicações.

Neste sentido, o Governo do Estado resolveu determinar a realização de estudos de conjunto para conse-

# Distribuição da **RENDIA TERRITORIAL**



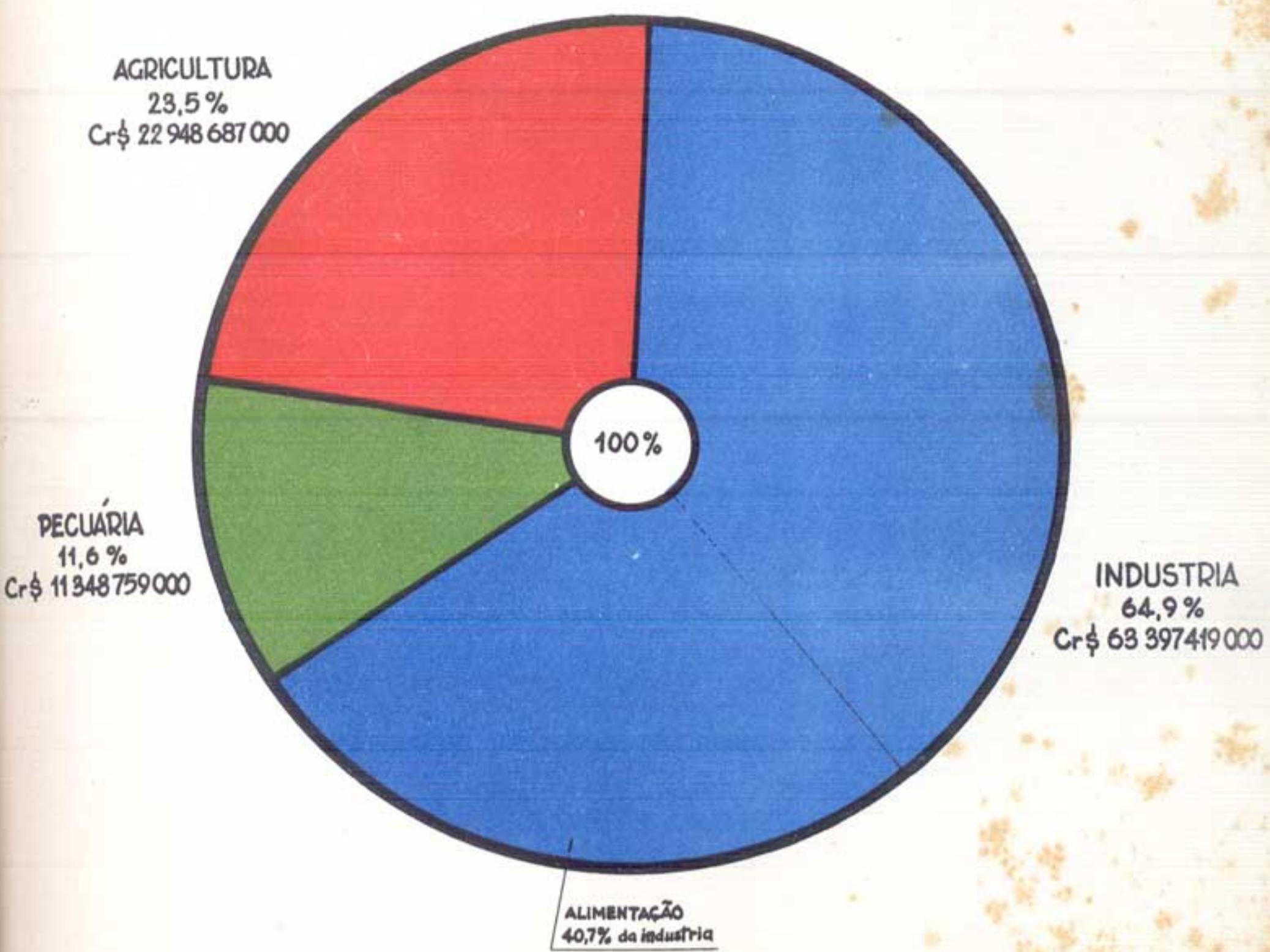
**ESTIMATIVA PARA 1957 · FGV**

elaborado no G.A.P

guir diagnosticar as causas profundas desses sintomas. Para tanto, está mobilizando tôdas as possibilidades de estudos e pesquisas ao seu alcance, recorrendo aos seus colaboradores imediatos, às entidades privadas e à Universidade. Estas investigações continuam sendo a preocupação principal do Governo do Estado, porque, só pela pesquisa continuada e ininterrupta, poder-se-á conhecer um número cada vez maior das relações e inter-relações causais que formam a complexidade sócio-econômica.

# PRODUÇÃO GERAL

## 1958



## TENDÊNCIA DA PRODUÇÃO RIOGRANDENSE

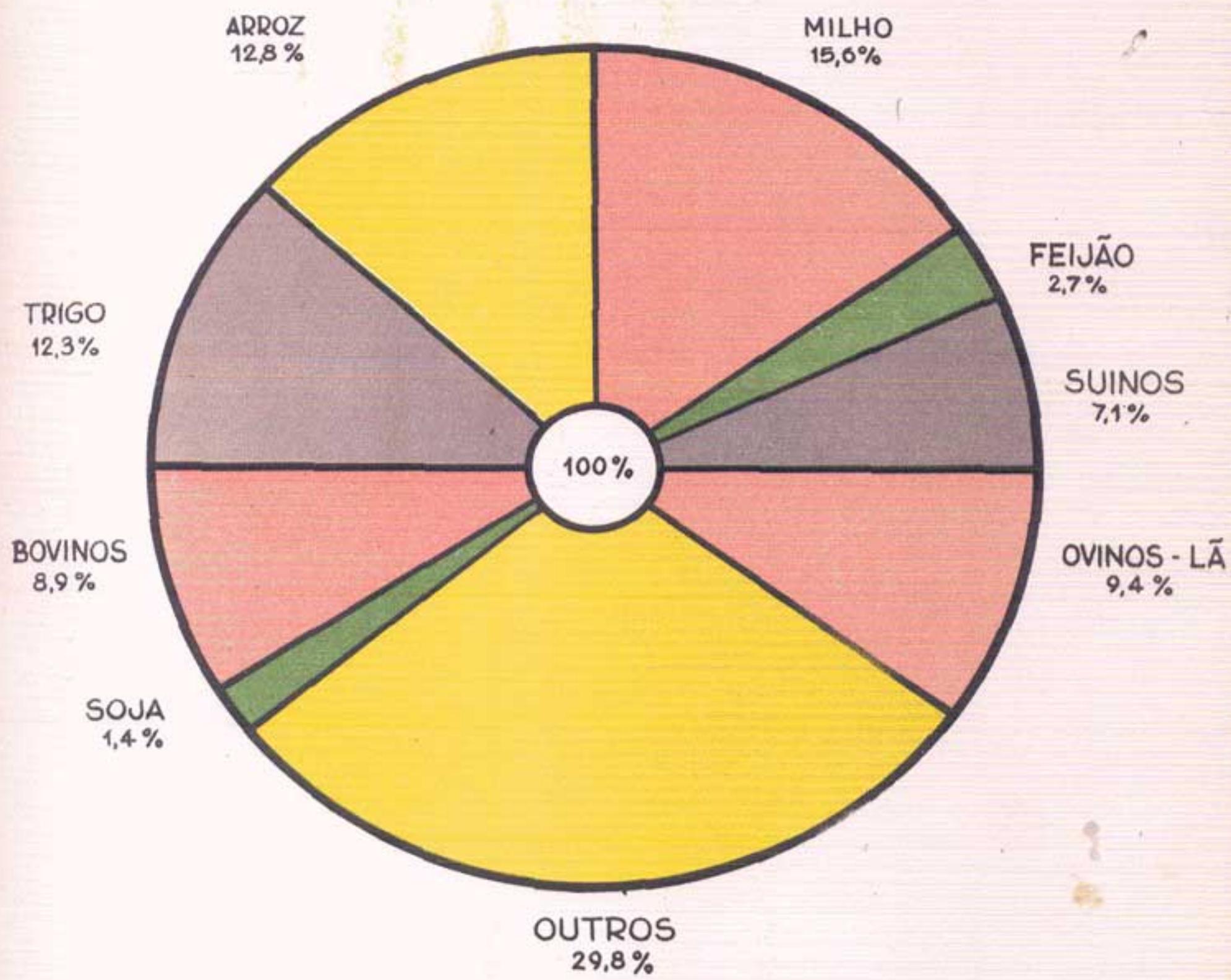
Um estudo dessa natureza talvez devesse partir da análise da renda territorial, determinando a contribuição de cada setor ao produto regional e a tendência de seu crescimento. Mas uma investigação desta envergadura requer múltiplos e complexos levantamentos que, embora estejam sendo realizados, inclusive por técnicos do Governo do Estado, não podem ainda refletir com segurança a real situação da economia gaúcha.

Em 1957, a formação da renda territorial rio-grandense, segundo as estimativas da Fundação Getúlio Vargas e a distribuição da população ativa pelos diversos setores era a seguinte:

SETORES DA ECONOMIA (*)	DISTRIBUIÇÃO POPULAÇÃO ATIVA	FORMAÇÃO DA RENDA
Setor primário	58%	41%
Setor secundário	14%	15%
Setor terciário	28%	44%

- (\*) Setor primário - agricultura, pecuária e avicultura, indústria extrativa vegetal, caça e pesca.
- Setor secundário - indústria extrativa mineral e indústria de transformação.
- Setor terciário - comércio, transporte, governo, profissões liberais, atividades sociais e serviços domésticos remunerados.

# Distribuição da PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 1958



(8 produtos - cerca de 70%)

Excluindo, de cada setor, o consumo intermediário, deixando somente o que agregam, tem-se a seguinte distribuição, que expressa a contribuição de cada um para a formação da renda: (gráfico nº 1)

Setor primário . . . . .	41%
Setor secundário . . . . .	15%
Setor terciário . . . . .	44%

A descrição da economia riograndense será feita pois através da produção nos setores primários, abrangendo a agricultura e a pecuária, e no setor secundário representado pela indústria.

Examinar-se-á somente a produção dos setores primário e secundário. O setor terciário não será considerado, não só pela dificuldade do levantamento (os dados ainda em estudo são provisórios), mas, também, pela falta de dados mais atualizados.

Considerando o valor da produção dos setores primário e secundário ter-se-á, para o ano de 1958, a distribuição percentual expressa no gráfico nº 2:

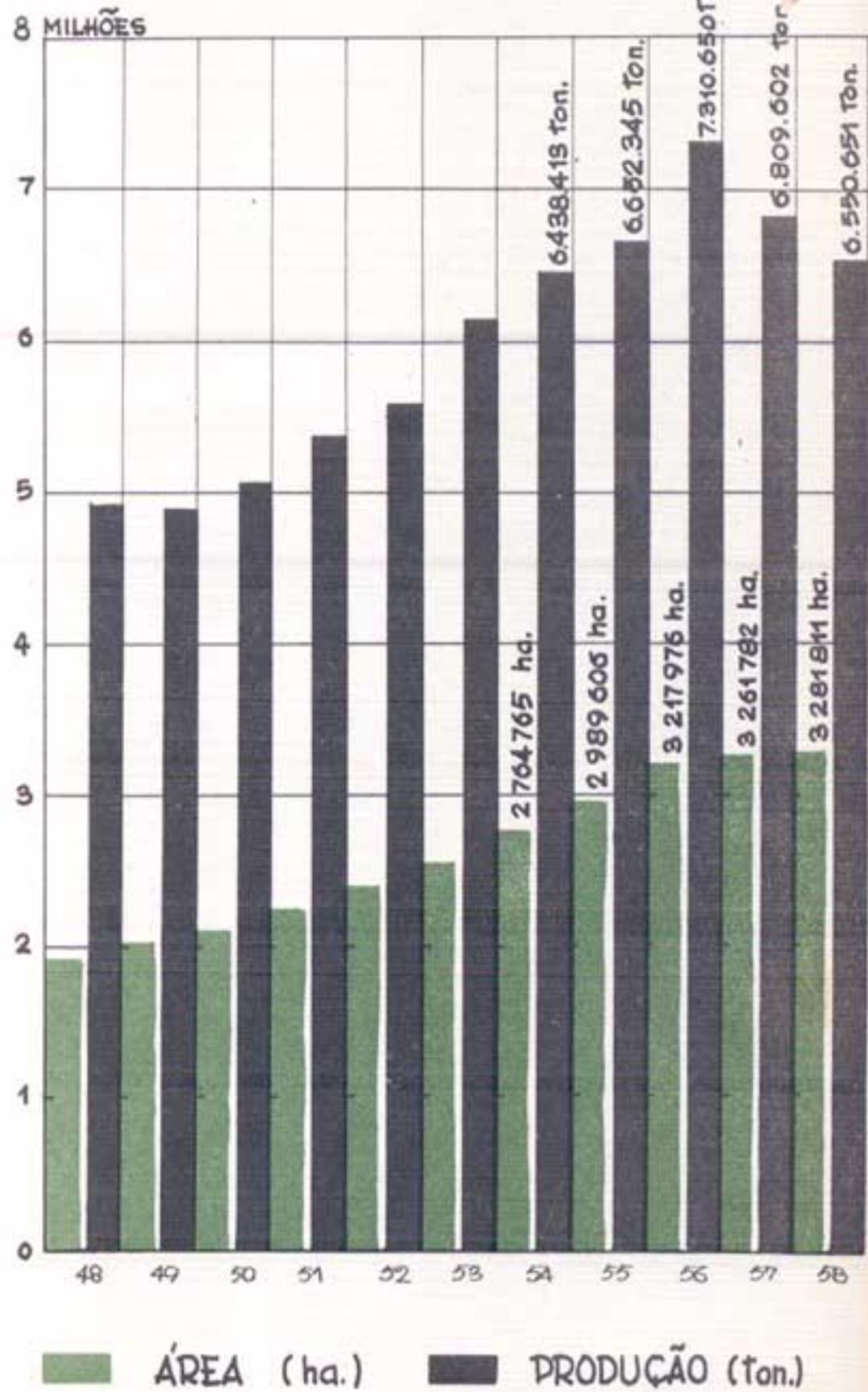
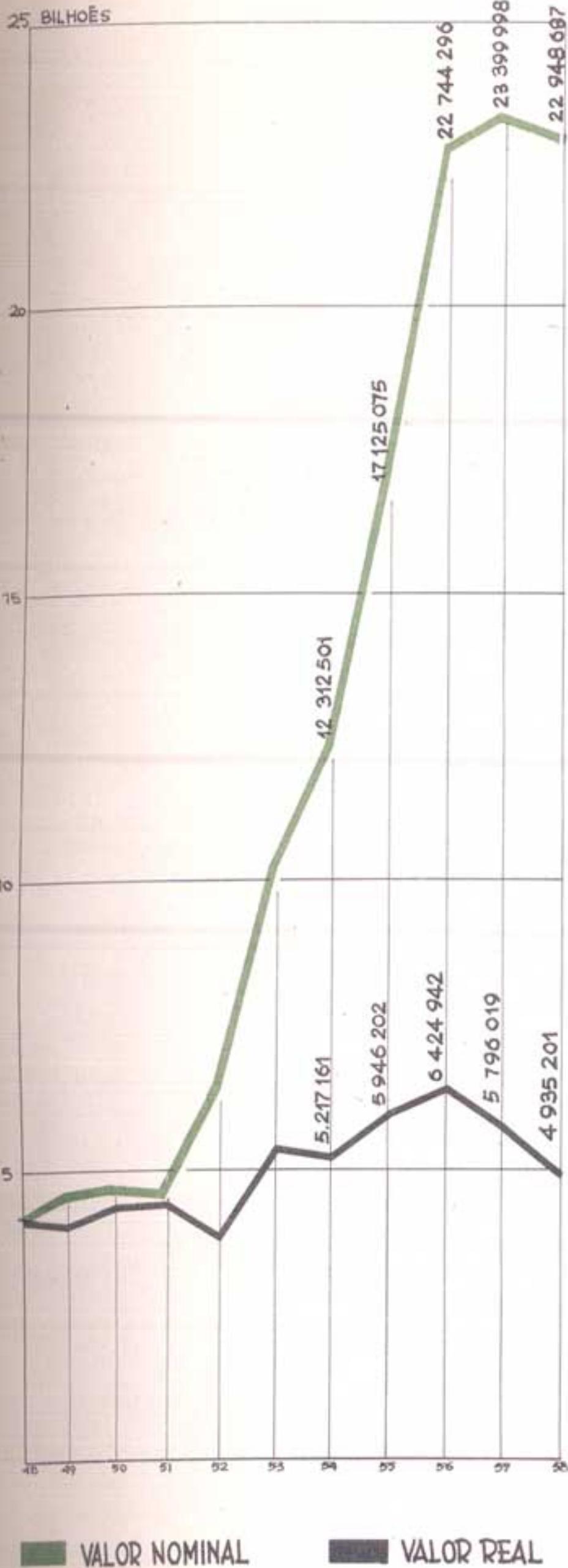
Produção agrícola . . . . .	23,5%
Produção pecuária . . . . .	11,6%
Produção industrial . . . . .	64,9%

### Produção Agro-Pecuária

A produção agro-pecuária distribui-se, segundo o gráfico nº 3, no qual 8 produtos representam cerca de 70% do total. Nesse gráfico faz-se, assim, referência aos produtos de maior significação econômica, deixando de incluir entre os principais produtos a mandioca e a batata inglesa, que, em valor, superam a produção de soja, mas que são largamente consumidos nas próprias fontes de produção.

De acordo com este critério, 70,2% da produção agro-pecuária de 1958 estaria representada pelos seguintes produtos:

# Produção AGRÍCOLA



Milho . . . . .	15,6%
Arroz . . . . .	12,8%
Trigo . . . . .	12,3%
Lã . . . . .	9,4% (produtos ovinos)
Produção bovina .	8,9%
Produção de sui- nos . . . . .	7,1%
Feijão . . . . .	2,7%
Soja . . . . .	1,4%

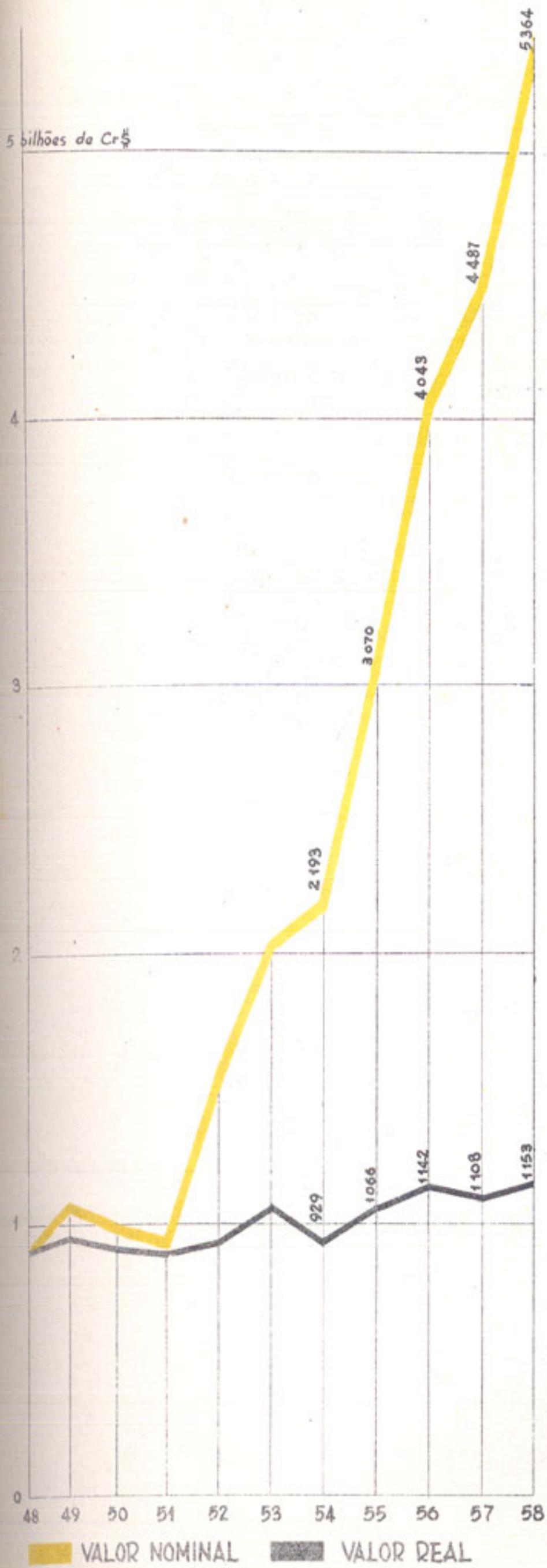
### Produção Agrícola

A tendência da produção agrícola, no período 1948/58, está expressa no gráfico nº 4, onde se acham reproduzidas as curvas representativas dos valores nominal e real, bem como os dados relativos à produção em tonelagem e à área cultivada. Observa-se, primeiramente, um aumento constante da área cultivada até o ano de 1956, tendendo, a partir desse ano, para um crescimento inferior ao observado nos anos anteriores.

No que toca, porém, à produção em tonelagem, verifica-se a mesma tendência ascensional registrada na área cultivada até 1956, acusando acentuadas quedas nos anos seguintes (1957/58).

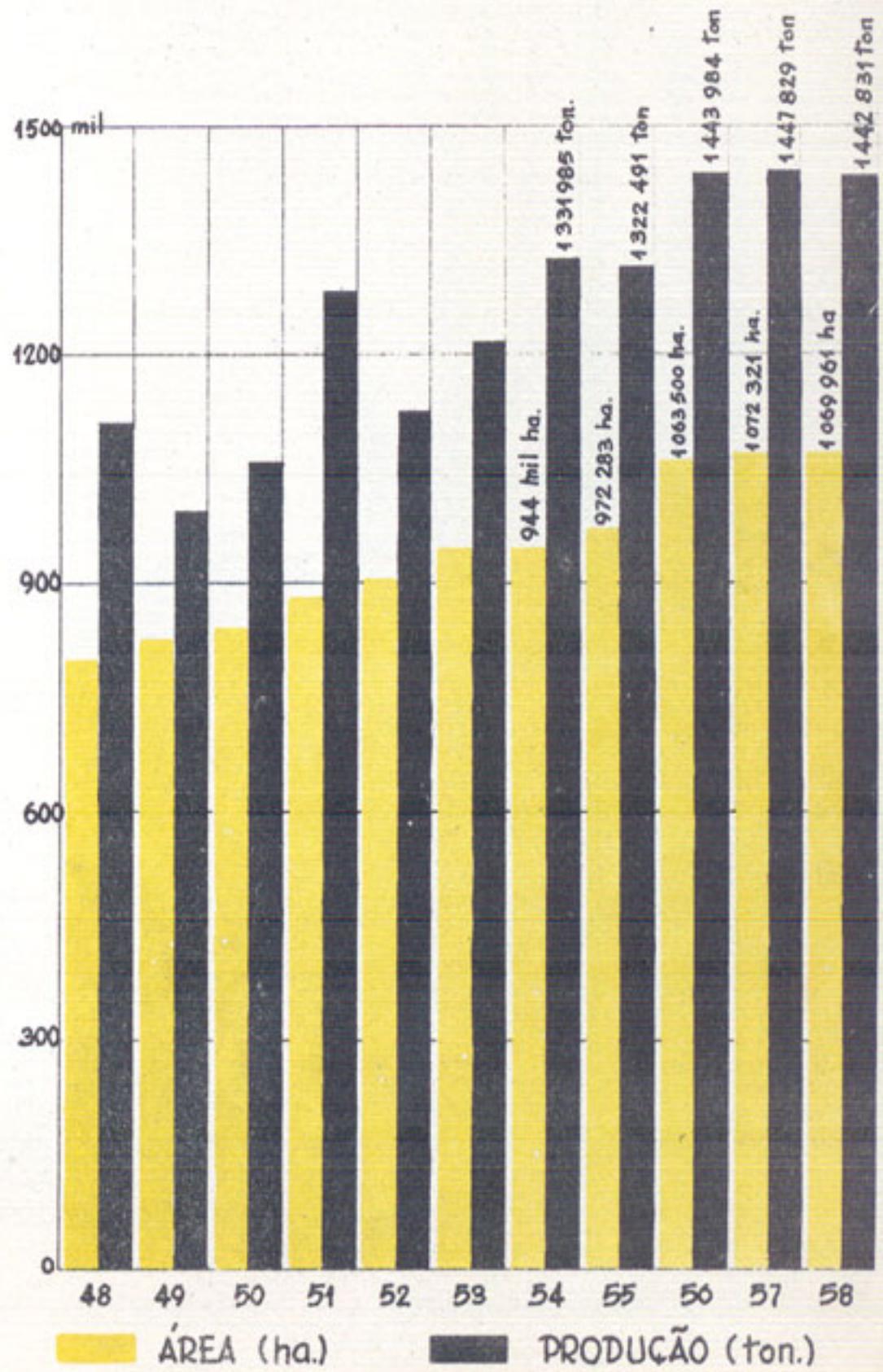
Convém acentuar que, nestes dois últimos anos, houve um forte decréscimo de rendimento médio, posto que, enquanto a área cultivada manteve-se estabilizada, a produção em tonelagem decaiu. Verifica-se, também, o comportamento do valor nominal da produção: mais ou menos constante no período de 1948 a 1951; elevação considerável até 1956; pequeno acréscimo em 1957 e queda em 1958. De outro lado, o comportamento do valor da produção agrícola, a preços constantes de 1948 revela uma relativa estabilidade de 1948 a 1952; ligeiro acréscimo de 1953 até 1956, com exclusão do ano de 1954, e, daí por diante, um decréscimo bastante acentuado.

É relevante assinalar que, nos anos de 1957 e 1958, se verificaram os menores índices de rendimento médio tonelada/hectare em todo o período considerado, e



# MILHO

*produção*



que, também nos anos de 1955 e 1956, o rendimento médio foi inferior ao dos anos anteriores.

Examinemos agora o comportamento dos 8 principais produtos agro-pecuários:

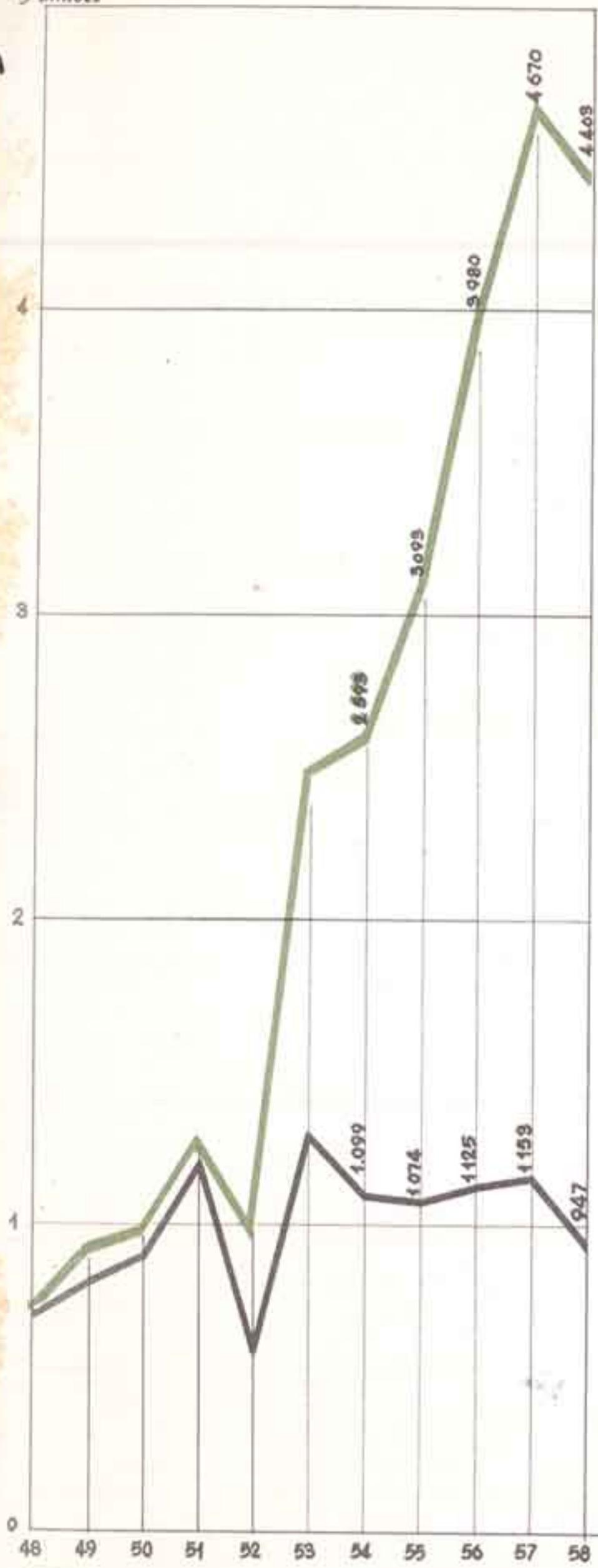
O gráfico representativo da produção de milho revela uma estagnação bem significativa - entre recuos e avanços alcançou, de 1948 a 1955, um aumento total de 11% em 1956, experimentou uma expansão de 10%, estacionando, a partir desse último ano, até 1958. Segundo dados já levantados em 1959, o nível da produção não se alterou, conservando-se também estável o rendimento médio por hectare. O mesmo fenômeno de baixo crescimento dessa cultura no último quadriênio é realçado pela curva do valor real.

A cultura do arroz acusou um aumento bem significativo até 1954. A área plantada foi acrescida de 35% no período de 1948 a 1954, ao passo que a produção em tonelagem cresceu de 78% em igual período, revelando aumento, tanto de produção como de rendimento médio por hectare.

A partir daquele último ano ocorreu no entanto tendência inversa: - queda de rendimento médio em todo o período, e redução da área plantada a partir do último triênio. No ano de 1955, embora tenha havido aumento de área plantada, que foi a maior de todo o período, a produção decaiu em relação ao ano anterior, e, nos demais anos (1956/1958), verificaram-se colheitas inferiores à de 1954 com rendimento médio inferior. É interessante ressaltar que, tanto o valor nominal como o real decresceram no ano de 1958, o mesmo devendo ter ocorrido em 1959. A curva do valor real indica-nos uma tendência descensional desta produção a partir do ano de 1953, com características de maior gravidade a partir de 1957.

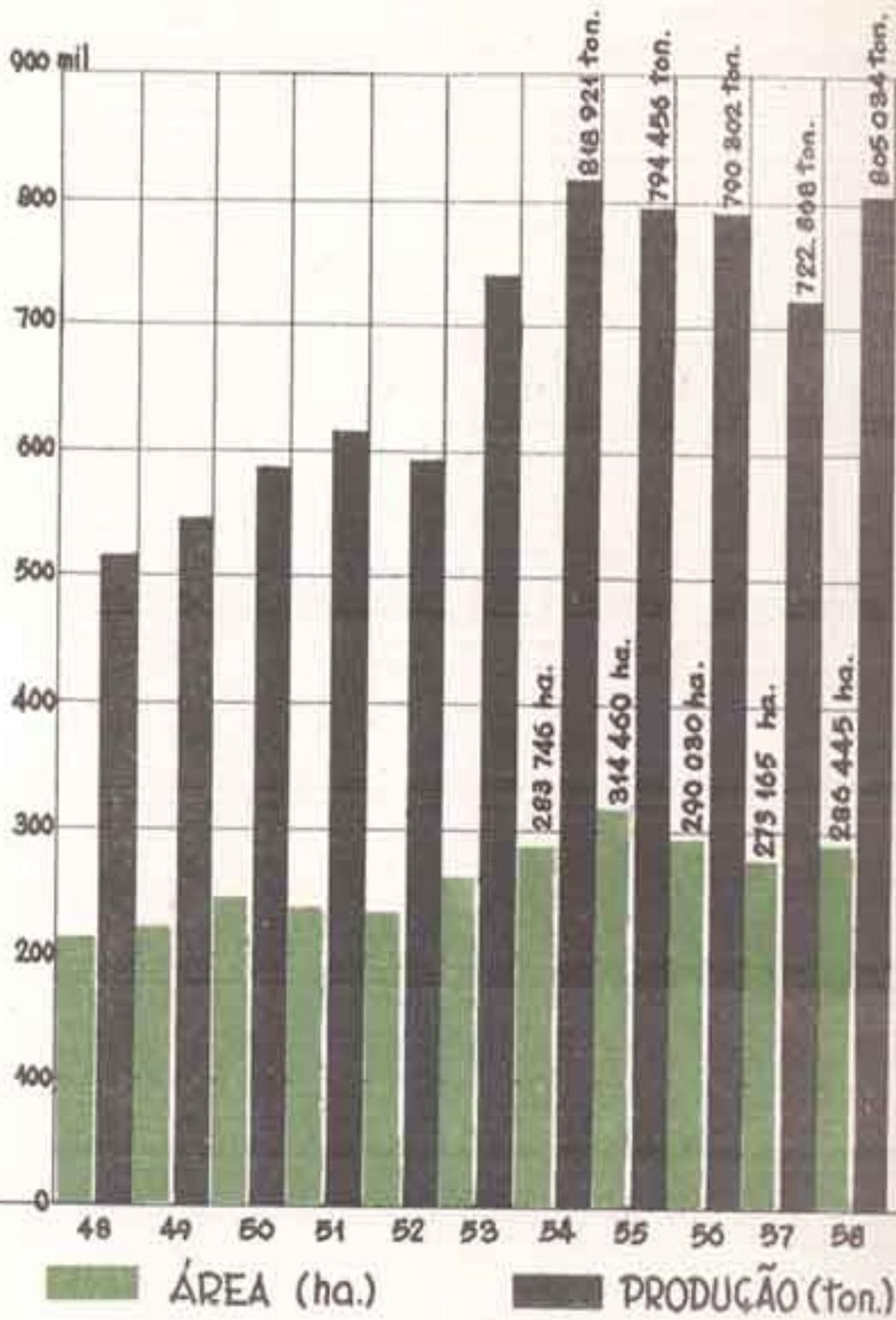
A produção de trigo, uma das mais importantes da economia riograndense, é a que vem sofrendo, nos últimos tempos, a mais séria crise. De 1948 até 1956 houve um extraordinário crescimento da área plantada, e a pequena redução verificada em 1957 não chegou a anular essa tendência de aumento, tanto que, em 1958 se registrou o maior índice de crescimento de todo o período. No entanto a produção, que acompanhou a evolução da área cultivada até o ano de 1956, passou a acusar uma acentuada e constante queda, reduzindo-se, nos anos de 1958 e 1959, a

5 bilhões



# ARROZ

produção



VALOR NOMINAL VALOR REAL

ÁREA (ha.) PRODUÇÃO (ton.)

mais de 50% da colheita relativa a 1956. Mesmo no que toca ao valor nominal, perdeu muito de expressão a produção de trigo, reduzindo-se de 7,4 para 4,2 bilhões de cruzeiros.

É oportuno ressaltar que, mesmo nas condições de baixo rendimento em que se encontra a lavoura riograndense, a produção de trigo é altamente vantajosa para a economia nacional. Ao preço de Cr\$ 840,00 o sacco de 60 quilos fixado para a safra corrente, e a base do preço internacional de US\$ 75,00 a tonelada, a produção de trigo no país poupa dólares ao custo de Cr\$ 188,00.

Nesta base, em cada 13,30 quilos de trigo produzido, a Nação poupa um dólar de Cr\$ 188,00, o qual, na pior das hipóteses ao câmbio na categoria geral, dará como lucro à Nação o valor das tarifas, se este dólar for utilizado para importação.

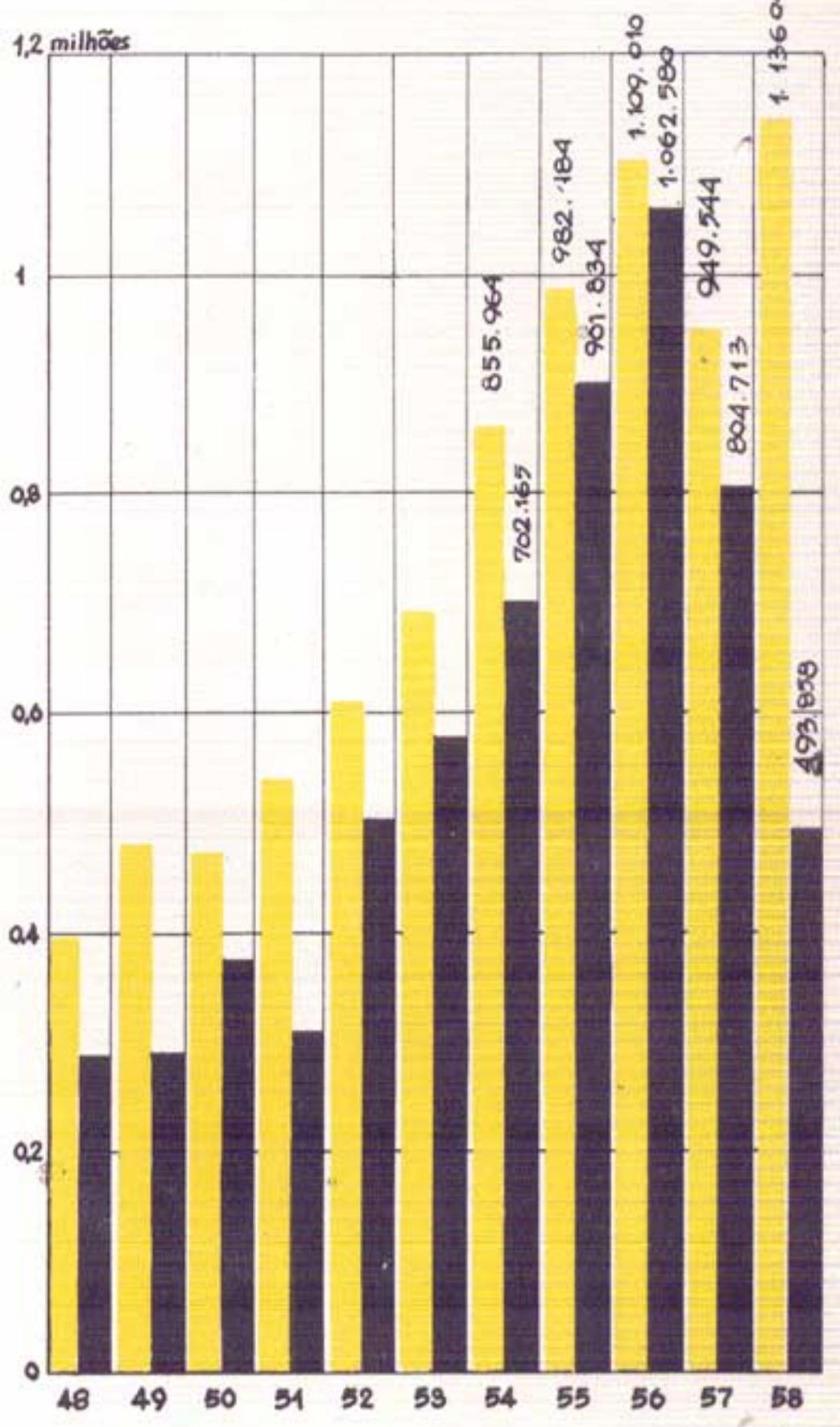
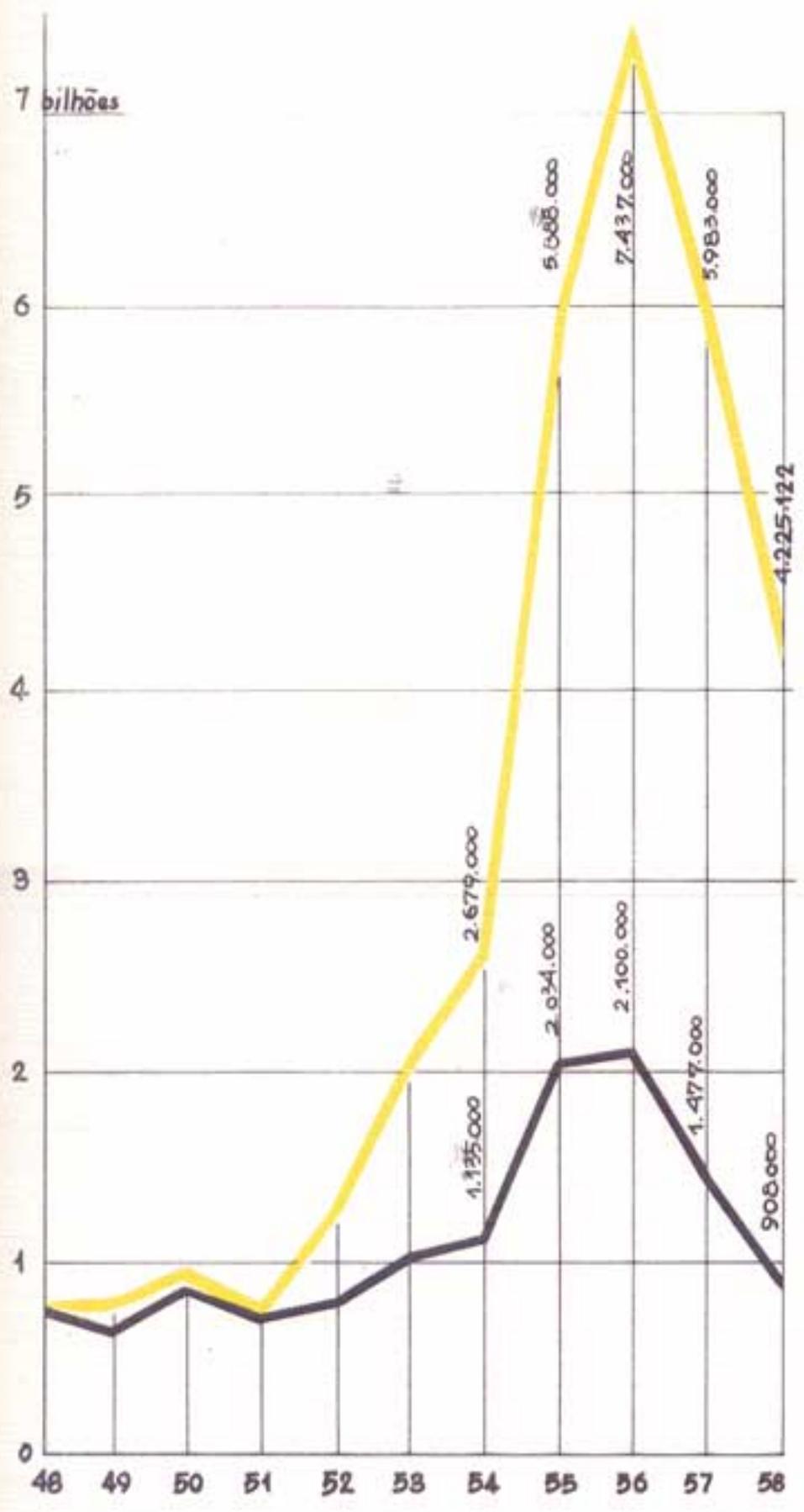
A produção de lã é, dentre os 8 produtos examinados, a única que apresenta tendência ascensional constante até 1958, embora tenha se verificado, no ano de 1959, uma acentuada queda em razão de fatores climáticos (gráfico nº 8). As enchentes de 1959 produziram um efeito desastroso para os rebanhos ovinos do Estado, cujos reflexos ainda se farão sentir por alguns anos se não forem tomadas medidas urgentes de amparo aos criadores, oferecendo-lhes assistência financeira e técnica. Deve-se ressaltar que não obstante o crescimento físico da produção, a curva do valor real revelou uma tendência descensional a partir do ano de 1953.

A produção física de bovinos (gráfico nº 9) revela uma tendência crescente até o ano de 1952, decaindo daí por diante, com menor expressão no ano de 1957. Verifica-se, entre pequenos recuos e avanços, a estabilização do valor real da produção a partir do ano de 1949.

Quanto ao que diz respeito à produção de suínos, cabe assinalar uma linha tendencial ascendente até 1953, retraimento e estagnação nos anos de 1954 a 1956, e maiores índices de crescimento nos anos de 1957 a 1958 (gráfico nº 10). A curva do valor real, entretanto, revela uma ligeira queda a partir de 1952 até 1955 e certa estabilização até 1957, com pequena reação em 1958. Convém ressaltar que a produção do ano de 1959, segundo dados ainda provisórios, foi mais significativa.

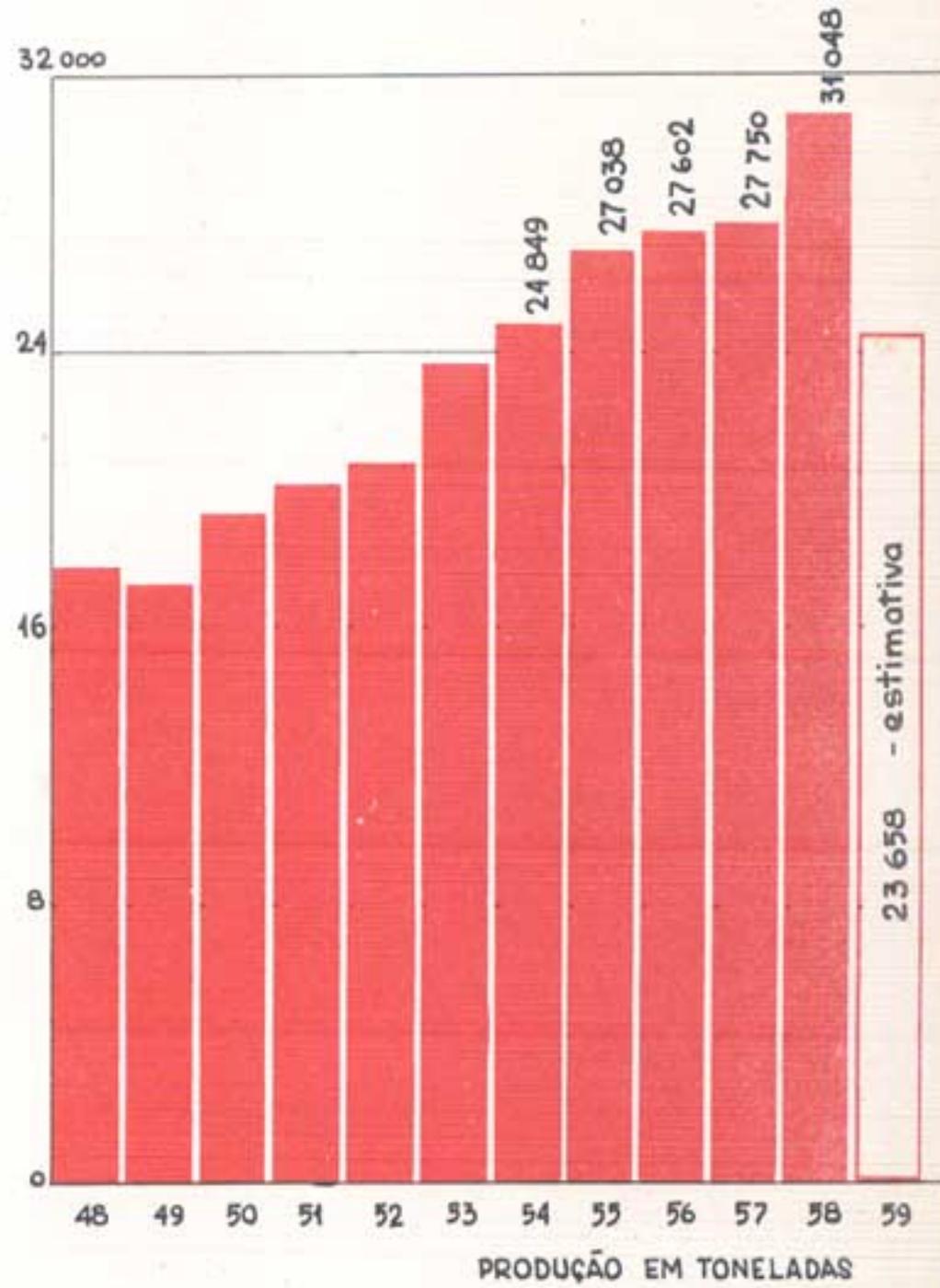
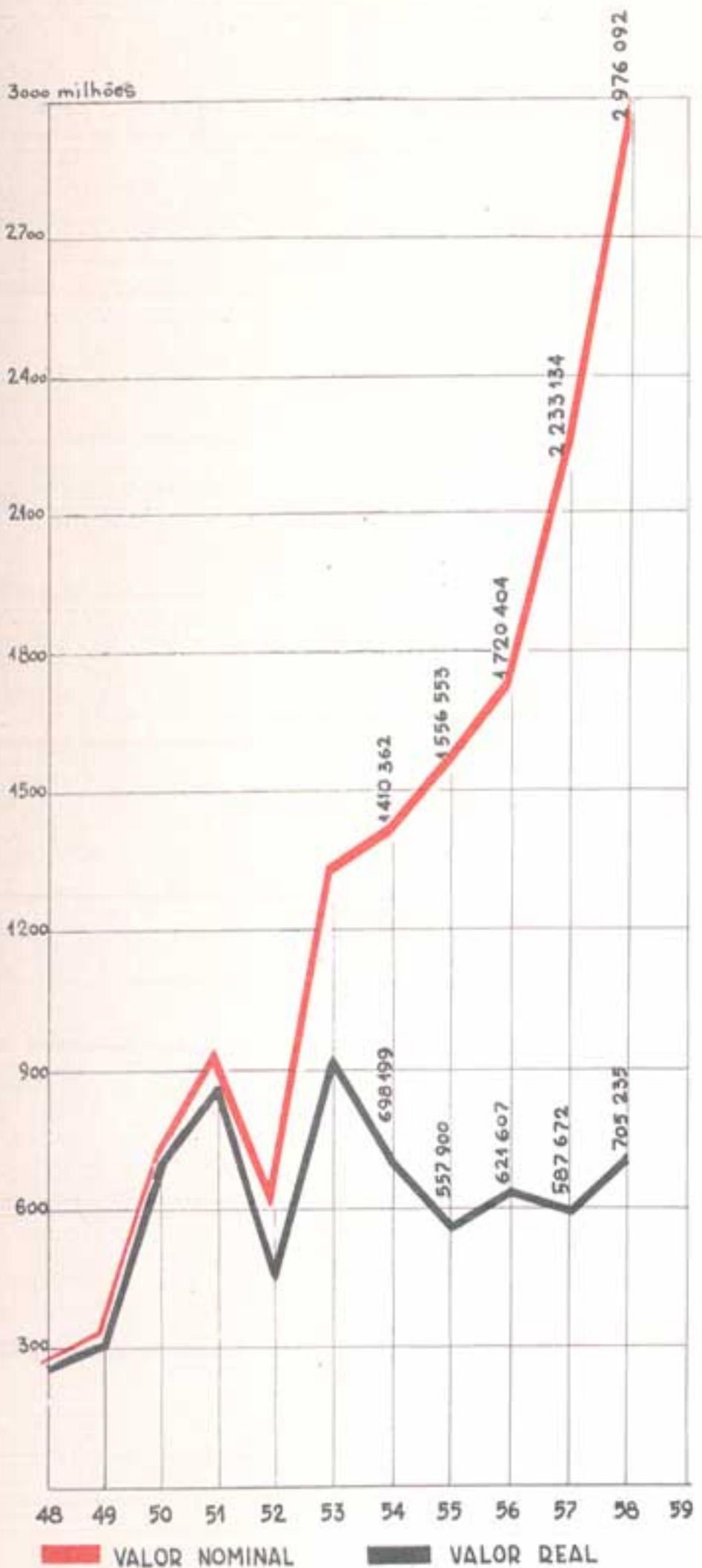
# TRIGO

produção



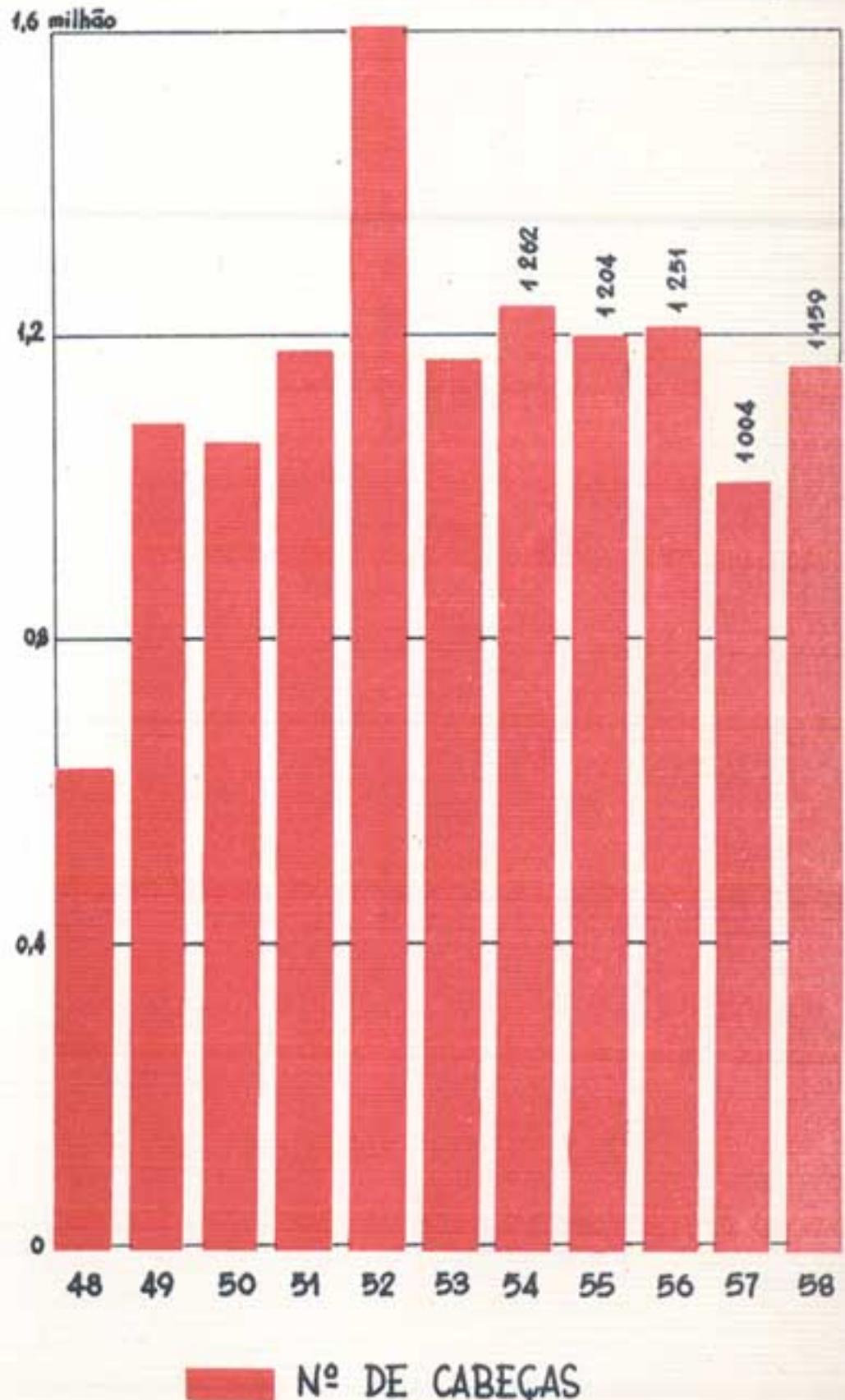
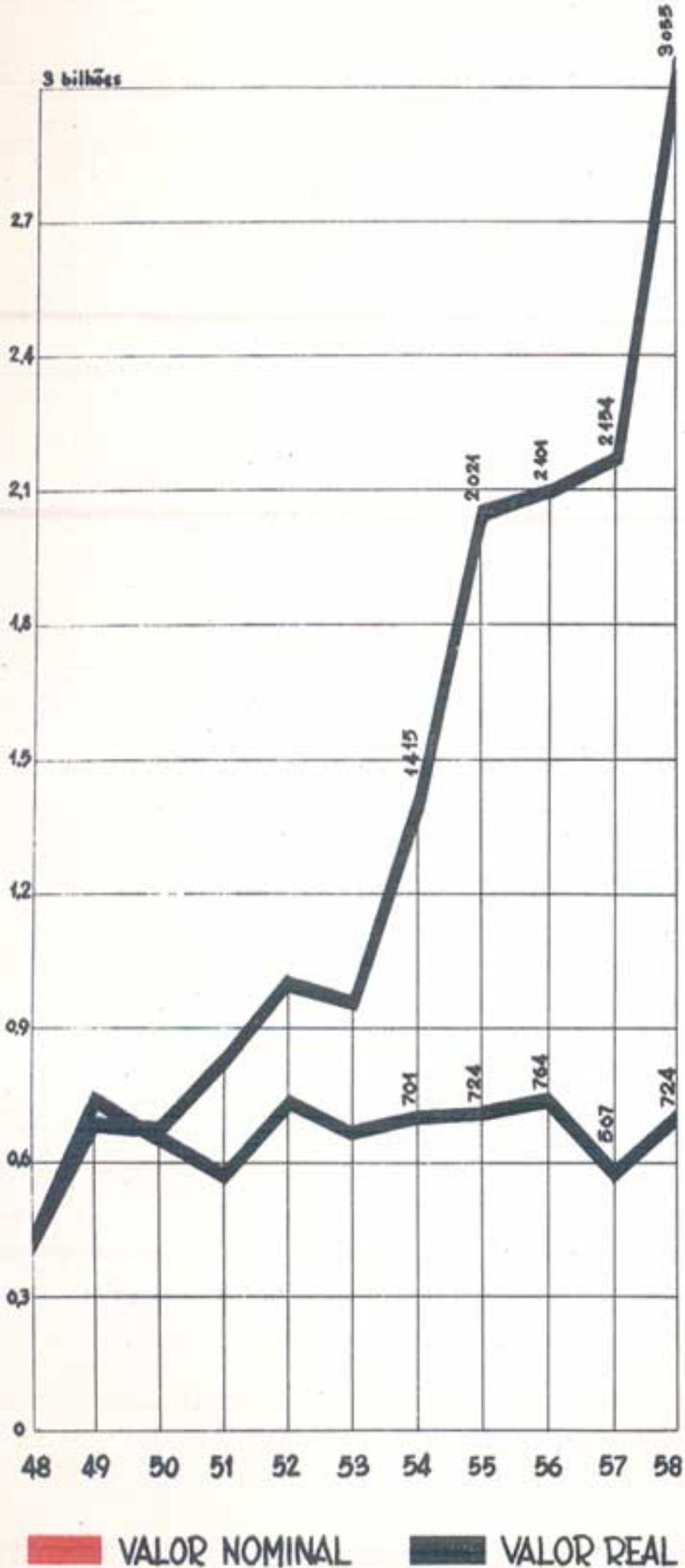
VALOR NOMINAL VALOR REAL

ÁREA (ha.) PRODUÇÃO (ton.)



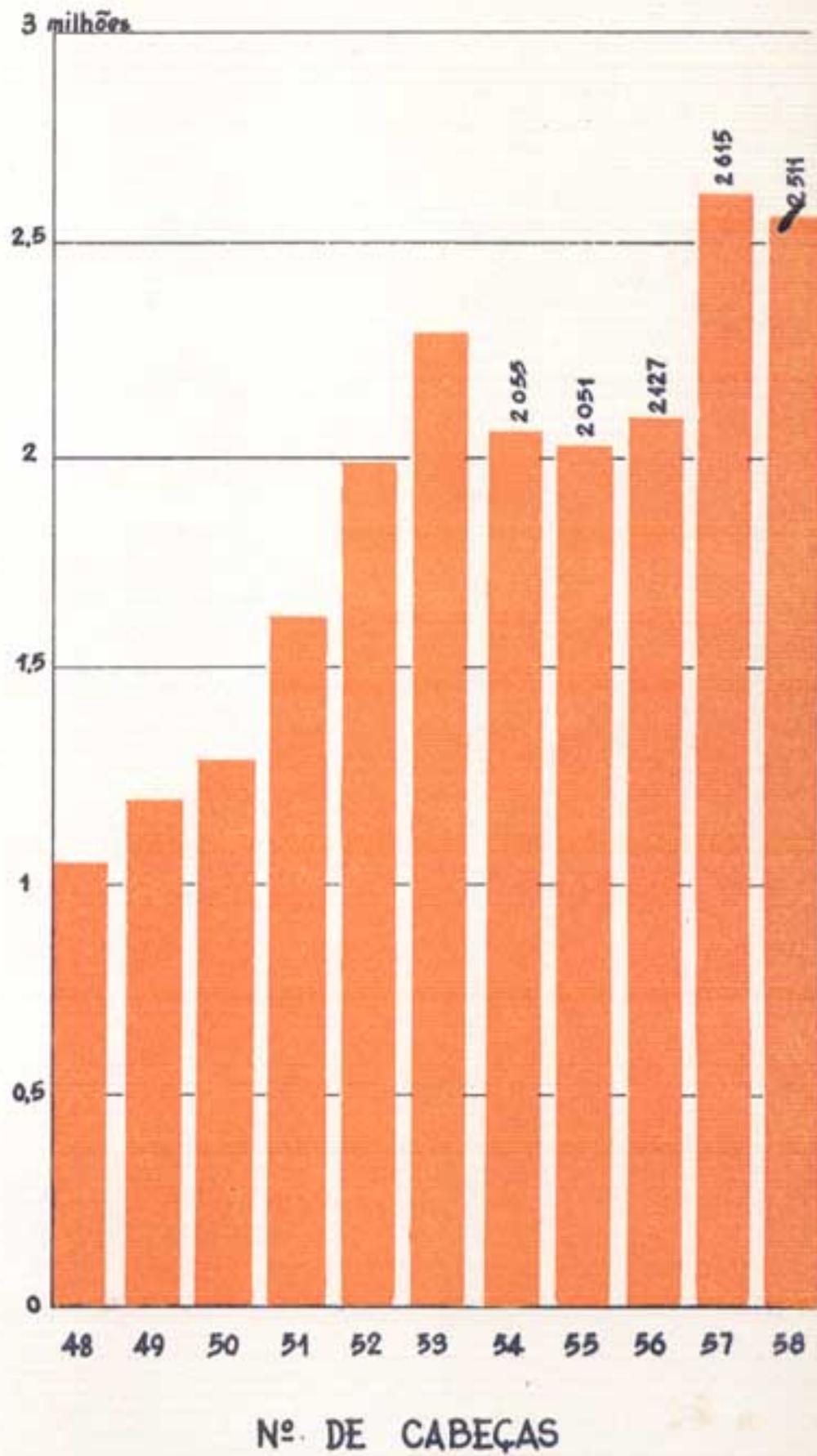
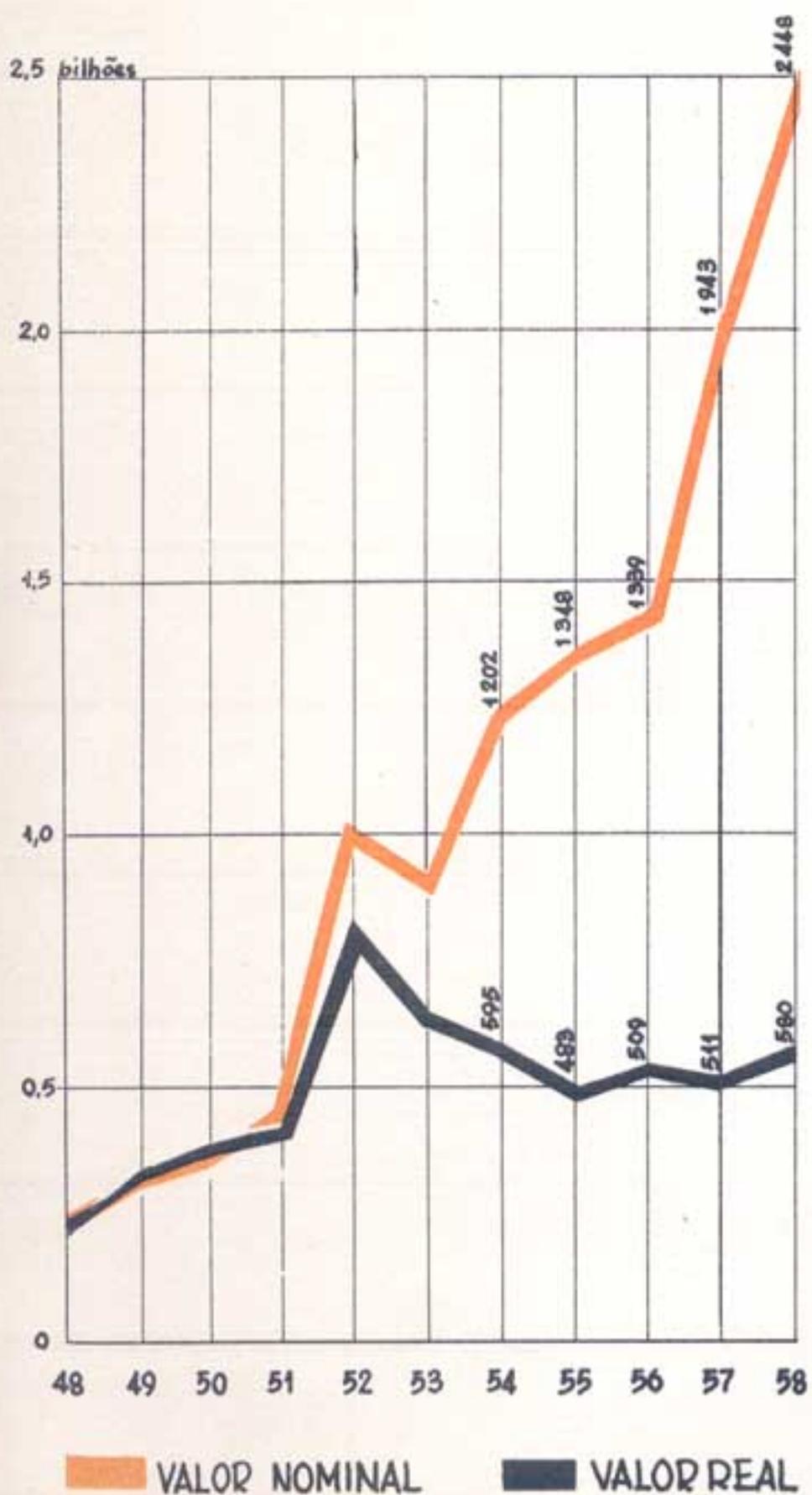
# BOVINOS

*produção*



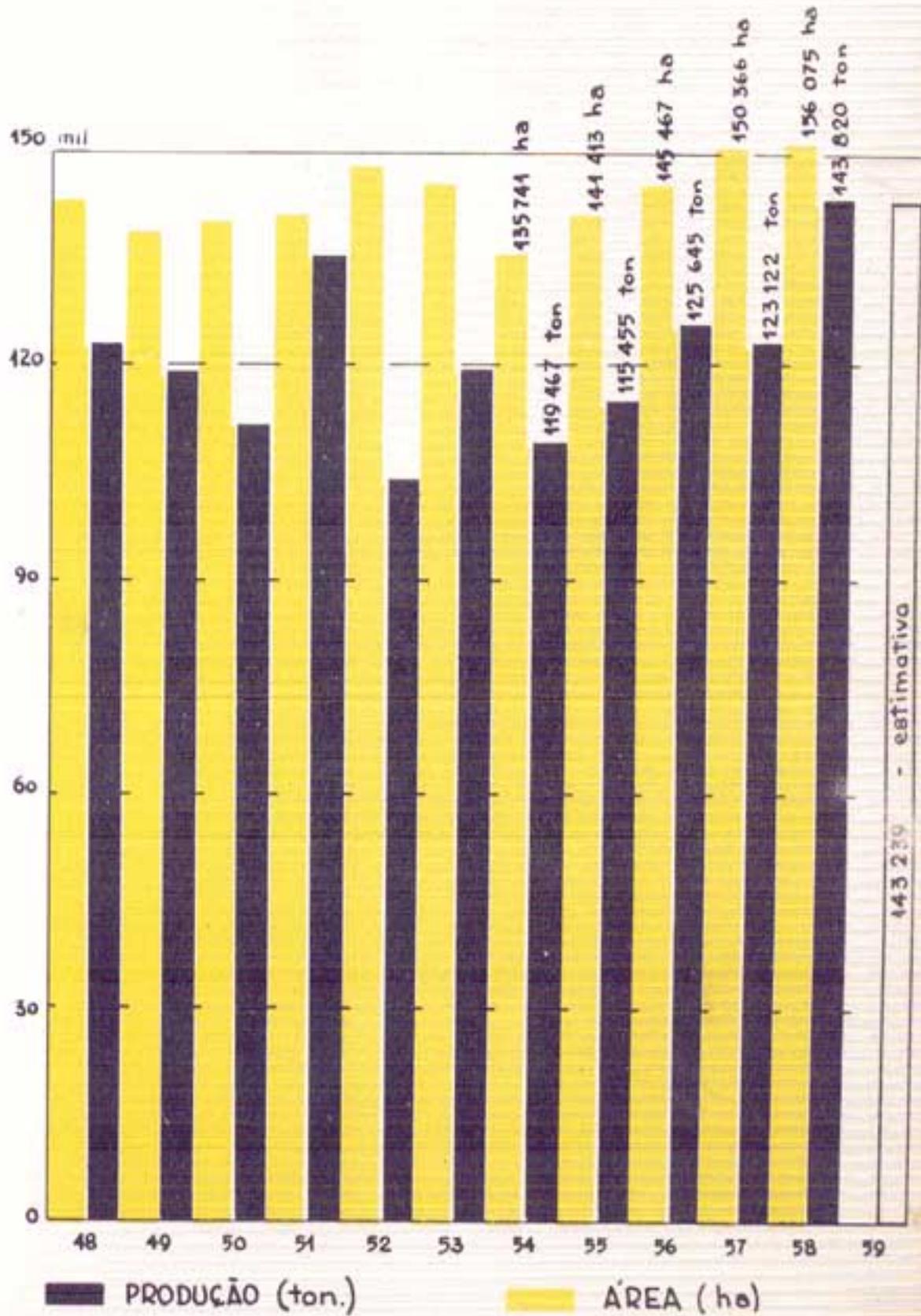
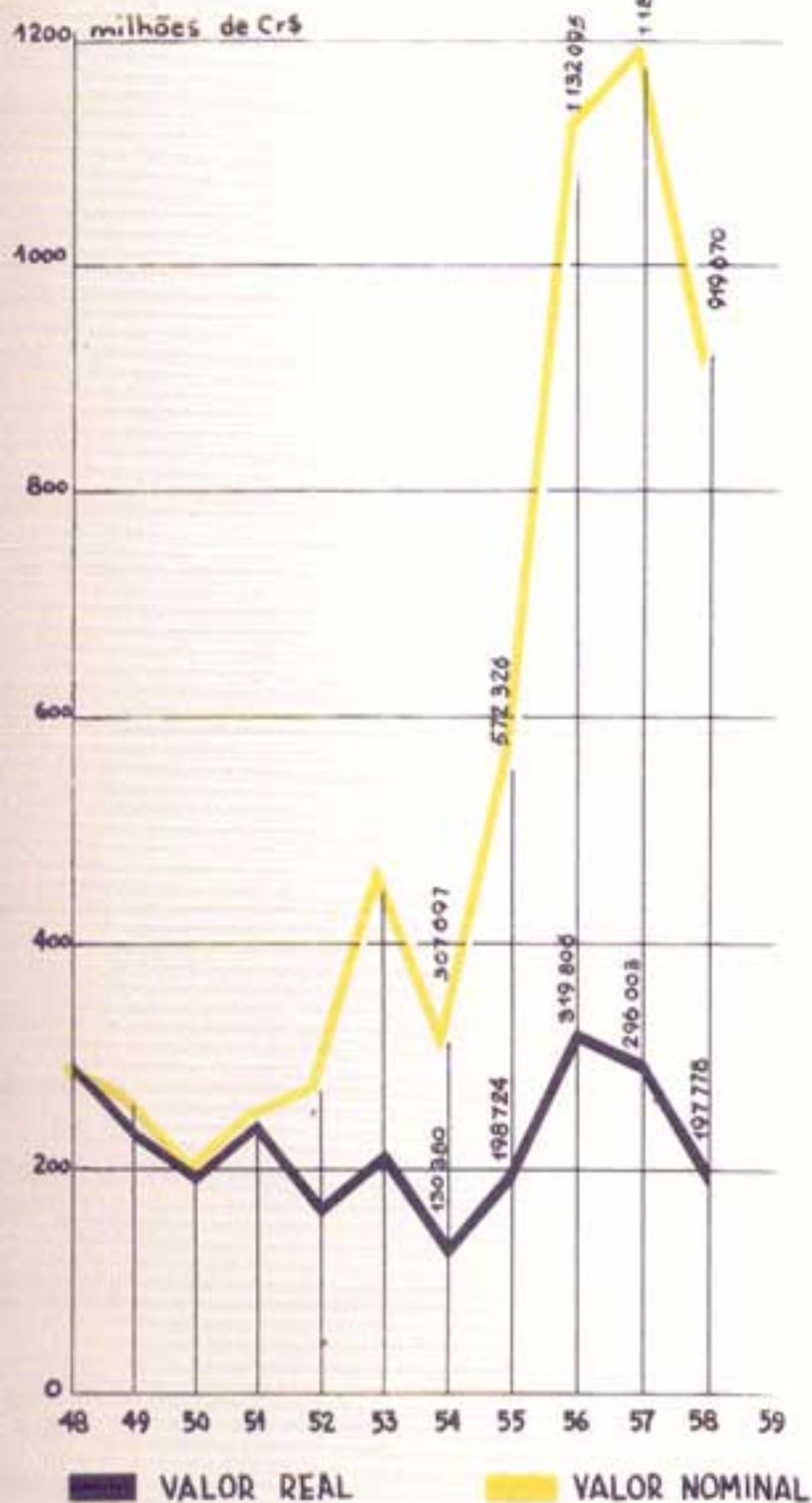
# SUINOS

*produção*



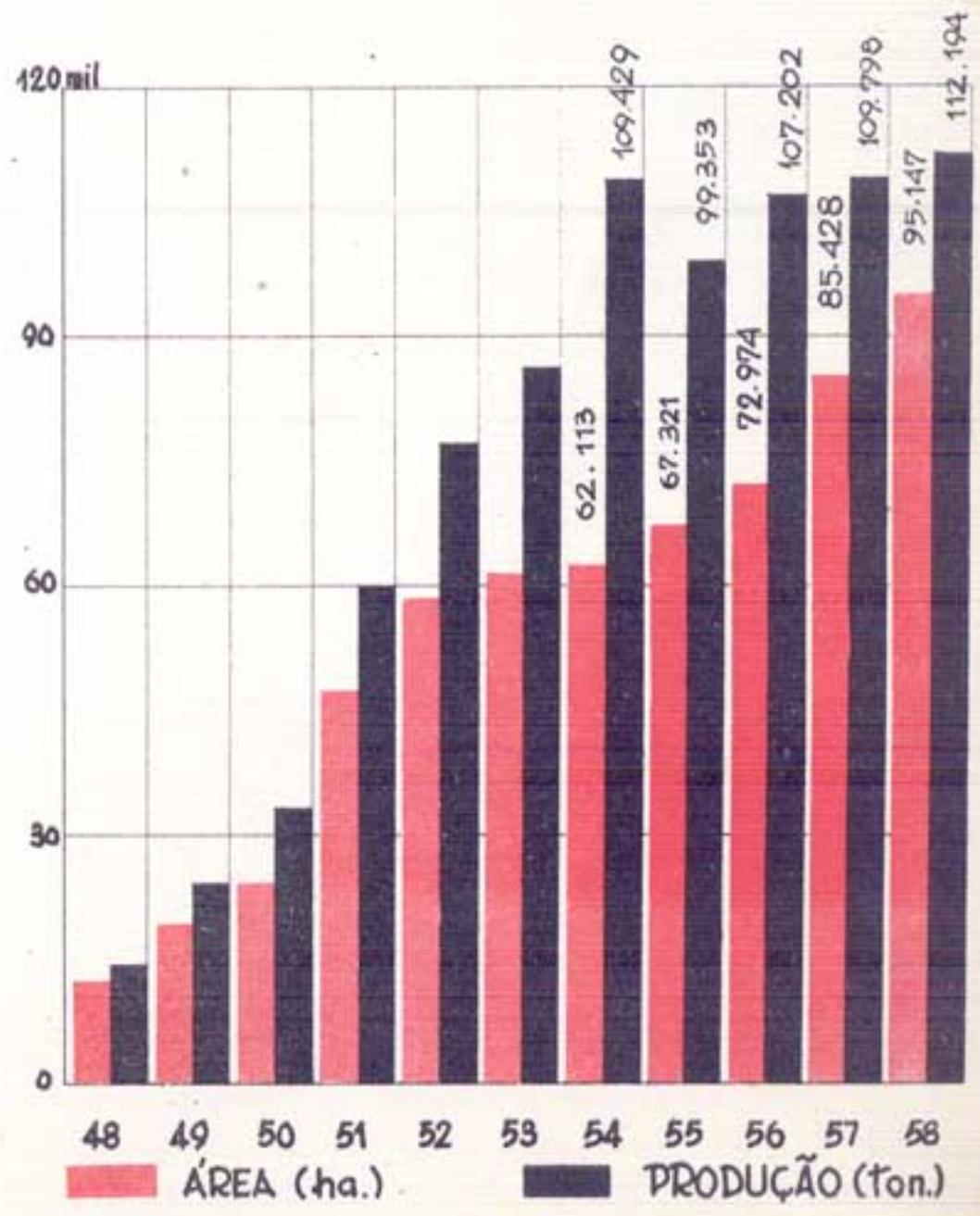
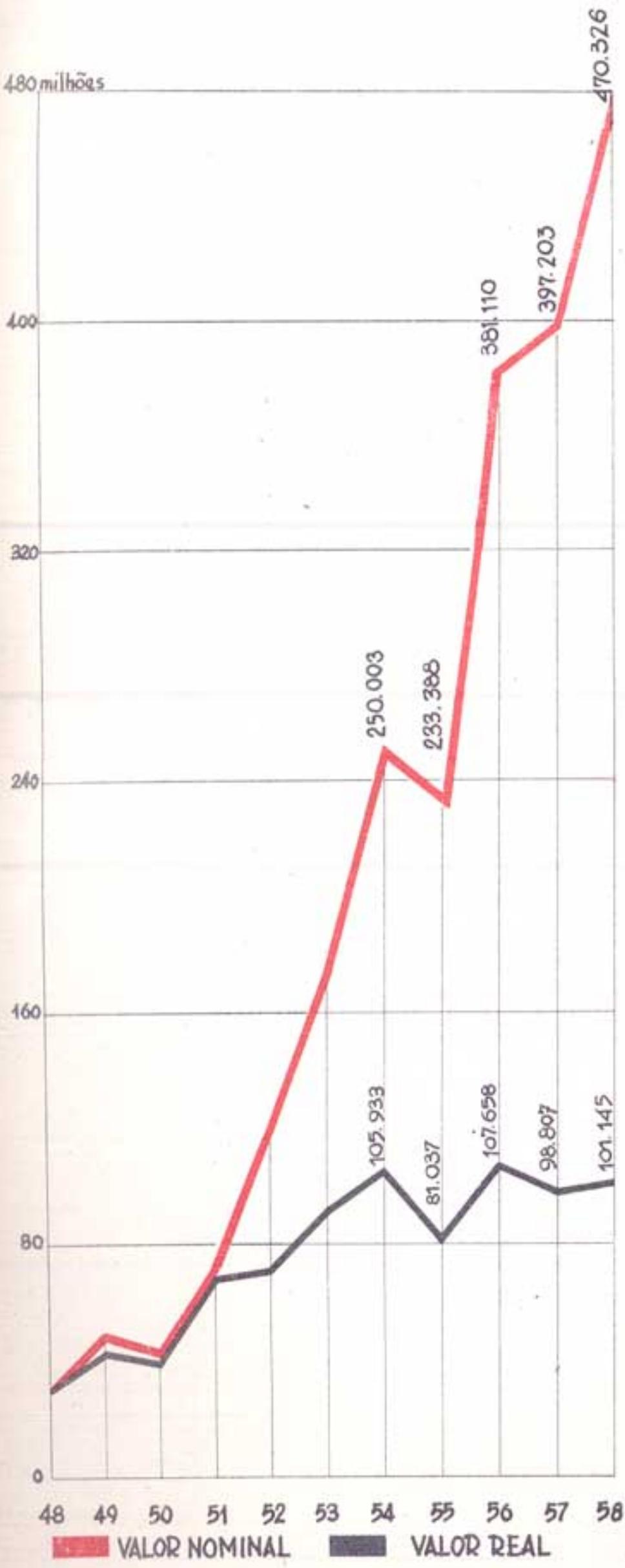
# FEIJÃO

*produção*



# SOJA

*produção*



A cultura do feijão está praticamente estacionária em todo o período, embora em alguns anos se tenha verificado um decréscimo de rendimento (gráfico nº 11).

A mesma linha de prosperidade, assinalada na maioria dos produtos agro-pastoris, no período de 1948 a 1954, é observada em relação à produção de soja (gráfico nº 12), convindo acrescentar que esta cultura apresentou os maiores índices de crescimento no referido período, no que diz respeito à produção por hectare. A partir de 1954, no entanto, há uma estabilização da produção, embora tivesse continuado aumentando a área cultivada.

O exame particular desses principais produtos vem confirmar as observações feitas no tocante ao total da produção agro-pecuária, que se encontra estagnada nestes últimos anos, com tendência para regressão no último triênio.

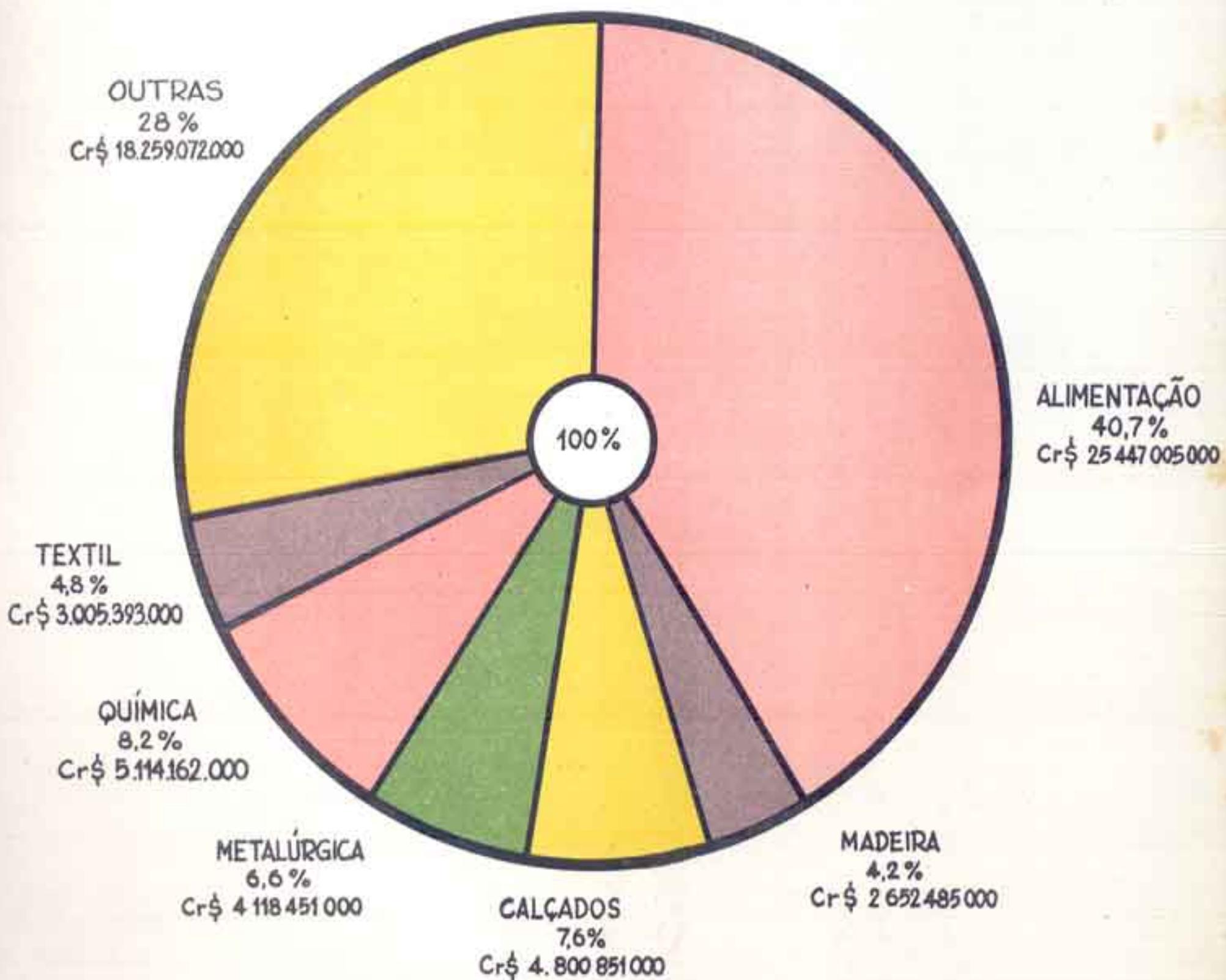
### Produção Industrial

Embora seja um Estado cujas principais fontes de produção ainda se encontram no setor primário, o Rio Grande do Sul tem uma tradição industrial. Em verdade o Estado contou sempre, nestas últimas três ou quatro décadas, com uma indústria estruturada em bases sólidas. O gráfico nº 13 dá-nos a distribuição, no ano de 1958, da produção industrial, em que se ressalta a elevada participação da indústria da alimentação com 40,7% do total, seguindo-se, em ordem decrescente, as indústrias química e farmacêuticas, (8,2%) de calçados, (7,6%) metalúrgica, (6,6%) textil, (4,8%) de madeira, (4,2%) e de muitas outras de menor significação representadas pela percentagem de 28%.

Cabe ressaltar, inicialmente, que a indústria riograndense tem como suporte a agricultura e a pecuária, de onde retira 65% das matérias primas por ela consumidas. A indústria gaúcha absorvia em 1940, 8% da população ativa e 9,6% em 1950, estimando-se uma absorção acima de 10% no ano de 1958.

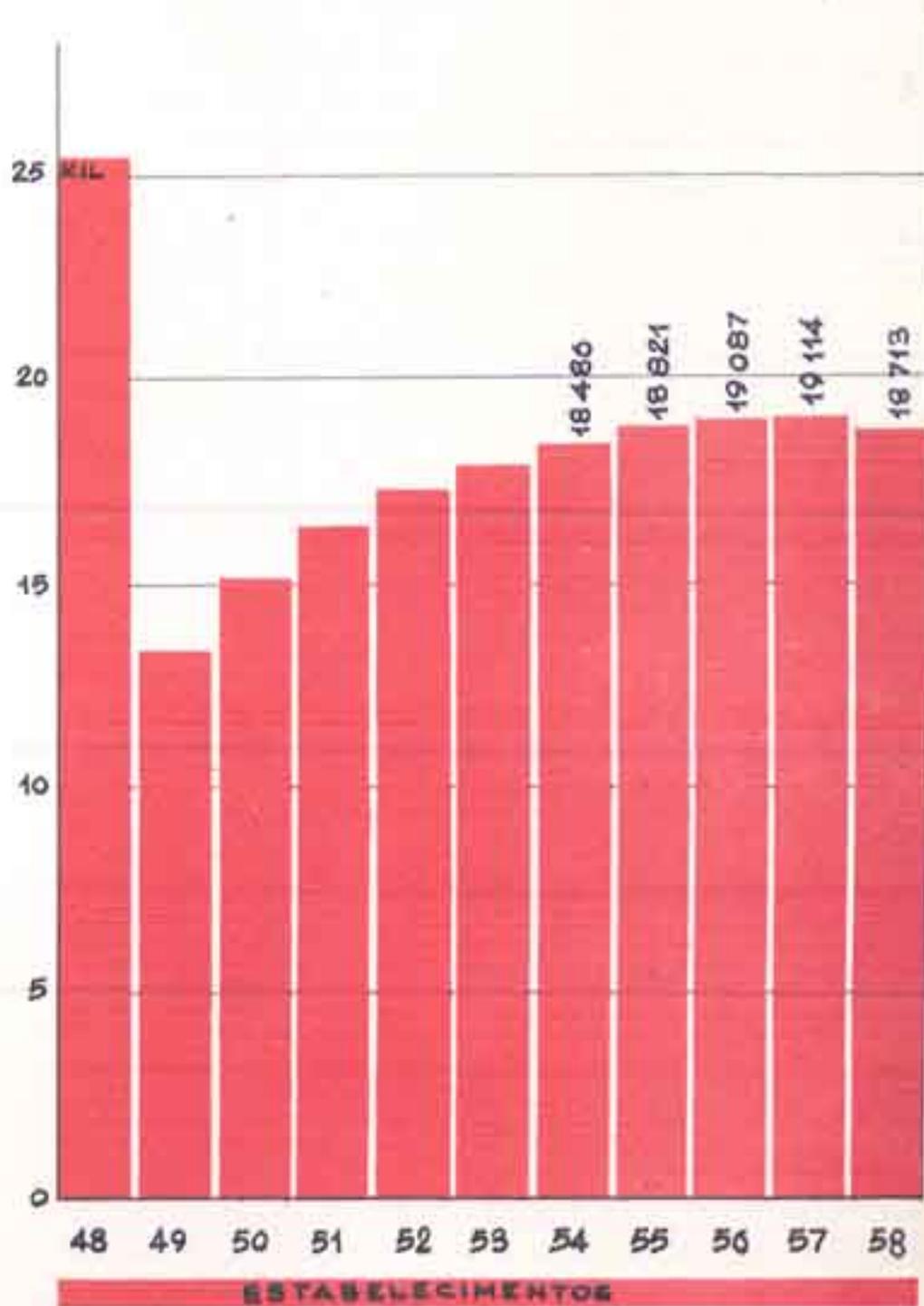
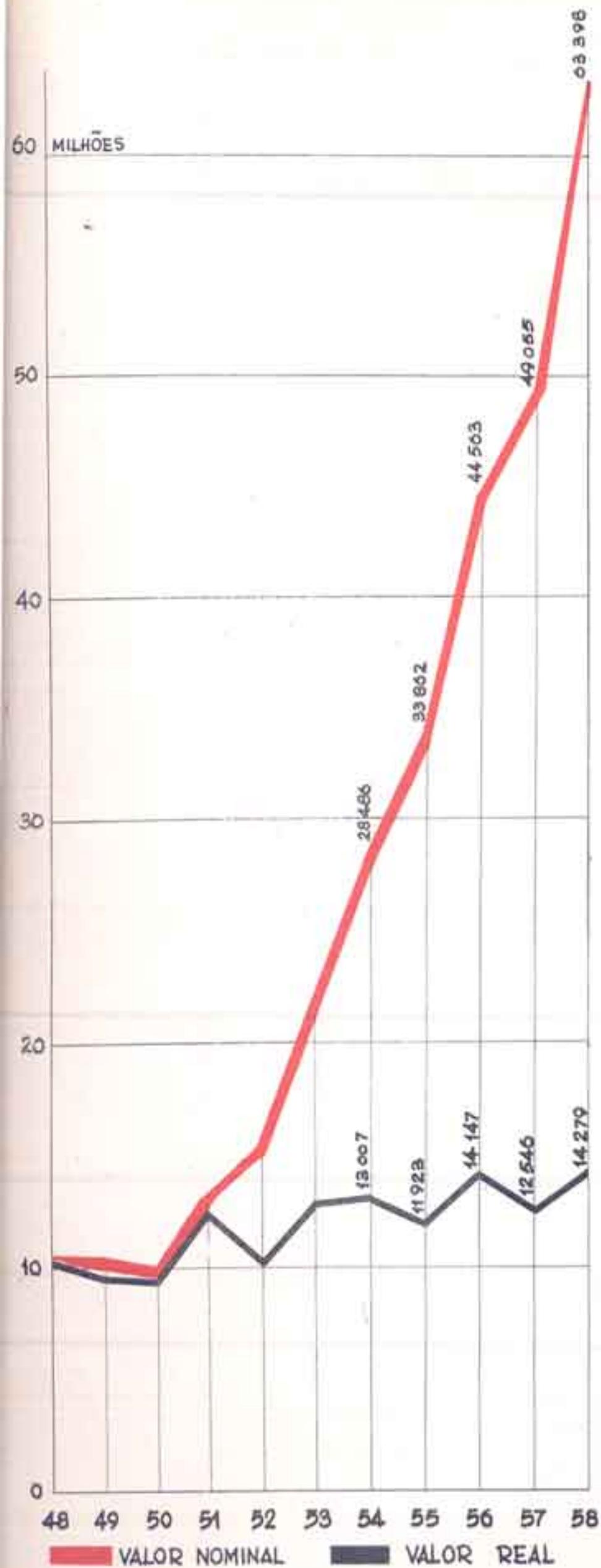
O gráfico nº 14 dá-nos a representação da tendência da produção industrial riograndense a partir de 1948. Por ele se verifica que, de 1949 até 1955, houve uma progressão de número de estabelecimentos industriais.

# PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1958



# INDÚSTRIA

*produção*



Nos anos de 1956 e 1957 esta tendência foi menos sensível, ocorrendo em 1958, pela primeira vez em todo o período, uma apreciável redução do número de fábricas existentes em nosso Estado, de 19.114 para 18.713. É oportuno salientar que a redução verificada em 1949 em relação a 1948, provém de alteração do critério de apuração da estatística industrial.

A tendência da produção é apreciada pela curva do valor real, que nos mostra uma tendência de aumento até 1954, seguida de uma redução em 1955, para restabelecer a tendência anterior em 1956. Em 1957 registrou-se nova queda no valor da produção, compensada com um ligeiro acréscimo em 1958, o qual não se distanciou do montante apurado em 1956.

Entre as principais classes de indústrias do Estado, a que tem apresentado maior índice de crescimento é a indústria química e farmacêutica, com um incremento médio anual de aproximadamente 27%, em valor real. Segue-se a indústria de calçados, artefatos de tecido e vestuário, com um índice de incremento médio anual de 16%, embora nos anos de 1958 e 1957 tenha acusado um movimento, em termos reais, inferior ao do ano de 1956 cuja produção foi a mais elevada da série.

A indústria de alimentação, que é a principal do Estado, está praticamente estacionária a partir do ano de 1953. A produção desse ano foi a mais elevada, em termos reais, no período considerado de 1948 a 1958 a qual só foi alcançada pelo valor de produção do ano de 1956. Em todos os demais anos, 1954, 1955, 1957 e 1958, os índices de incremento foram inferiores aos registrados nos anos de 1953 e 1956.

O mesmo fenômeno de estagnação verifica-se no tocante a indústria textil, cujo maior índice de aumento foi registrado no ano de 1951, decaindo daí por diante, com uma pequena reação no ano de 1956. Nos anos de 1957 e 1958, o valor da produção, em termos reais, foi inferior aos anos de 1951, 1956 e igual ao de 1953.

A indústria metalúrgica, de alta significação para o atual estágio da evolução industrial do País, está praticamente estagnada. Em termos reais, verificou-se uma pequena reação, no ano de 1958, que talvez seja indício de certa melhoria neste setor, que precisa ser dinami

sado, largamente ampliado.

O exame conjunto destas principais indústrias, que representam mais de 72% do total, revela-nos uma estabilização de crescimento, a partir do ano de 1953, bastando dizer-se que a produção de 1958 acusou um aumento de aproximadamente 4% sobre o valor real produzido naquele ano.

Estes dados refletem a situação de crise da indústria riograndense. Embora haja sensível progresso em alguns setores, em seu conjunto, a tendência é de estagnação.

### Índices de Crescimento da Produção Agro-Pecuária e Industrial

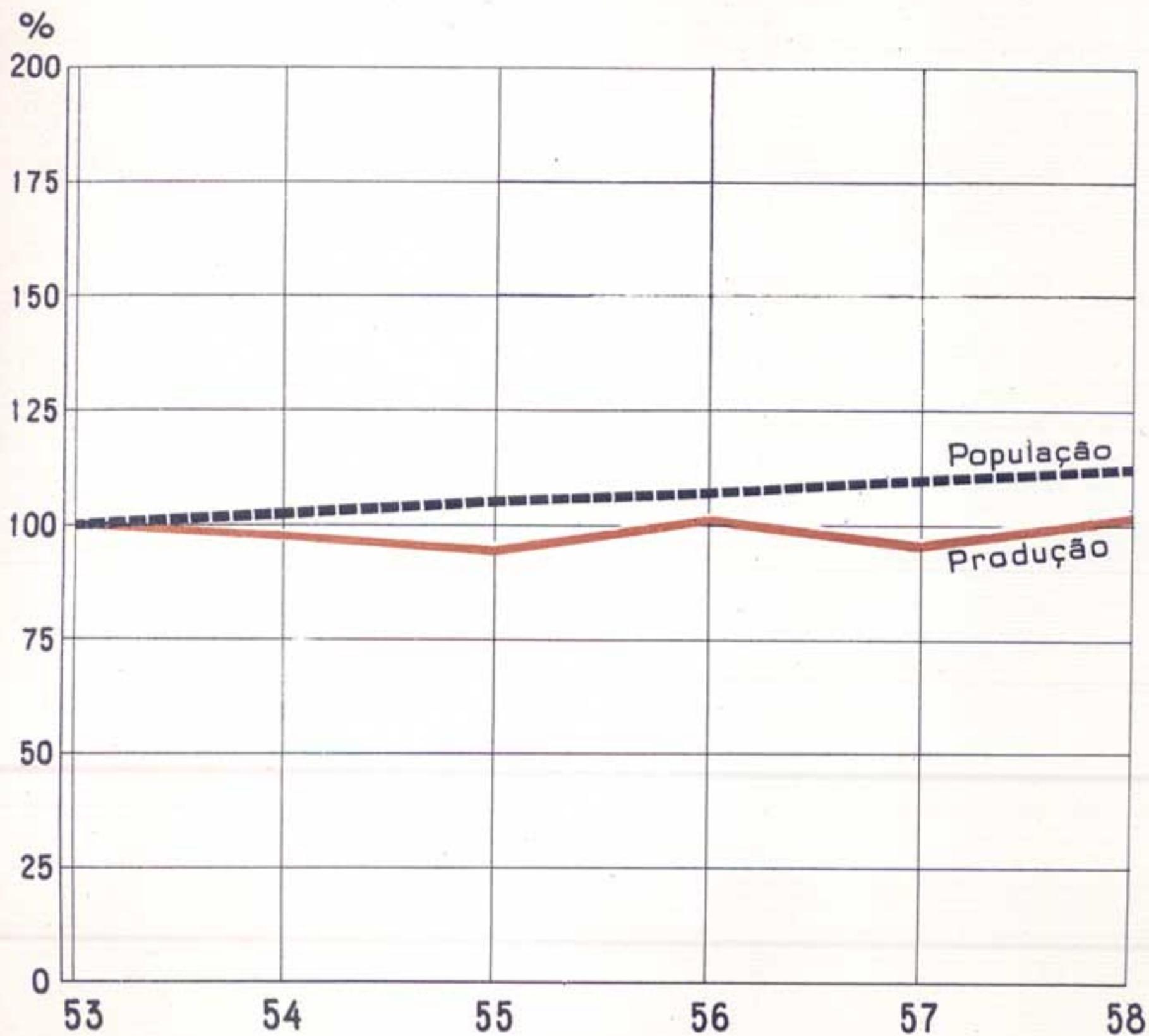
A fim de descrever a situação agro-pecuária e industrial do Estado, optamos pelo exame do valor da produção dos setores primário e secundário no período de 1948 a 1958, a preços constantes de 1948.

A análise dos índices de crescimento da produção conjunta desses setores, a partir do ano de 1948, revela-nos uma estabilização em 1949, um pequeno aumento de 3% no ano seguinte e um acentuado desenvolvimento no ano de 1951, de aproximadamente 22%; houve um retraimento na produção de 1952, seguindo-se, em 1953, novo impulso que elevou o aumento total de 38% em relação ao ano base; observa-se, logo após, uma tendência descensional nos anos de 1954 e 1955, com apreciável reação no ano de 1956, a que corresponde o mais elevado índice de aumento de toda a série, ou seja, de 52% sobre o ano inicial. A partir de 1956, registrou-se nova tendência descensional.

Se tomarmos por base o ano de 1953, veremos que, a não ser no ano de 1956, todos os demais estão representados por índices de produção inferiores ao daquele ano.

Se relacionarmos o valor da produção industrial e agro-pastoril com a população, chegaremos a conclusão de que, a partir de 1953, em todos os anos, a exceção de 1956, a produção per capita foi inferior à daquele ano, revelando uma tendência descensional que se acentua nos dois últimos anos 1957 e 1958. Todos os levantamentos ainda incompletos e os sintomas verificados levam-nos a conclusão de que a situação se agravou no ano de 1959.

# Índices da PRODUÇÃO TOTAL E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO



----- Nº de habitantes  
—— Valor real da produção  
(Preços de 1953)

O gráfico nº 15 dá-nos a tendência das curvas representativas dos índices de crescimento da população e do valor real, a partir do ano de 1953. Por êle, verifica-se que o crescimento da produção não acompanhou o desenvolvimento estimado da população, notando-se inclusive uma tendência para o maior afastamento de ambas as curvas. Este fato, de per si, revela uma modificação no quadro do desenvolvimento do Estado, por que, anteriormente a êste período, a realidade era bem diversa: a taxa de crescimento da produção entre 4 e 5% ao ano, sempre superava a taxa média de crescimento demográfico, da ordem de 2,6.

## DESVALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RIO-GRANDENSE

O estudo das tendências da produção dos setores primário e secundário, demonstra-nos um aspecto das perturbações que vem suportando a economia gaúcha nestes últimos anos. O que apresenta maior gravidade, no entanto, é o processo constante de desvalorização da produção riograndense, ou seja, o crescimento desproporcional dos preços de venda de seus produtos em face da alta dos fatores que compõem o custo de produção.

Em verdade, em face do processo inflacionário de caráter mais ou menos permanente que suporta a economia nacional, e dos desequilíbrios internos do País, os preços da produção agro-pastoril não têm acompanhado a evolução dos preços dos bens de produção, largamente consumidos pelos setores da agricultura e pecuária, os quais são adquiridos de mercados externos de outros Estados, principalmente dos grandes centros industriais do País e dos mercados internacionais.

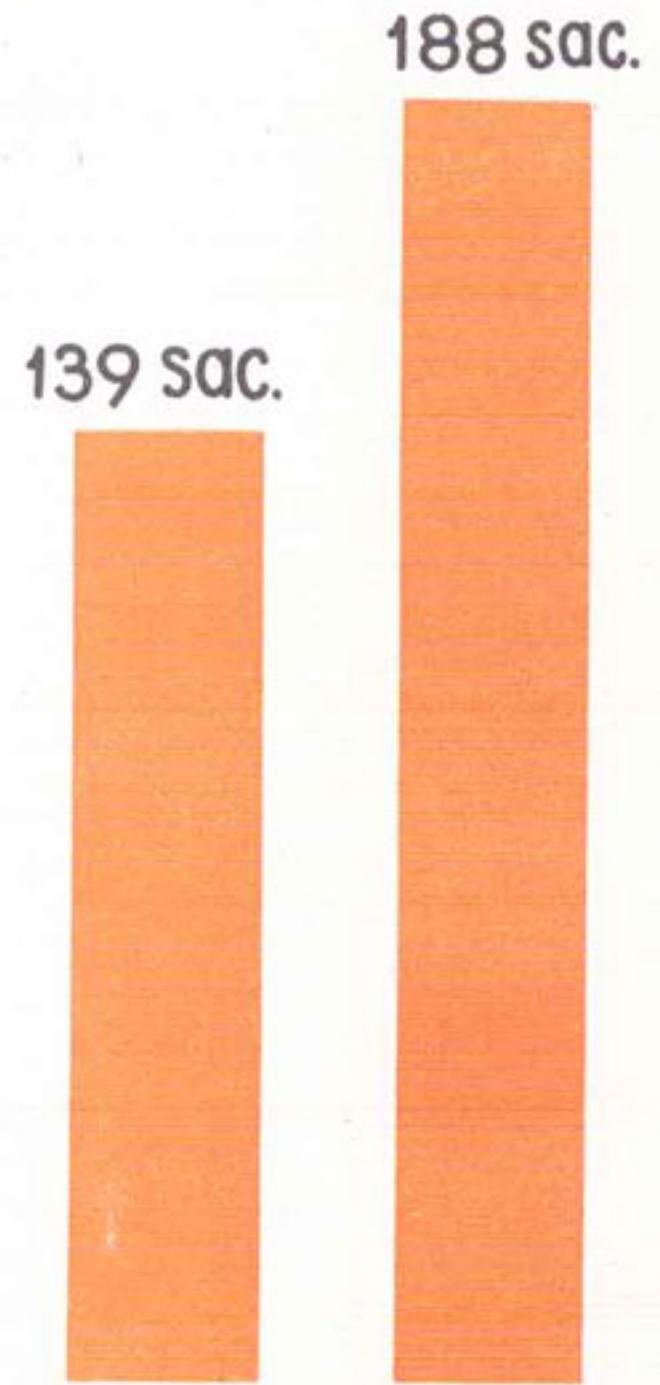
A realidade é esta: na corrida altista que a inflação gera, os preços dos produtos agrícolas sempre perdem terreno para os preços dos produtos industrializados, principalmente dos bens de capital.

Com o objetivo de caracterizar a desigualdade de remuneração da produção agro-pastoril, e de obter uma medida da incidência dessas perturbações, foi feito um levantamento, pelo processo de amostragem, da tendência dos preços dos principais produtos agrícolas e da pecuária e dos principais bens que entram na composição dos custos da referida produção.

Os gráficos de números 17 a 27 ilustram esta disparidade de aumento de preços, sendo que os de números 17 a 22 referem-se ao confronto de dados relativos ao período de 1949 a 1959, e os demais aos anos de 1955 a 1959, servindo para ilustrar que o problema se agravou nesses últimos anos.

Assim, em 1959, um orizicultor adquiriria um arado

# ARROZ

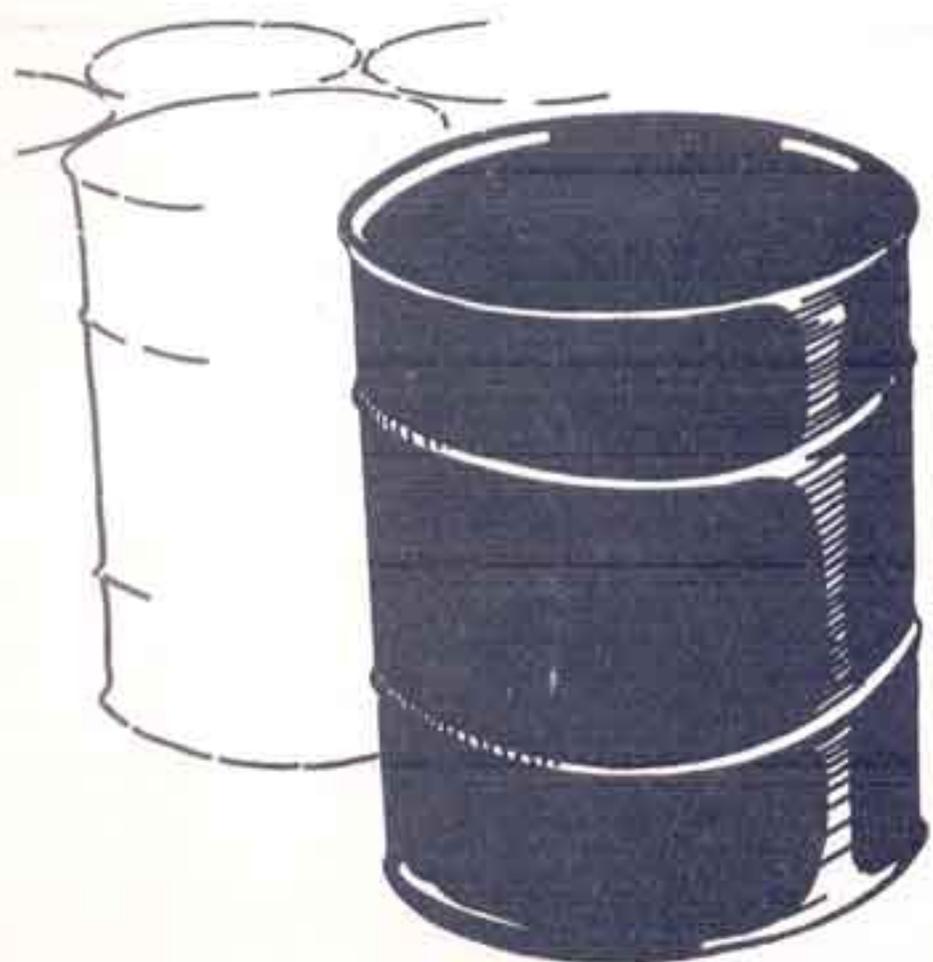


1 arado de 3 discos

1949	12 500,00
1959	90 000,00

1949	1959
90,00	480,00

# ARROZ



1 ton. óleo diesel

1949 648,00

1959 6920,00

7 sac.



1949

90,00

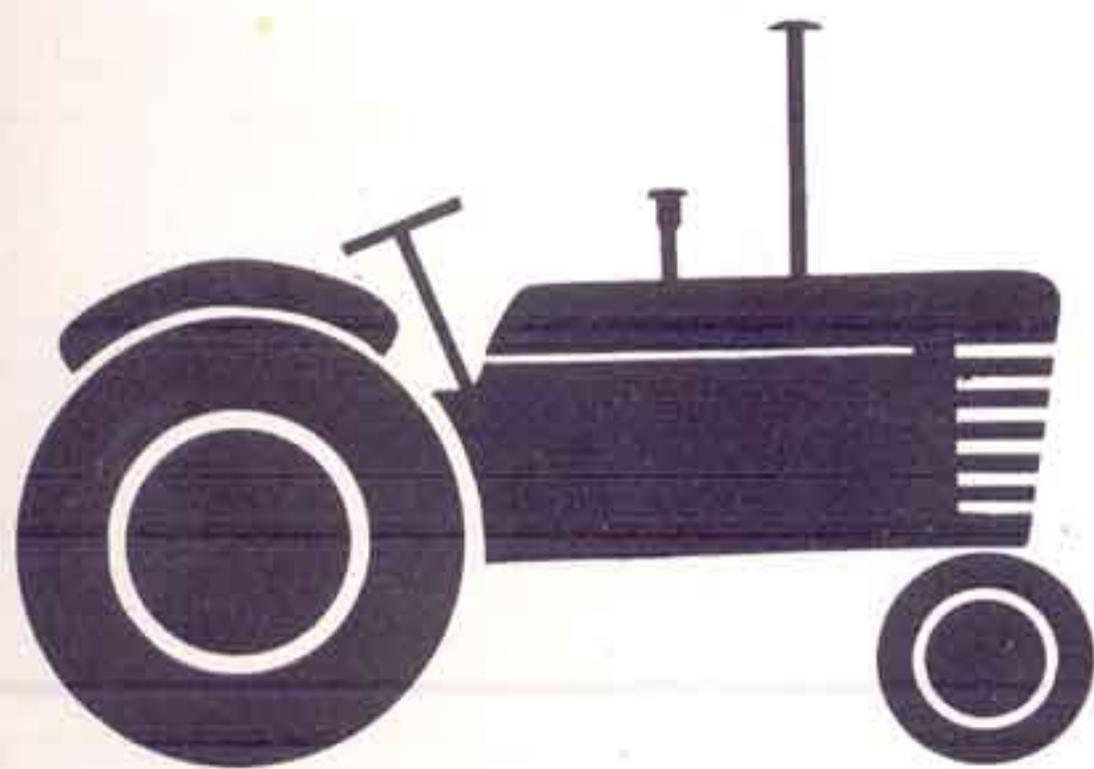
14,5 sac.



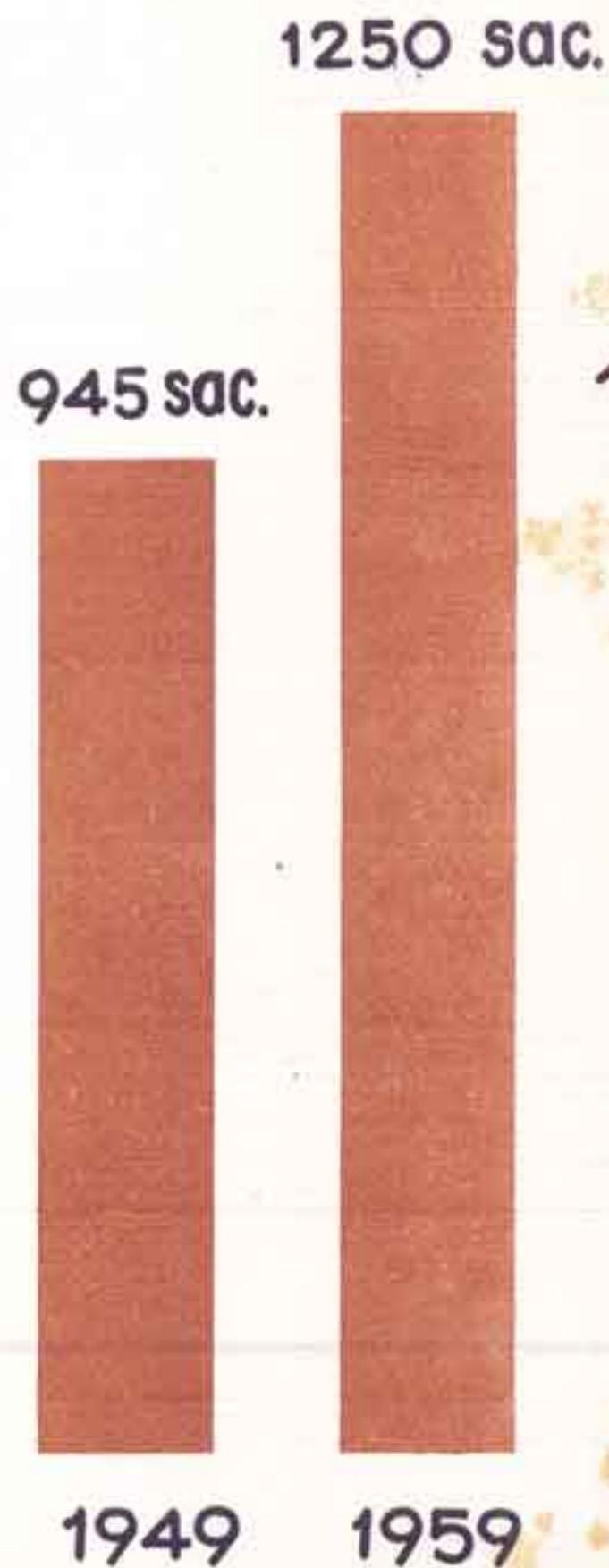
1959

480,00

# ARROZ



**1 trator 45 HP**

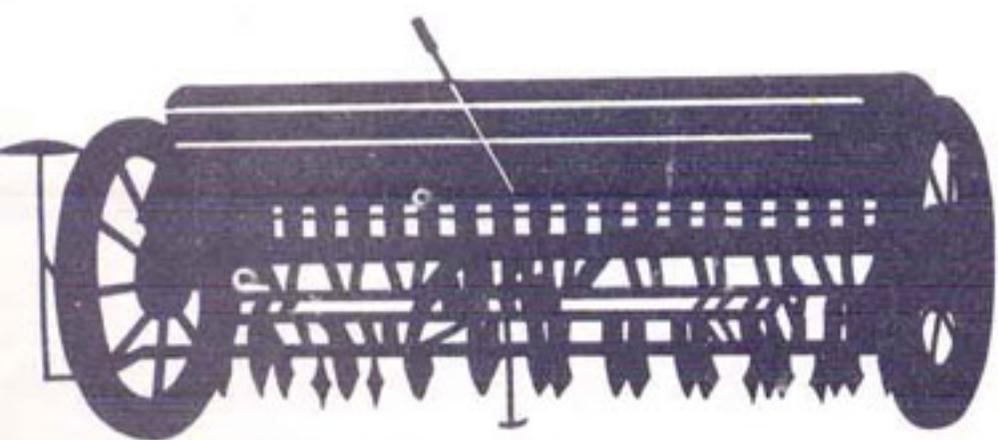


1949      85 000,00

90,00      480,00

1959      600 000,00

# TRIGO



1 semeadeira adubadeira

1949 18 000,00

1959 125 000,00

120 sac.



1949

150,00

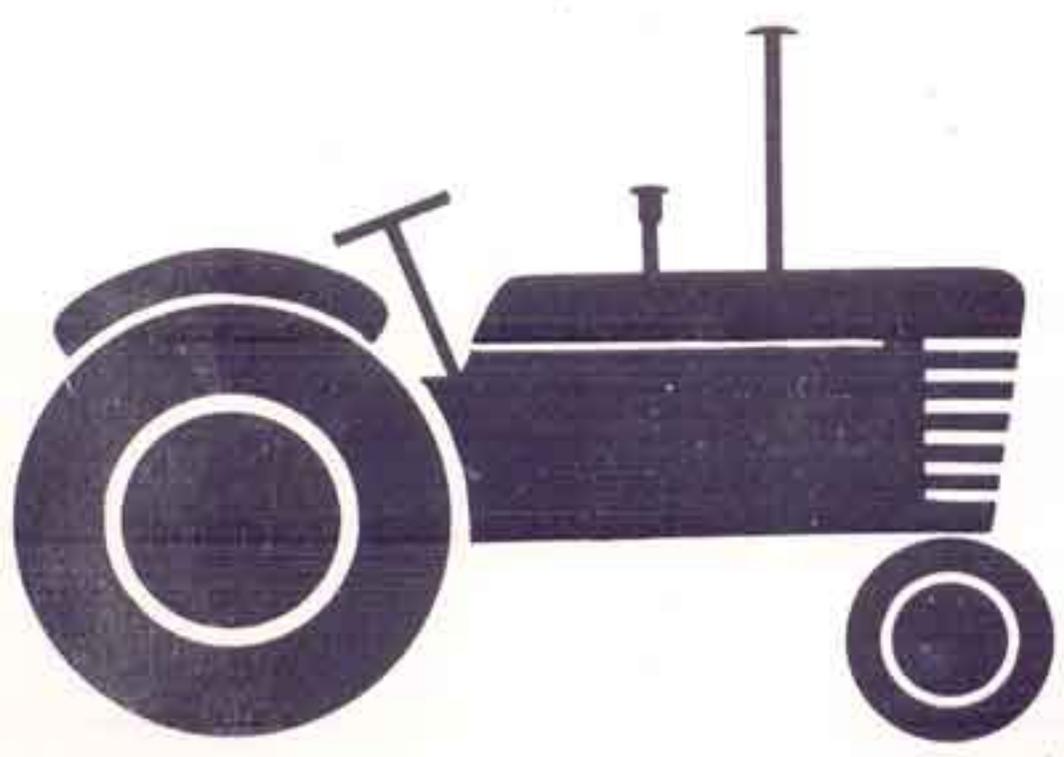
227 sac.



1959

550,00

# TRIGO



1 trator 45 HP

1949 85 000,00

1959 600 000,00



150,00

550,00

# TRIGO



1 arado de 3 discos

1949 12 500,00

1959 90 000,00

80 sac.



1949

150,00

164 sac.

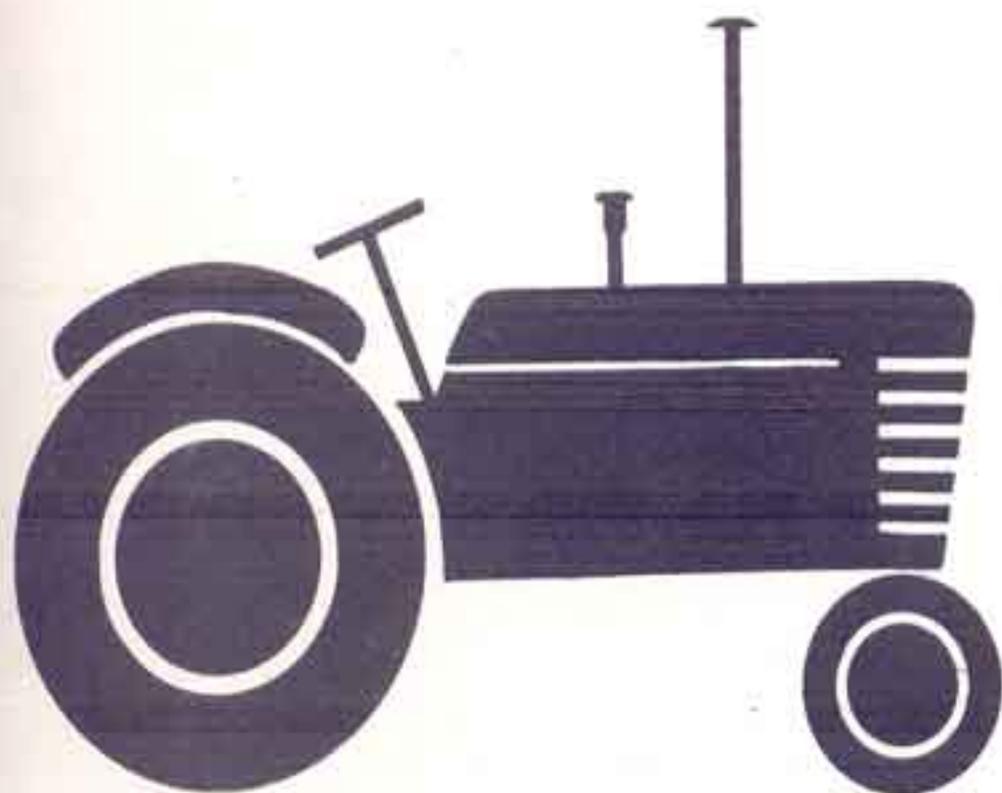


1959

550,00

GAP

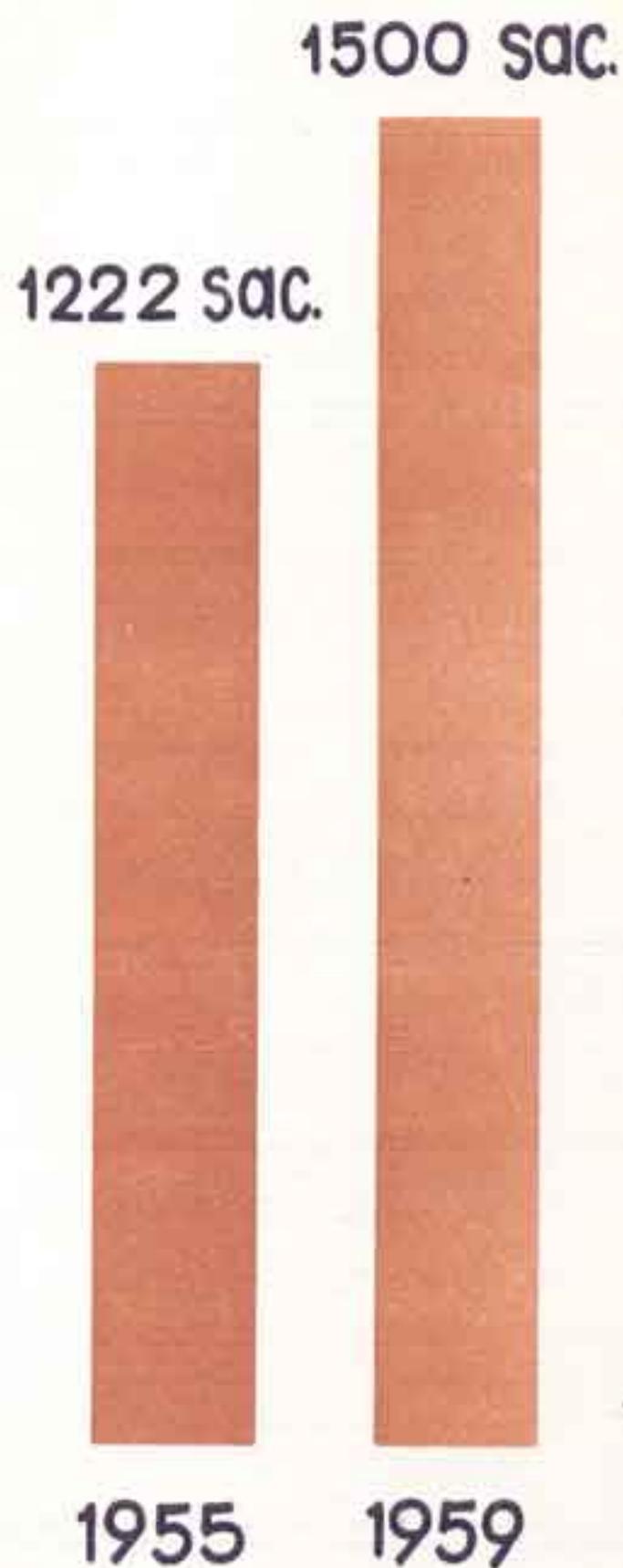
# SOJA



1 trator 45 HP

1955 220 000,00

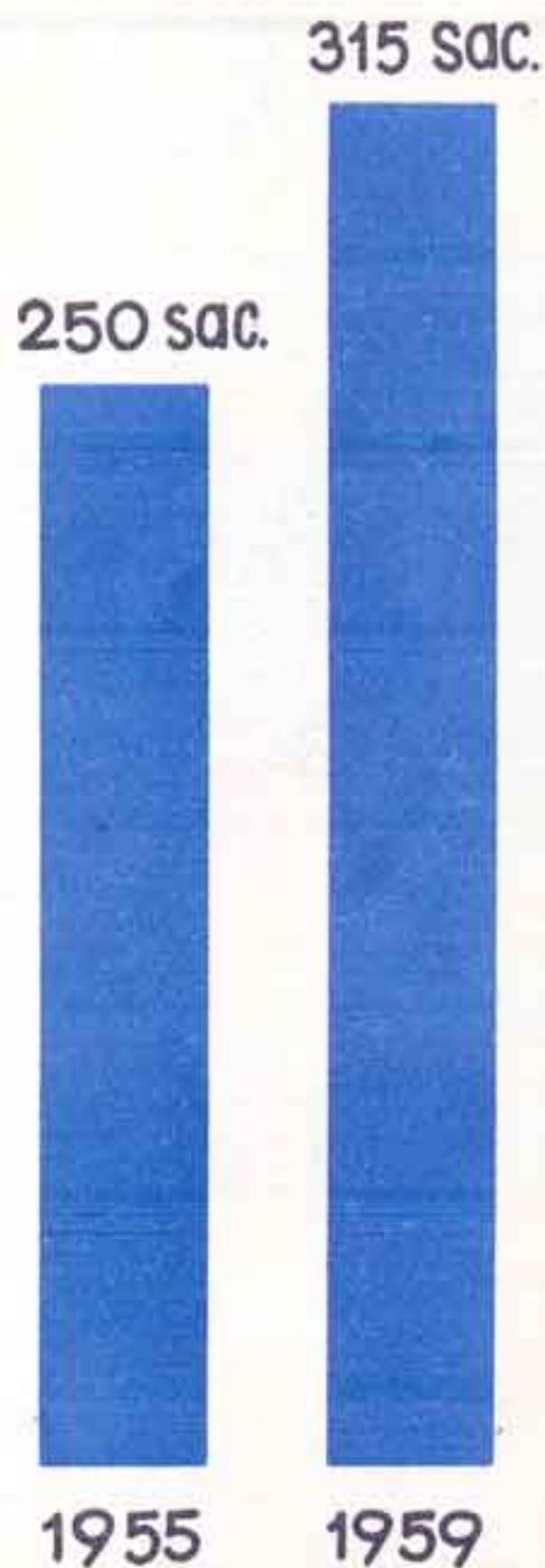
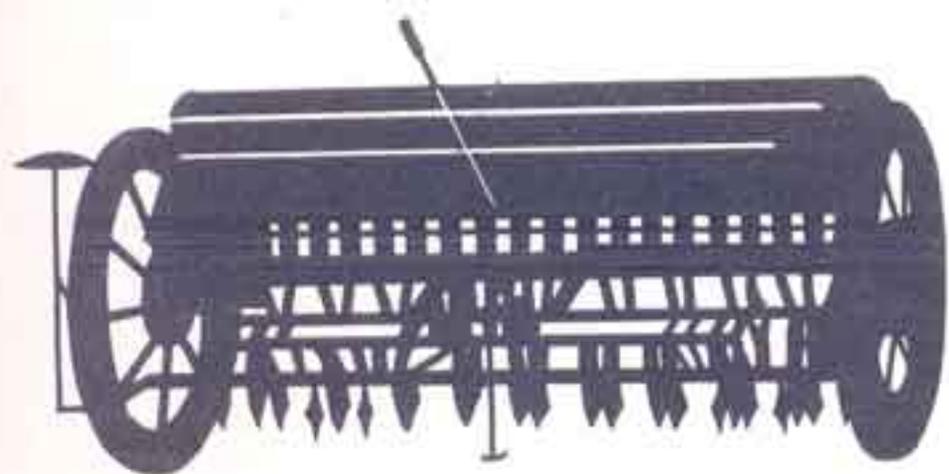
1959 600 000,00



180,00 400,00

GAP

# SOJA



1 semeadeira adubadeira

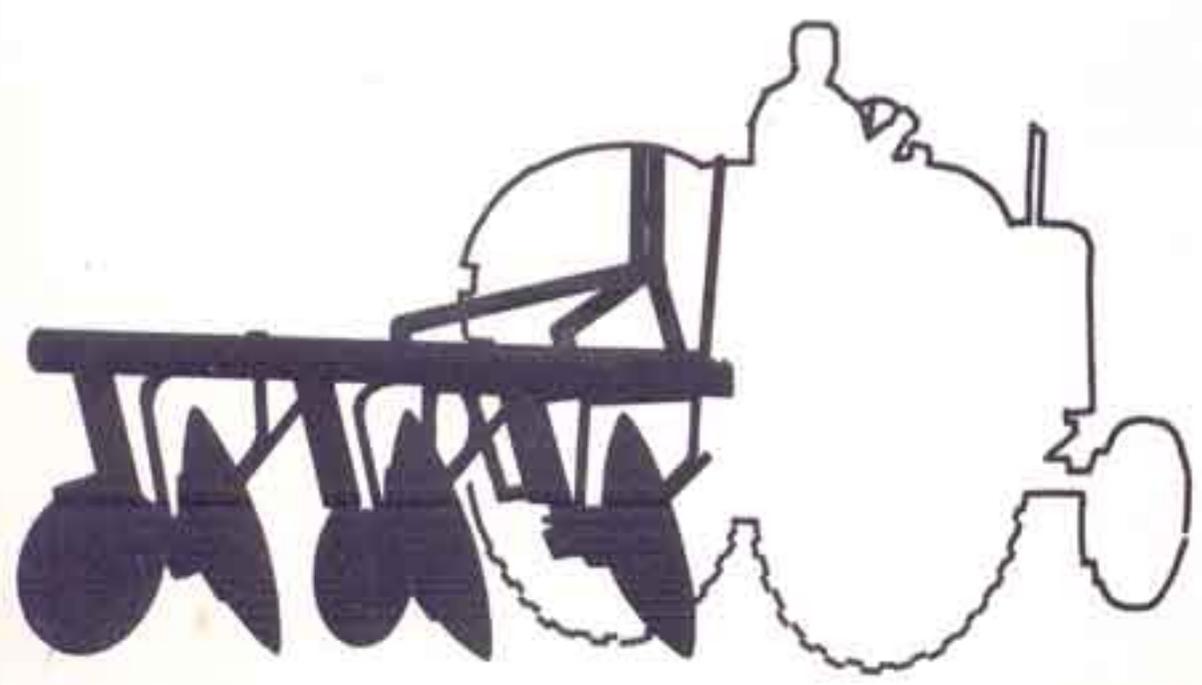
1955 45 000,00

1959 125 000,00

180,00 400,00

GAP

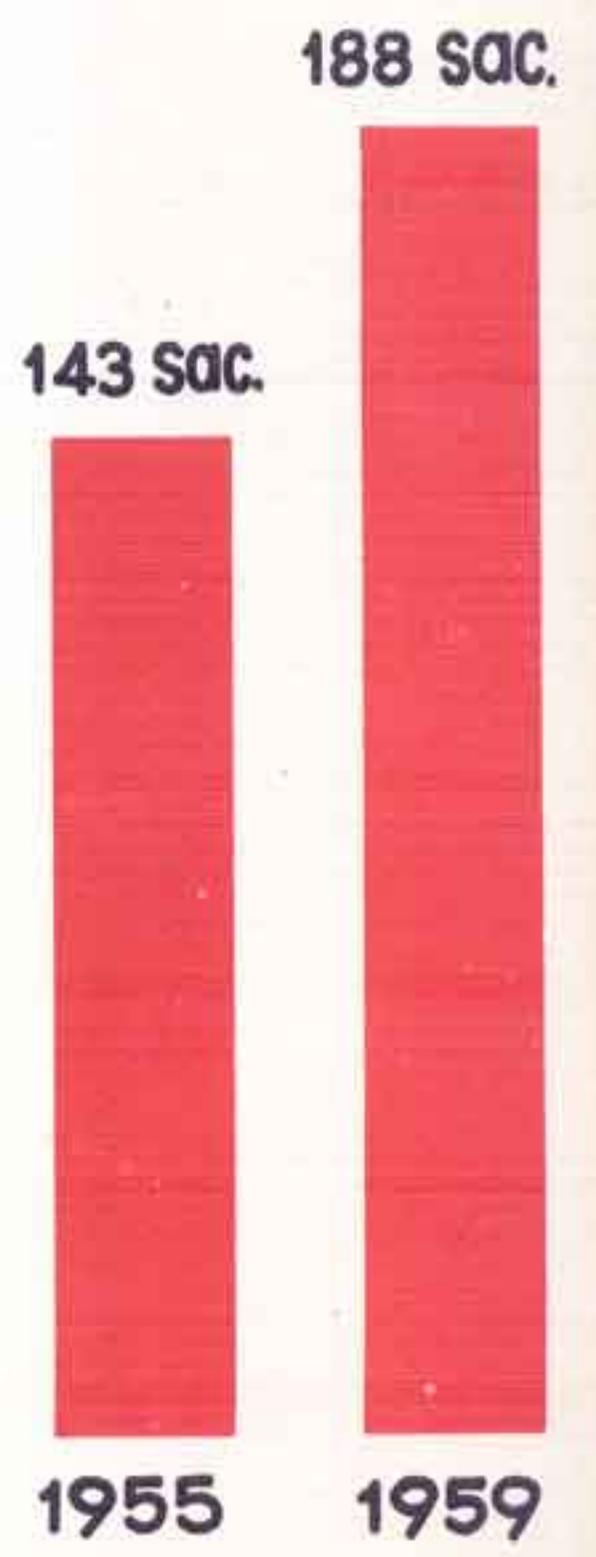
# ARROZ



1 arado 3 discos

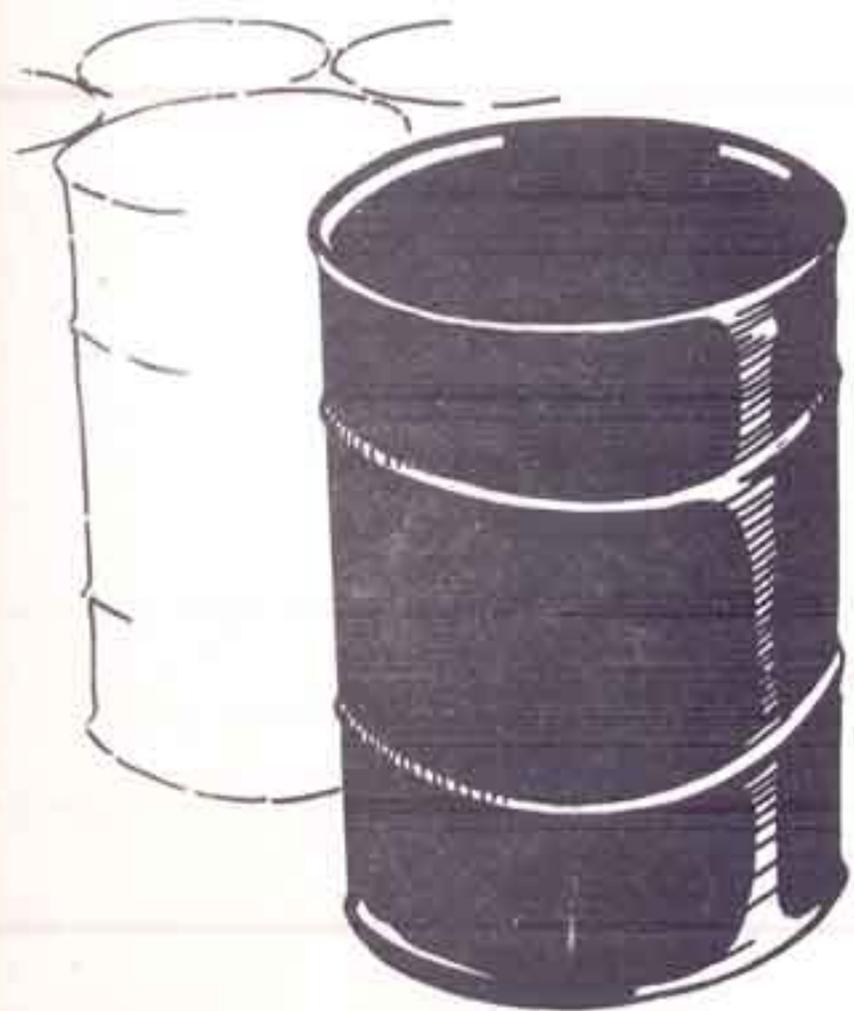
1955      30 000,00

1959      90 000,00



210,00    480,00

# ARROZ



**1 ton. óleo diesel**

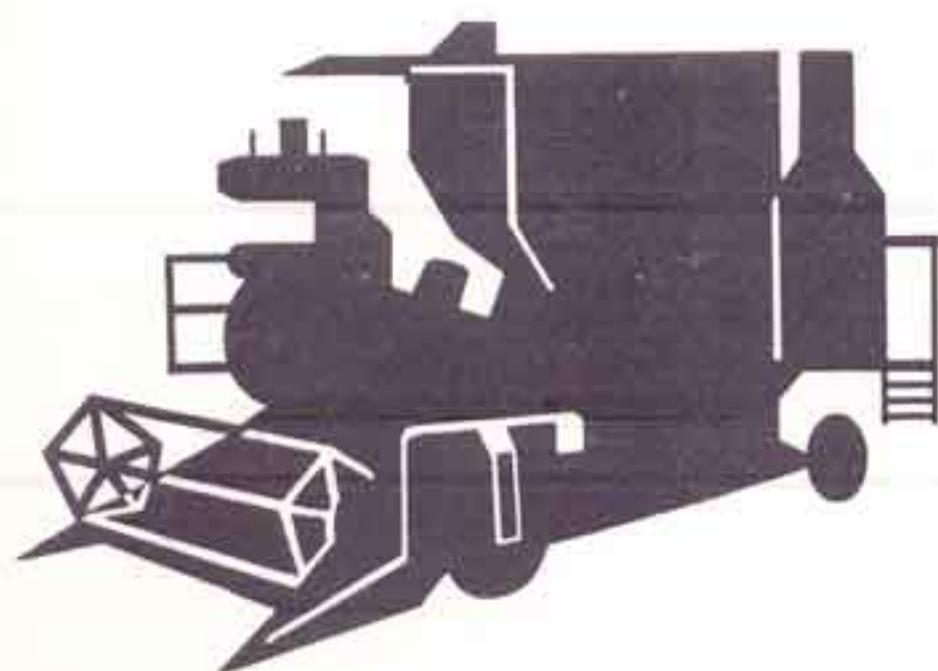
1955	1720,00
1959	6920,00



210,00	480,00
--------	--------

**GAP**

# TRIGO



1 colheitadeira automotriz

1956 360 000,00

1960 1 800 000,00

900 sac.



1956

400,00

2 400 sac.



1960

840,00

GAP

de discos por um preço correspondente ao valor de 139 sacos de arroz, precisando, em 1959, para adquirir o mesmo implemento agrícola, dispor de 188 sacos; para adquirir uma tonelada de óleo Diesel em 1949 eram necessários 7 sacos de arroz, ao passo que em 1959 são necessários 14,5 sacos; o preço de um trator de 45 HP correspondia, em 1949, ao valor de 945 sacos de arroz, em 1959 ao de 1.250 sacos.

Uma semeadeira-adubadeira poderia ser adquirida em 1949, por um preço equivalente a 120 sacos de trigo, e em 1959 a 227 sacos; o preço de um arado de 3 discos correspondia, em 1949, ao valor de 80 sacos de trigo, e em 1959 ao de 164 sacos; o valor de 566 sacos de trigo em 1949 era igual ao preço de um trator de 45 HP, e em 1959 esta máquina tinha um preço equivalente a 1.091 sacos do mesmo produto.

Confrontemos agora alguns preços relativos a período mais curto: de 1955 a 1959. Em 1955 um trator de 45 HP correspondia ao valor de 1.222 sacos de soja, e em 1959 ao de 1.500 sacos; uma semeadeira-adubadeira custava em 1955 um preço equivalente a 250 sacos de soja, em 1959 ao de 315 sacos.

Com 143 sacos de arroz poderia ser adquirido um arado de 3 discos no ano de 1955, sendo no entanto necessários 188 sacos em 1959 para realizar a mesma compra; o preço de uma tonelada de óleo Diesel correspondia ao valor de 8 sacos de arroz em 1955 e ao de 14,5 sacos em 1959; finalmente, uma colheitadeira automotriz custava uma soma equivalente a 900 sacos de trigo em 1956, passando esta relação para 2.400 sacos em 1959, o que corresponde a uma elevação de 266% em apenas 4 anos.

- - - o o o - - -

O fenômeno da elevação menos que proporcional dos preços da produção primária, se deve a múltiplas causas, mas, talvez, nenhuma delas tenha exercido influência tão decisiva como a política cambial, principalmente a partir da época em que foi introduzido o regime de âgios para importação, pelo fato de não ter sido a lei que regulamentou a matéria observada em sua integralidade.

O quadro nº 28 ilustra a alta sensível do valor médio do dólar utilizado para a importação do material agrícola. Em 1953 os implementos eram importados ao dólar correspondente a Cr\$ 18,82. O custo do dólar se elevou em

*importação de*  
**MATERIAL**  
**AGRICOLA**  
*( parte )*

*valor médio do dolar*

1953		CR\$	18,82
1954		CR\$	32,92
1955		CR\$	46,32
1956		CR\$	46,72
1957		CR\$	48,52
1958		CR\$	64,02
1959		CR\$	102,32

# VENDA *de* ÁGIOS

IMPORTÂNCIA APURADA  
NO RIO GRANDE DO SUL  
EM 1955 - 1959

1955	-----	2.665.625.567,—
1956	-----	3.432.573.783,—
1957	-----	2.975.741.500,—
1958	-----	4.872.631.372,—
1959	-----	4.909.393.202,—
TOTAL		Cr\$ 18.855.965.424,—*

\* metade licitadores locais - 9,4 bilhões

1954 para Cr\$ 32,92, em 1955 e 1956 para Cr\$ 46,50 em média, em 1957 para Cr\$ 48,50, em 1958 para Cr\$ 64,00 e em 1959 para Cr\$ 102,30, convindo notar ainda que muitos artigos consumidos pela agricultura e a pecuária (cêrca de 30% do total) estão sujeitos a taxas de câmbio mais elevadas.

O quadro nº 29 dá-nos uma idéia do montante da arrecadação apurada no Rio Grande do Sul através da venda de ágios, no período de 1955 a 1959. São aproximadamente 18 bilhões e 856 milhões de cruzeiros que foram arrecadados neste Estado, dos quais, no mínimo 50%, ou seja 9,4 bilhões de cruzeiros corresponderam a pagamentos de licitadores locais. É esta uma soma vultosa que foi retirada sem a correspondente compensação, que deveria ser efetuada, principalmente, através de investimentos federais previstos no plano de implantação do sistema de ágios.

- - - o o o - - -

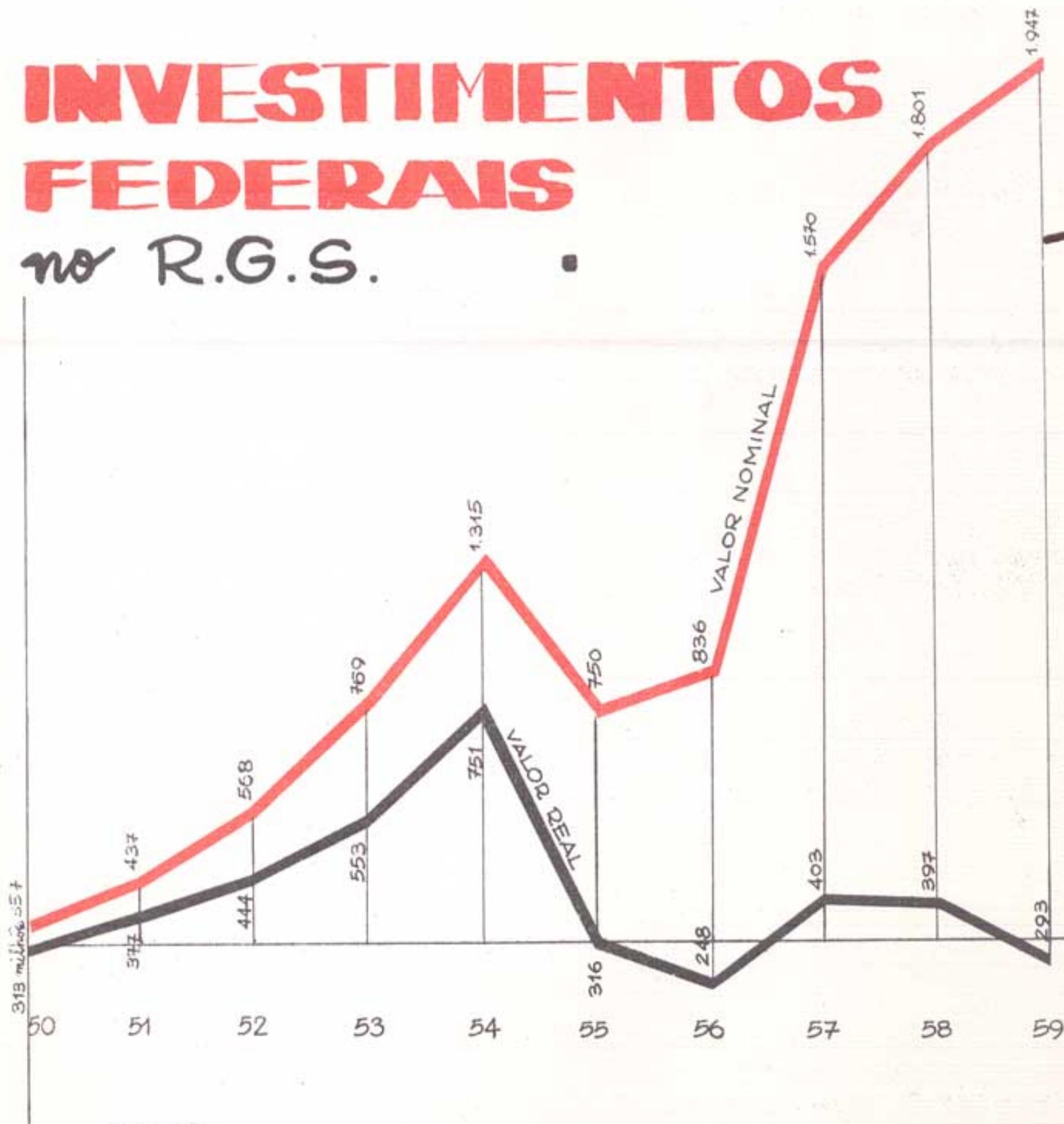
É sabido que os preços dos produtos agrícolas e da pecuária não podem acompanhar a curva da inflação, por motivos de ordem social. As regiões eminentemente agrícolas, num período de elevação dos preços, a fim de que possam manter a sua produção a baixo custo, devem ser beneficiadas com investimentos compensatórios. O sistema de ágios previa essa solução, mas, na realidade, não a aplicou.

Num período em que funcionava plenamente o sistema de ágios, arrecadando sempre maior parcela da economia do Rio Grande, em que subia o custo do dólar de importação para os implementos agrícolas, em que se ampliava a disparidade entre os preços da produção agrícola e dos fatores integrantes da formação de seu custo, a política de investimentos compensatórios deveria ter sido largamente utilizada. No entanto, o que a realidade nos demonstra, é uma situação inversa: os investimentos federais no Rio G. do Sul decresceram. O gráfico nº 30 expressa os mais importantes investimentos federais no Rio Grande do Sul a partir do ano de 1950 até 1959, em valores nominal e real (o valor real corresponde ao valor nominal deflacionado na base do índice do custo de vida para Pôrto Alegre levantado pelo IEPE da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul).

Êsses investimentos incluem as parcelas aplicadas pelo D.N.O.S., D.N.E.R., D.N.E.F. e D.N.P.R.C. e pelos empréstimos federais concedidos ao Estado e suas autarquias para investimentos.

# INVESTIMENTOS FEDERAIS

no R.G.S.



DZOS  
DZER  
DZEF  
DZPRC  
Empréstimos ao Estado

Segundo o mesmo gráfico, verifica-se que, em termos reais, os investimentos federais obedeciam a uma progressão constante de 1950 até 1954, passando de 313 para 751 milhões. A partir desse último ano, verificou-se uma queda vertiginosa destes investimentos reduzindo-se para 316 milhões no ano de 1955 caindo, ainda, mais para somente alcançar 248 milhões em 1956. Nos anos de 1957 e 1958, houve uma pequena reação, ficando, porém, os respectivos montantes muito aquém do investimento de 1954, tanto que não ultrapassaram de 53% daquele montante. No ano de 1959, registrou-se uma queda mais acentuada nas aplicações federais no Estado, as quais, em termos reais, reduziram-se a 293 milhões.

Isso quer dizer que, embora no ano de 1959 os investimentos tenham alcançado o montante de 1 bilhão e 947 milhões, em realidade eles significam menos que os 357 milhões aplicados em 1950; em outras palavras, com os recursos disponíveis em 1959, ficaram reduzidas as possibilidades de investimentos em obras públicas tais como rodovias, pontes, barragens, portos.

### Programas de Metas do Governo Federal

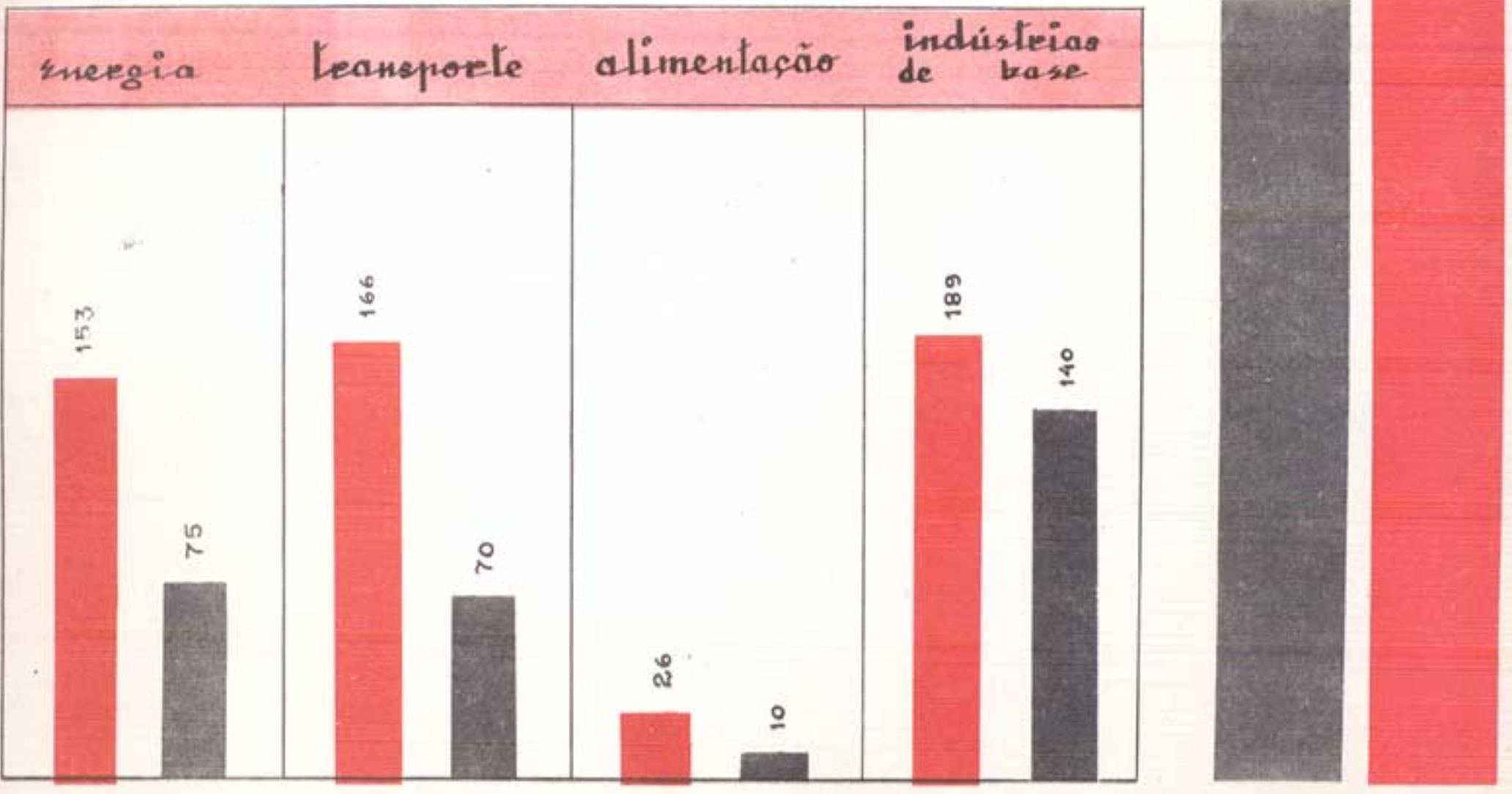
O Rio Grande do Sul, não é exagero dizer-se, ficou à margem do Programa de Metas do Governo Federal em execução no atual período presidencial. Não cabe aqui discutir as razões que justificaram a concentração de recursos, através do Programa de Metas, para promover o desenvolvimento das áreas centrais do País. Mas a verdade é que essa política de investimentos trouxe efeitos cuja repercussão escapou às previsões de seus autores. É de crer que ninguém poderia incluir em suas programações a depauperação de quaisquer áreas do território brasileiro, mas a realidade nos mostra, porém, que a persistência na atual orientação de concentrar recursos maciços somente em determinadas áreas está provocando o empobrecimento de outras. É o que os dados confirmam, relativamente ao Rio Grande do Sul.

O gráfico nº 31, apresenta-nos uma visão do volume do Programa de Metas do Governo Federal e de sua distribuição segundo os diversos setores, que abrangem - energia, transporte, alimentação e indústrias de base. Nêle também se inclui o montante geral previsto e o realizado até 1959, e sua distribuição pelos diversos setores.

# PROGRAMA *de* METAS *do Governo* FEDERAL

 INVERSÃO PREVISTA  
 INVERSÃO REALIZADA

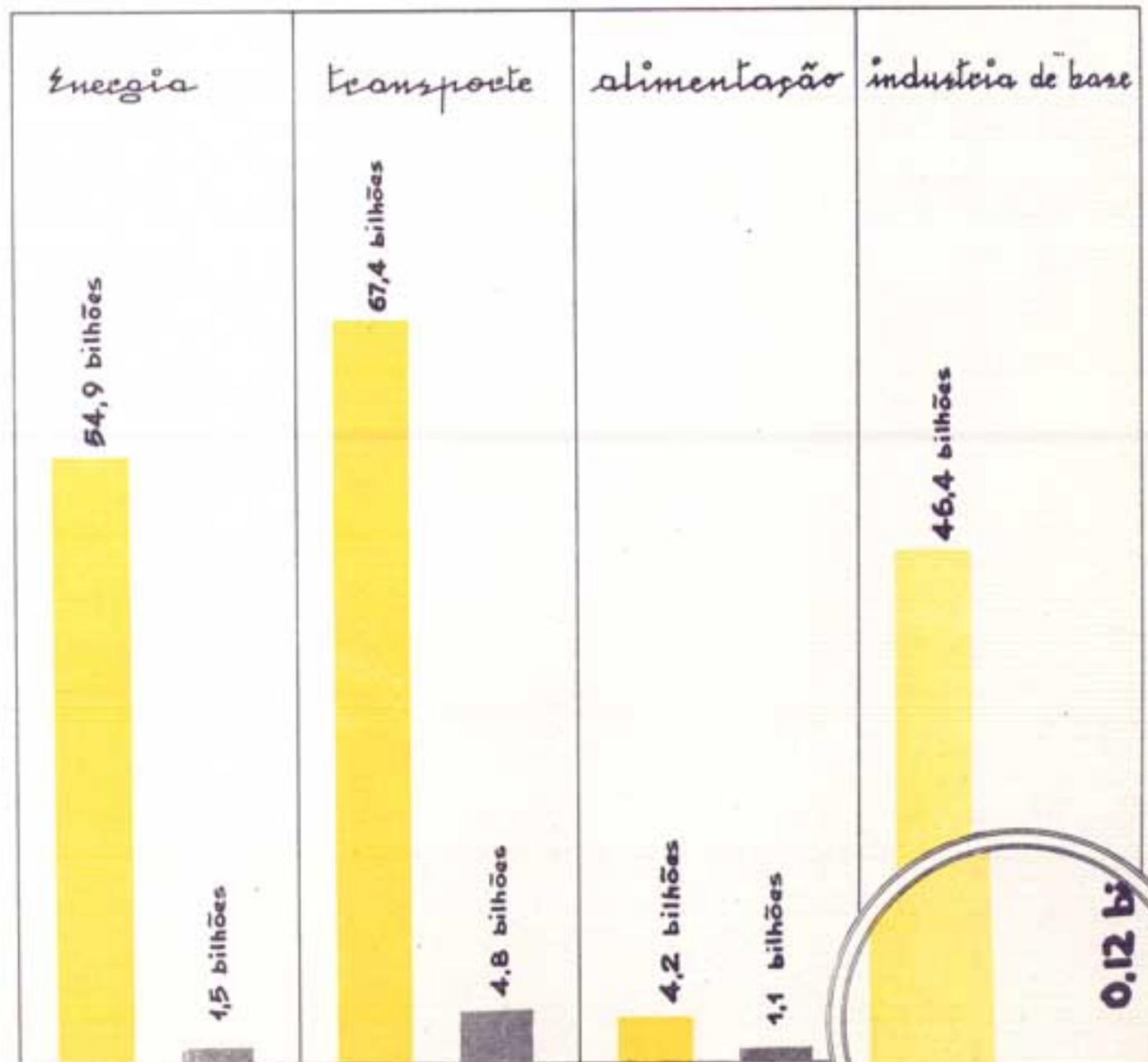
*em bilhões de cruzeiros*



# PROGRAMA DE METAS DO GOVÉRNO FEDERAL

APLICAÇÃO DO GOV. FED. NO PAÍS  
 APLICAÇÃO DO GOV. FED. NO R.G.SUL

*por setores*



75 bilhões

elaborado no G.A.P

# Estimativas

INVESTIMENTOS FEDERAIS E  
INVESTIMENTOS PRIVADOS CORRELATOS

*últimos 4 anos*

*novos empreendimentos*

NO PAÍS

± 300 BILHÕES

0,813 MILHÕES

NO R.G.S.

(0,3%) {  
Armazens  
Celul. Cambará  
Estaleiro Só  
Sid. Riograndense

REC. ORC.

TRIB. TAX. FUNDOS ESPECIAIS

REC. ESP.

FIN. BNDE E BB { P. PÚBLICO  
ENT. PRIV.

INV. PART. CORRELATOS

FAV. CAMBIAIS

FAV. FISCAIS

R.G.S. 10%

elaborado no G.A.P

O gráfico seguinte, nº 32, revela-nos as aplicações realizadas em todo o País, de acordo com o Programa de Metas, e, a parcela investida no Rio Grande do Sul. Até 31 de dezembro de 1959, os investimentos federais diretos, excluindo Brasília, eram da ordem de 173 bilhões de cruzeiros, e a parte aplicada neste Estado restringia-se somente a 7,5 bilhões, isto é, menos de 4,4%.

Uma distribuição equitativa do programa das inversões federais deveria destinar ao Rio Grande do Sul pelo menos uma parcela correspondente a 10% do total. O quadro nº 36 mostra-nos alguns dados que ilustram a significação econômica e financeira do Rio Grande do Sul na economia geral do País.

Este Estado possui 8% da população geral, mais ou menos 10% da população ativa; 8,1% da produção industrial, 11,2% da produção agrícola, 12,2% da população pecuária e 8,3% da receita tributária.

Vejamos agora a distribuição do Programa de Metas do Governo Federal segundo os diversos setores e sua aplicação neste Estado. No setor de ENERGIA as inversões no País somam 54,9 bilhões de cruzeiros, ao passo que a parcela aplicada no Rio Grande do Sul restringiu-se a 1,5 bilhões, ou seja, menos de 3%. No setor de TRANSPORTES foram aplicados 67,4 bilhões, cabendo ao Rio Grande do Sul 4,8 bilhões, isto é, cerca de 7% do total. Quanto ao setor de ALIMENTAÇÃO, para o que foram destinados recursos limitados, inferiores a 2,5% do total do Programa de Metas, coube ao Rio Grande do Sul, como não poderia deixar de ser, 1 bilhão e 100 milhões de cruzeiros, incluindo os programas de SILOS E ARMAZÉNS a cargo da Comissão Estadual de Silos e Armazéns. Por último, no setor das INDÚSTRIAS DE BASE, foi irrisória a parte dos investimentos destinada a êsse fim. Do total de 46,4 bilhões de cruzeiros, foram aplicados no Rio Grande do Sul apenas 120 milhões, o que corresponde a menos de 0,3%.

O programa de Metas reúne empreendimentos que estavam em curso e novas iniciativas do atual Governo Federal. No tocante às inversões destinadas aos novos investimentos, foi muito menos expressiva a parcela destinada ao Rio Grande do Sul. No painel nº 33 estão reproduzidas as estimativas sobre o montante das aplicações em novos empreendimentos previstos no programa de metas, em todo o País, e a parte investida no Rio Grande do Sul. Enquanto, se calculam em dados muito próximos da realidade, em 300 bilhões

<b>USIMINAS</b>	}	43 bilhões
<b>COSIPA</b>		
<b>GEIA</b> -----		65 "
<b>GEICON</b> -----		7 "
<b>FURNAS</b>	}	25 "
<b>3 MARIAS</b>		
		<hr/>
		140 bilhões

FAVORES CAMBIAIS

FAVORES FISCAIS

INVERSÕES PARTICULARES CORRELATAS

FINANC. B.B. E B.N.D.E. { Ent. P. Público  
Ent. Particulares

RECEITAS ESPECIAIS

TRIB. TAX. FUNDOS ESPECÍFICOS

REC. ORÇAM.

os investimentos federais e privados correlatos globais no País, os empreendimentos contemplados no Rio Grande do Sul até agora, no programa de metas, reduzem-se a 813 milhões, ou seja, cêrca de 0,3% do total.

No painel nº 34 estão reunidas algumas das iniciativas do programa de metas concentradas na região compreendida pelos Estados de São Paulo, Minas, Guanabara e adjacências, as quais somam a 140 bilhões. Os novos empreendimentos no Rio Grande do Sul até 1959 favorecidos pelo programa de metas são os armazens gerais construídos pelo Ministério da Agricultura, e os financiamentos concedidos à Cia. Celulose Cambará, ao Estaleiro Só e à Cia. Siderúrgica Riograndense.

Para todo o programa de metas, incluindo novos empreendimentos, programas anteriores em execução e construção de Brasília, estima-se um investimento global da ordem de 500 bilhões de cruzeiros. Neste total estão englobados todos os recursos mobilizados na execução do programa, ou seja, recursos orçamentários, tributos, taxas e fundos especiais, financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Banco do Brasil, para entidades públicas e privadas, inversões particulares correlatas, favores cambiais e favores fiscais. No tocante ao Rio Grande do Sul, êsses recursos não ultrapassam de dez bilhões de cruzeiros, o que representa uma percentagem ínfima de 2% do total. E isso graças à continuidade dos programas anteriores, como estradas federais, plano de eletrificação estadual, programa de silos e armazéns, ferrovias e saneamento.

- - - o o o - - -

### Desgaste Econômico

Procurando visualizar os fenômenos perturbadores da economia riograndense, foi elaborado o gráfico nº 38. É uma representação simbólica de uma tese que procura explicar o acentuado desgaste econômico que vem sofrendo a economia do Rio Grande do Sul.

Na parte superior do gráfico está representada a curva das emissões, que constituem fator preponderante do processo inflacionário.

No gráfico propriamente dito, a curva superior

# ESTIMATIVAS

NOVOS EMPREENDIMENTOS +  
PROG. EM ANDAMENTO + BRASÍLIA

NO PAÍS	± 500 bilhões (½ trilhão)
NO R.G.S.	± 10 " (Total, públicos e partic, incl. favores cambiais, 2%)

Rec. Orç.  
Trib. Tax. Fundos Especiais  
Rec. Esp.  
Fin. BNDE e BB { P. PÚBLICO  
                          { ENT. PRIV.  
Inv. Part. Correlatos  
Fav. Cambiais  
Fav. Fiscais

R. G. S. 10%

# SIGNIFICAÇÃO

## Econômica e Financeira

### DO

# RIO GRANDE DO SUL

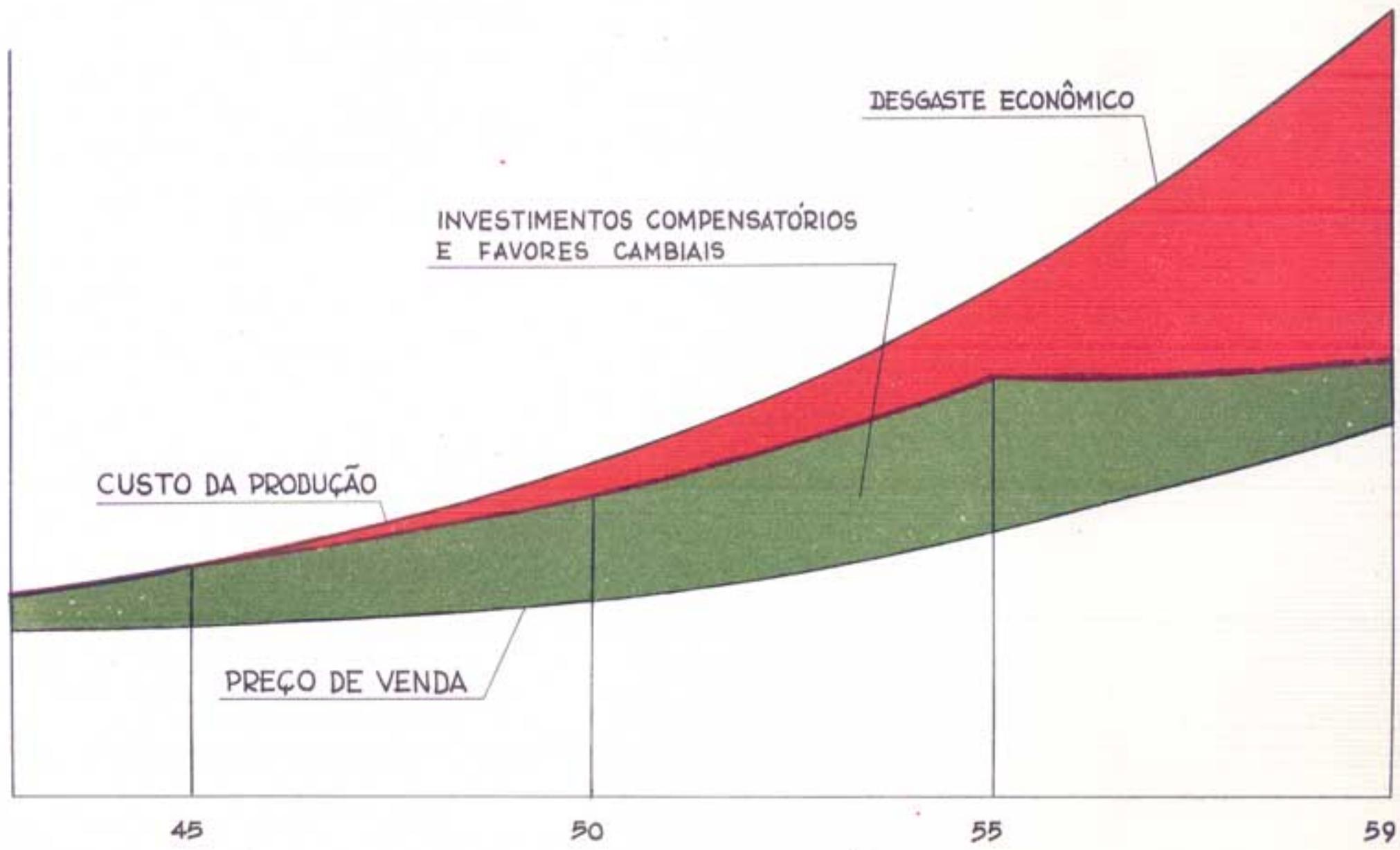
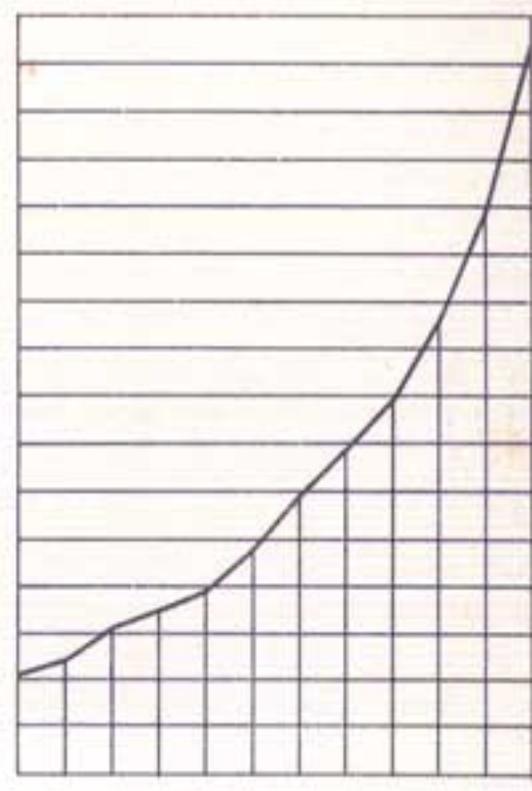


	Brasil	RIO GRANDE DO SUL		MINAS		S. PAULO	
		TOTAL	% S/ BRASIL	TOTAL	% S/ BRASIL	TOTAL	% S/ BRASIL
POPULAÇÃO GERAL 1957	65 743 000	5 244 000	8,0	8 886 000	13,5	11 672 000	17,8
PROD. INDUSTRIAL 1957 em milhões de cr\$	528 941	42 874	8,1	30 166	5,7	280 609	53,1
PROD. AGRÍCOLA 1958 em milhões de cr\$	209 054	23 311	11,2	25 923	12,4	57 911	27,7
POP. PECUÁRIA 1958 em milhões de cr\$	300 013	36 625	12,2	61 285	20,4	48 229	16,1
REC. TRIBUTÁRIA 1958 total - em milhões de cr\$	199 666	16 545	8,3	13 114	6,6	92 497	46,3

R.G.S. → ± 10%



*Representação Simbólica*  
do  
**DESGASTE**  
*Econômico*



**FATORES RESPONSÁVEIS PELA SITUAÇÃO**

- a) Investimentos federais insuficientes
- b) Elevação cambial para os materiais agrícolas
- c) Inexistência de bonificações

dá uma idéia da elevação dos custos da produção industrial referente aos bens consumidos pela agricultura e pela pecuária, que, como já foi acentuado, sofrem o impacto direto da elevação daqueles custos.

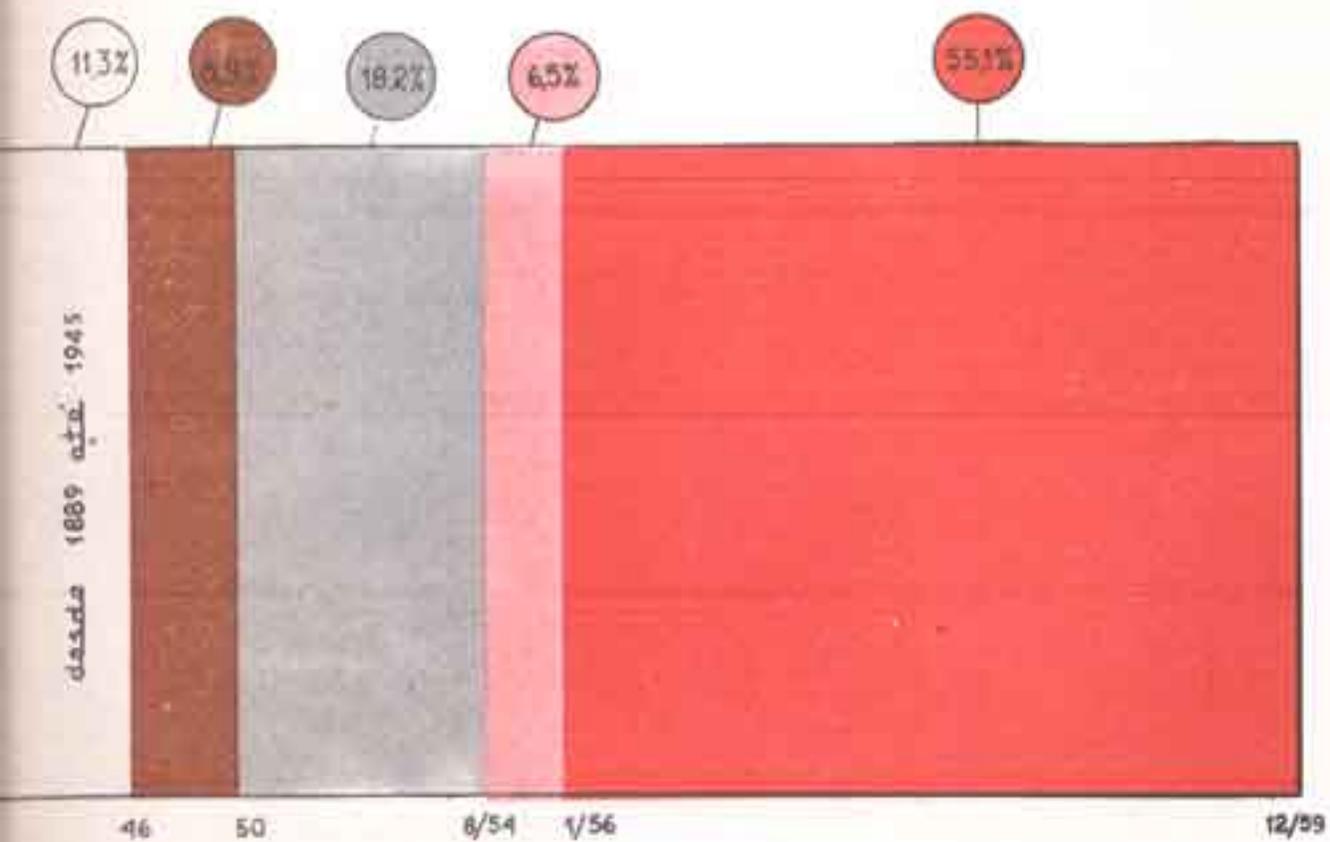
A progressão desta curva está correlacionada com o processo inflacionário, porque os preços destes fatores da produção se ajustam constantemente aos índices da inflação. Ela observa uma tendência para verticalização, assumindo contornos mais graves nestes últimos anos, bastando lembrar o crescimento acentuado dos índices de custo de vida em 1959 ( mais ou menos 50% ).

A curva inferior representa a ascensão dos preços agrícolas, cuja progressão se desenvolve sempre defasada em relação ao processo inflacionário. Enquanto os custos dos produtos manufaturados se reajustam constantemente, os preços dos produtos agrícolas só são revisados com atraso. Quanto mais alto o índice de inflação, no sentido da verticalização, tanto maior o afastamento da curva superior, o que vale dizer, maior disparidade entre os custos da produção e os preços de venda dos produtos agro-pastoris.

Este processo de desgaste da economia riograndense vinha sendo compensado pelos investimentos federais, e, posteriormente, também pela concessão de câmbio para a importação de bens para fins agrícolas, os quais beneficiavam este setor da produção, permitindo por um lado, a recuperação parcial do deficit e ensejando, por outro, o aumento da produção.

No entanto, a partir de 1955/1956, justamente quando se acentuava com maior intensidade o processo inflacionário, decresceram os benefícios cambiais e os investimentos federais.

# MEIO CIRCULANTE



	TOTAL EM CIRCULAÇÃO	EMIÇÃO
até 1945	17.535.269	17.535.269
1945 - 1950	31.205.244	13.669.975
1950 - 1955	69.339.910	38.134.666
1955 - 1959	154.621.100	85.281.190

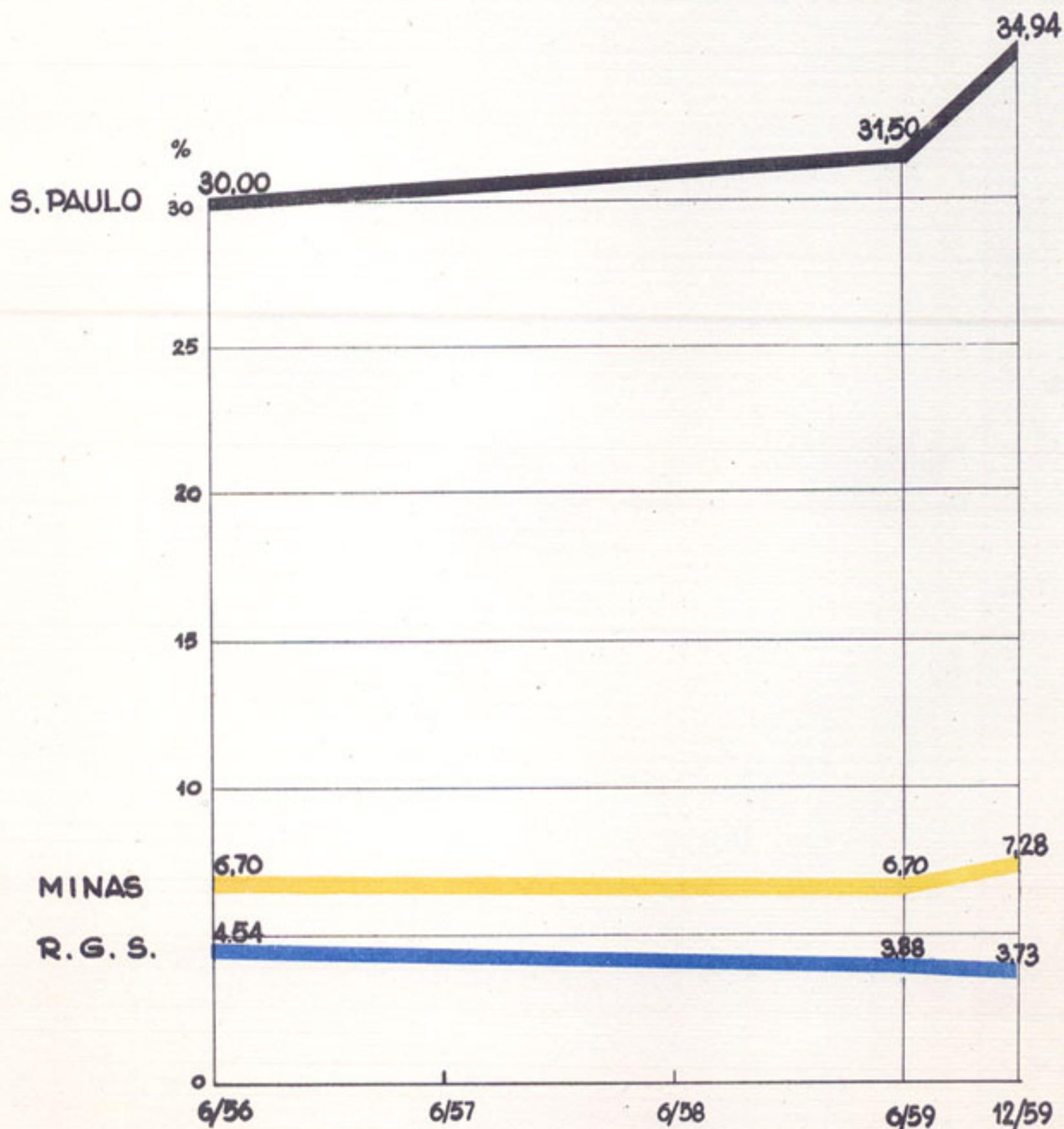
EM CR\$ 1000



elaborado no G.A.P

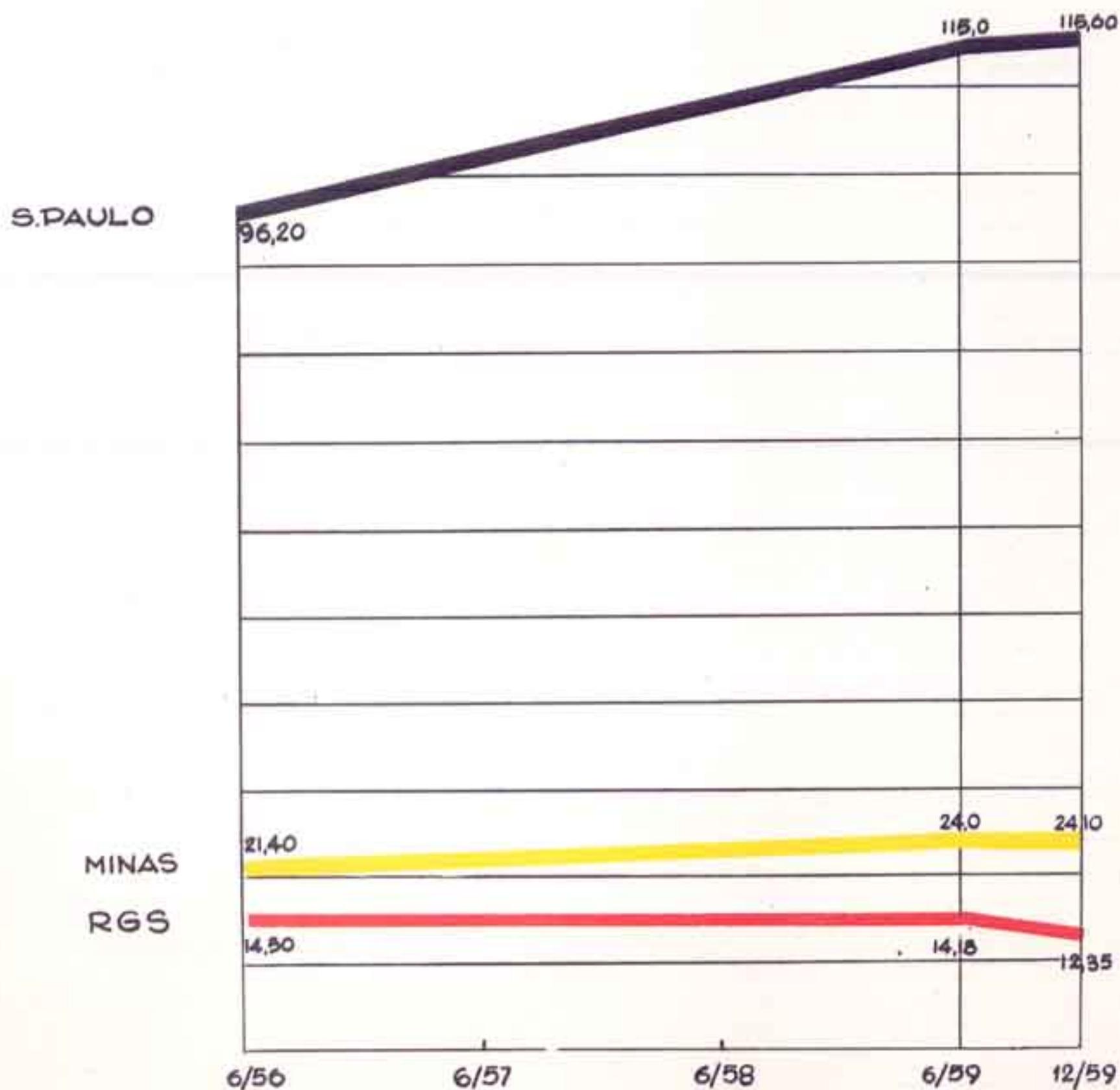
# DEPÓSITOS BANCÁRIOS

## % dos Estados



# DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Meio Circulante = 100



## DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A queda de ritmo do desenvolvimento no Rio Grande do Sul e sua estagnação nestes últimos anos, refletem-se nos depósitos bancários.

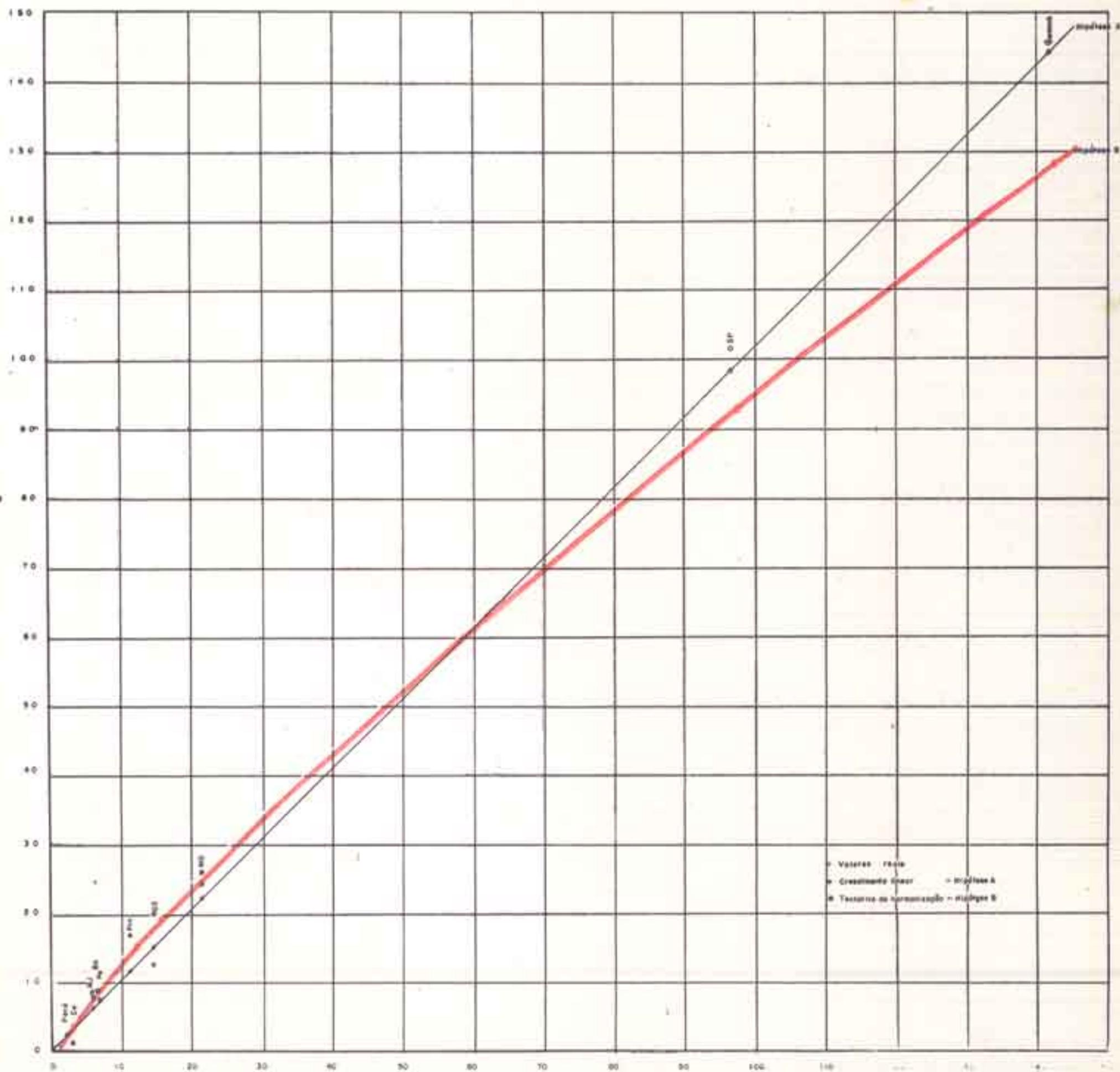
Em junho de 1956 os depósitos bancários no Estado correspondiam a 4,54% dos depósitos do País. Esta percentagem decaiu para 3,88% em junho de 1959 e para 3,76% em dezembro do mesmo ano, ao passo que, em igual período, os depósitos nos bancos do Estado de São Paulo se elevaram de 30 para 31,5 e para 34,94% e no Estado de Minas Gerais, nas mesmas épocas, os depósitos bancários correspondiam a 6,70, 6,60 e 7,28% do total geral. Vê-se, portanto, que enquanto em São Paulo e Minas Gerais ocorriam elevações de depósitos além de um crescimento proporcional, no Rio Grande do Sul se verificava situação totalmente inversa, como se pode notar pelo gráfico nº 40.

Em relação ao meio circulante, os depósitos bancários no Estado, nas mesmas datas, estavam representados pelos relativos 14,5, 14,18 e 12,35. Vale dizer: revelam uma tendência descensional (gráfico nº 41). O gráfico nº 42 mostra-nos a progressão dos depósitos bancários nesses três Estados, e do meio circulante.

A pouca expressão dos depósitos bancários no Estado não é só um reflexo da situação econômica, mas, também, uma consequência que reage sobre suas causas, tornando-as mais graves. Tanto é assim, que faltam muitas vezes no Estado recursos suficientes para financiar, normalmente, sem medidas de exceção, a comercialização de safras, embora reduzidas.

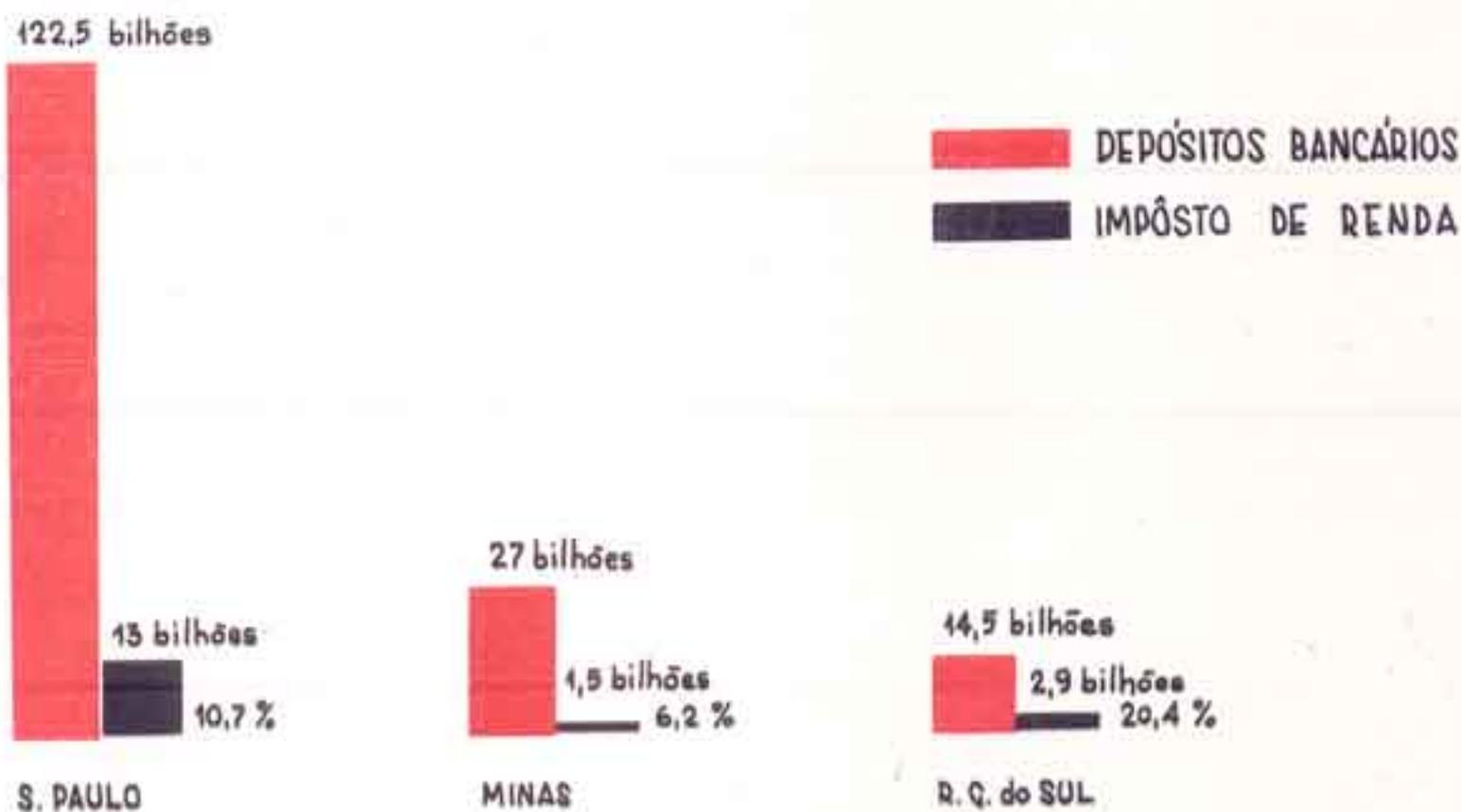
É inegável que a acentuada redução das percentagens dos depósitos bancários no Estado tem se agravado nos últimos tempos, tornando-se crítica no segundo semestre do ano passado. Basta dizer-se que houve neste período uma queda de 13% em sua significação quanto ao meio

# AJUSTAMENTO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS em 1959 com relação a 1956

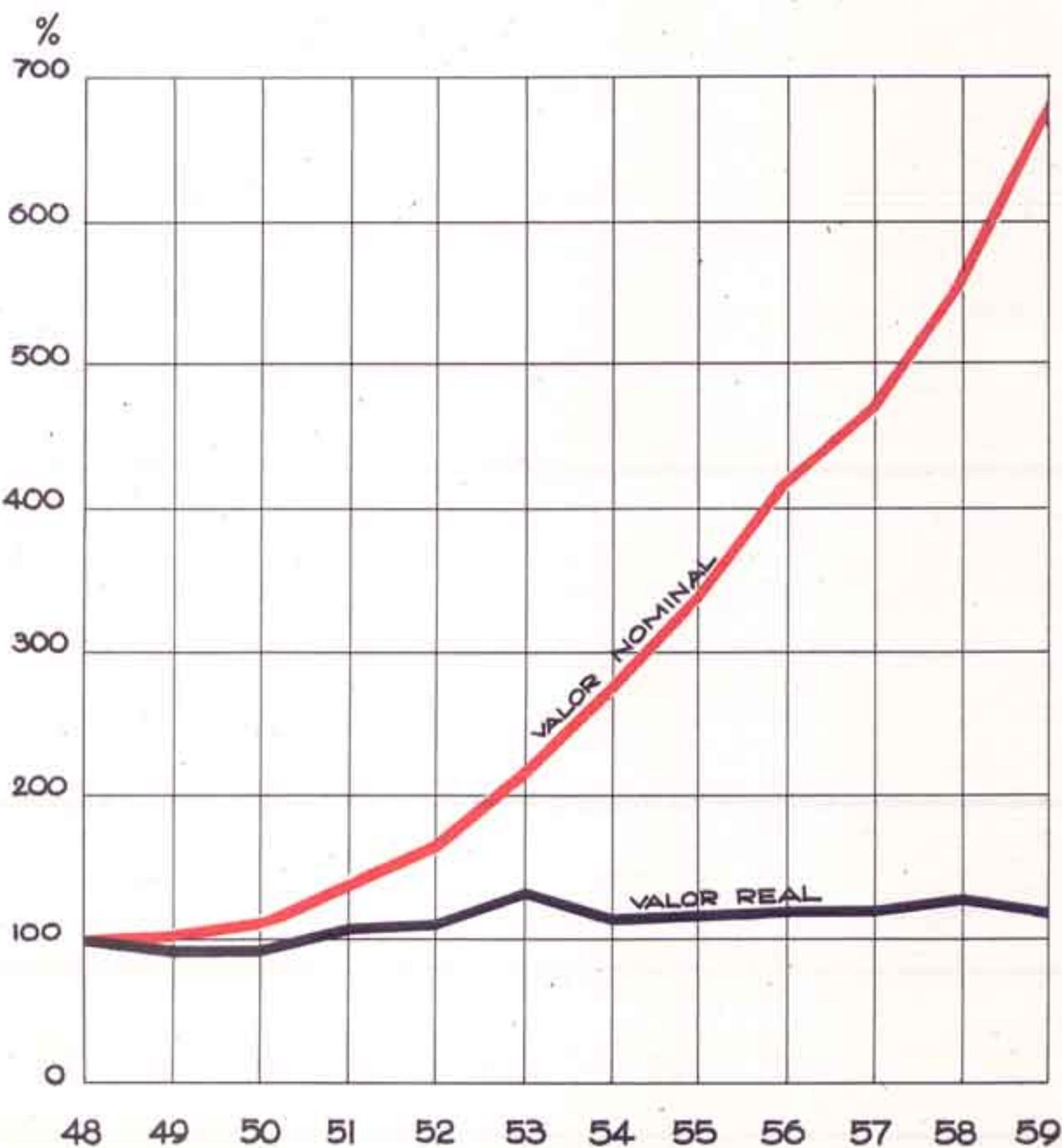


# DEPÓSITOS Bancários e Imposto de RENDA

em dezembro de:	SÃO PAULO			MINAS GERAIS			R. G. do SUL		
	Depósitos	Imp. Renda	%	Depósitos	Imp. Renda	%	Depósitos	Imp. Renda	%
1955	63 551	8 128	12,8	14 866	986	6,6	7 756	1 775	22,9
1956	75 439	10 132	13,4	16 545	1 186	7,2	9 786	2 352	24,0
1957	103 945	10 866	10,5	22 772	1 340	5,9	12 571	2 541	20,2
1958	122 478	13 078	10,7	27 159	1 683	6,2	14 345	2 927	20,4

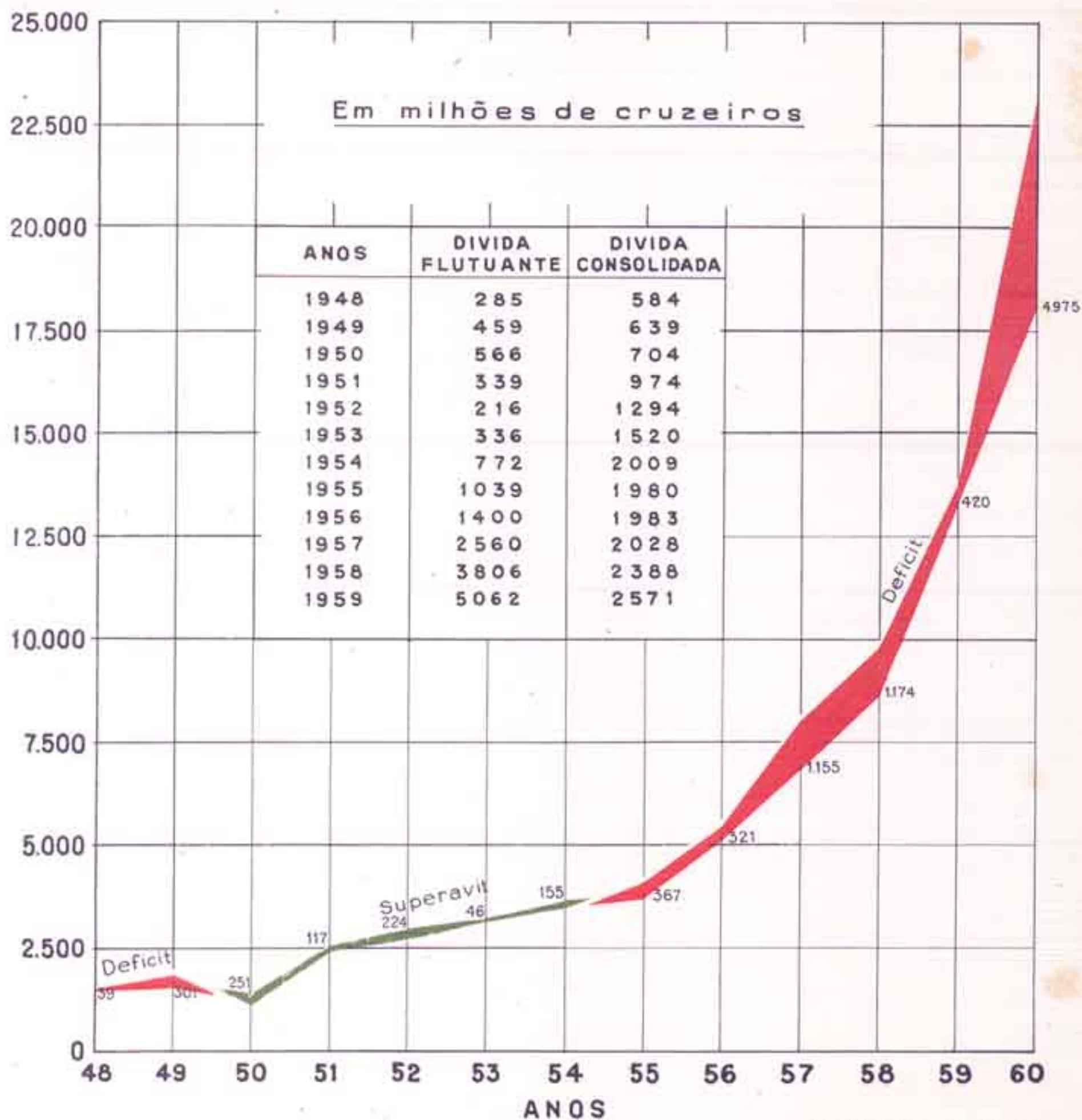


# Receita de **IMPOSTOS**



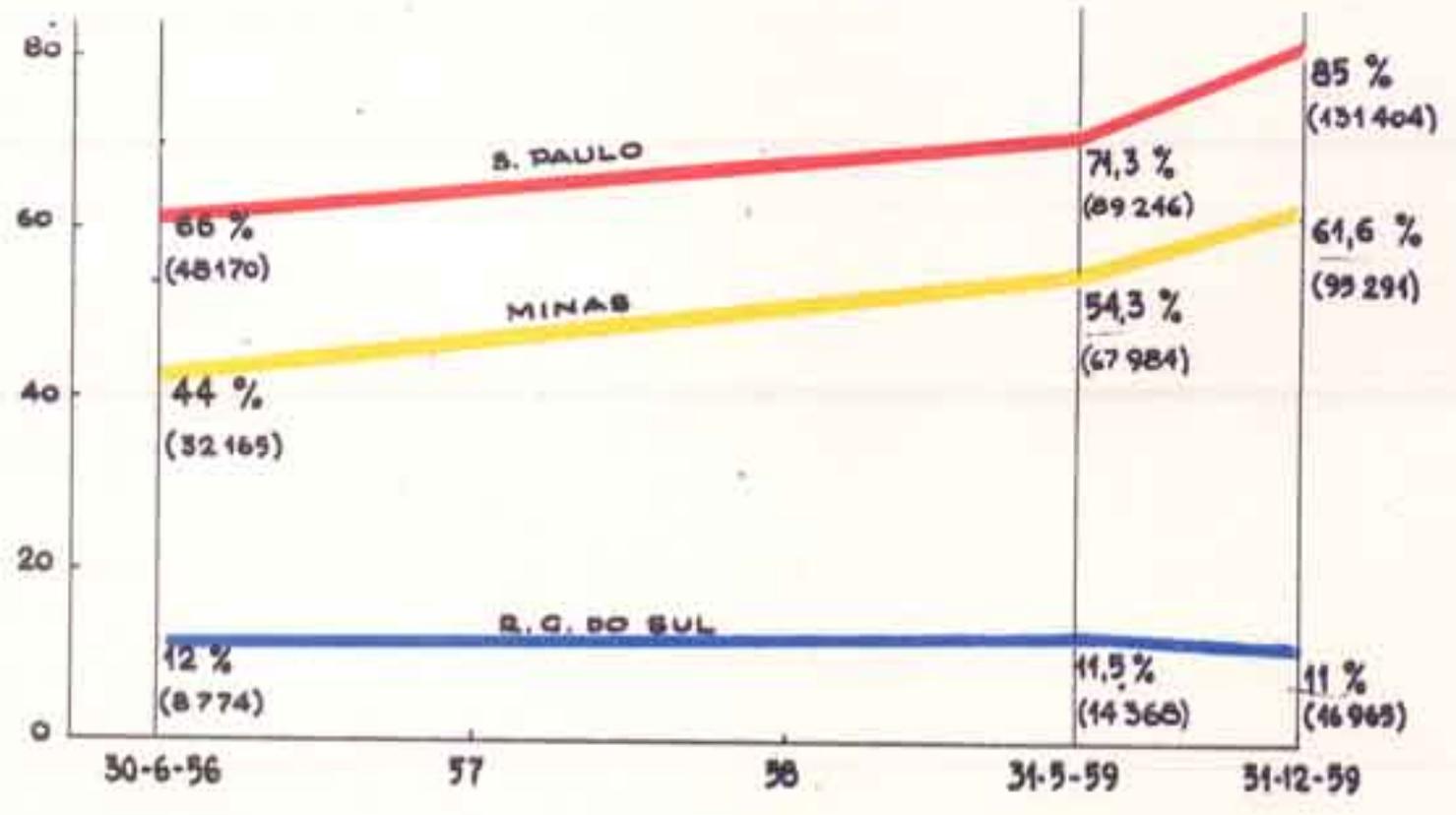
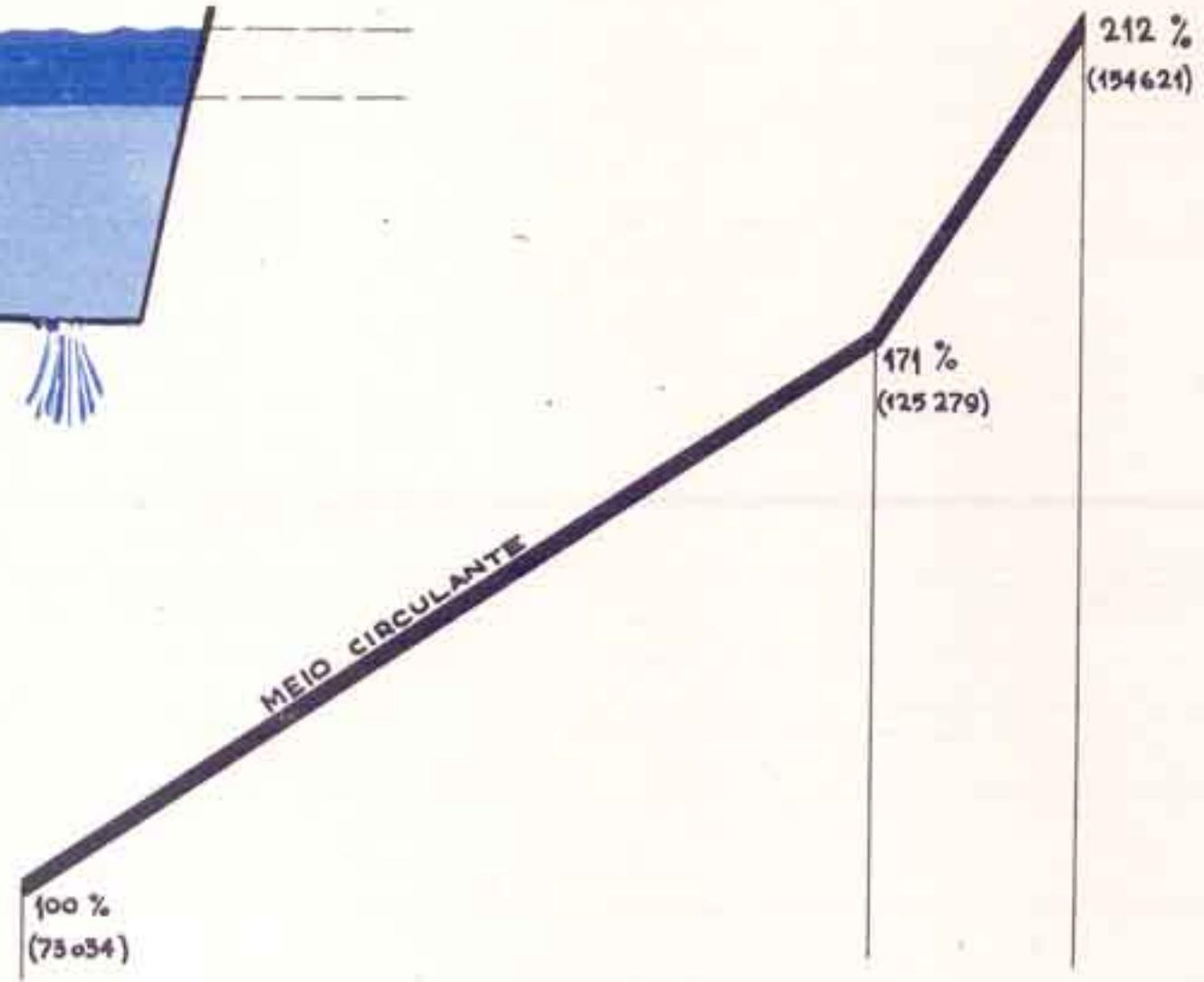
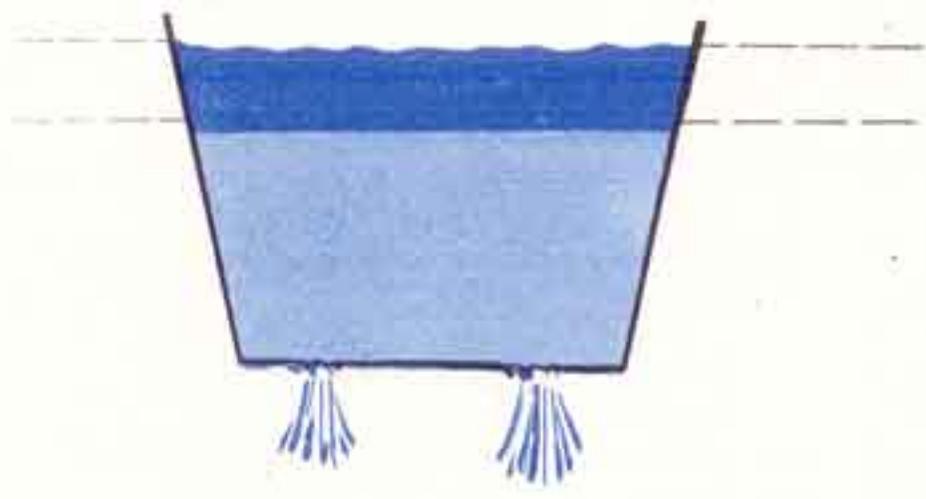
# FINANÇAS do ESTADO

*Vendas e Consignações - 6%*



elaborado no G.A.P.

# Meio Circulante — — Depósitos Bancários



elaborado no G.A.P

circulante.

O ajustamento dos depósitos bancários existentes em 1959 à posição de 1956, e referidos ao respectivo meio circulante, poderia ser feito segundo duas hipóteses: na primeira, admitir-se-ia que o crescimento dos depósitos bancários se faz linearmente, segundo uma taxa comum a todos os Estados; na segunda se admitiria que o crescimento não se fizesse de maneira uniformemente linear, notando-se, ao invés, uma leve tendência de estabilização no desenvolvimento das regiões já muito desenvolvidas em favor de um crescimento algo mais acentuado das regiões subdesenvolvidas. É evidente que esta segunda solução é mais defensável que a primeira, posto que esta implicaria numa acentuação cada vez maior dos desequilíbrios regionais.

A segunda hipótese corresponde a uma tentativa de harmonização no incremento dos depósitos bancários nas diversas regiões do País.

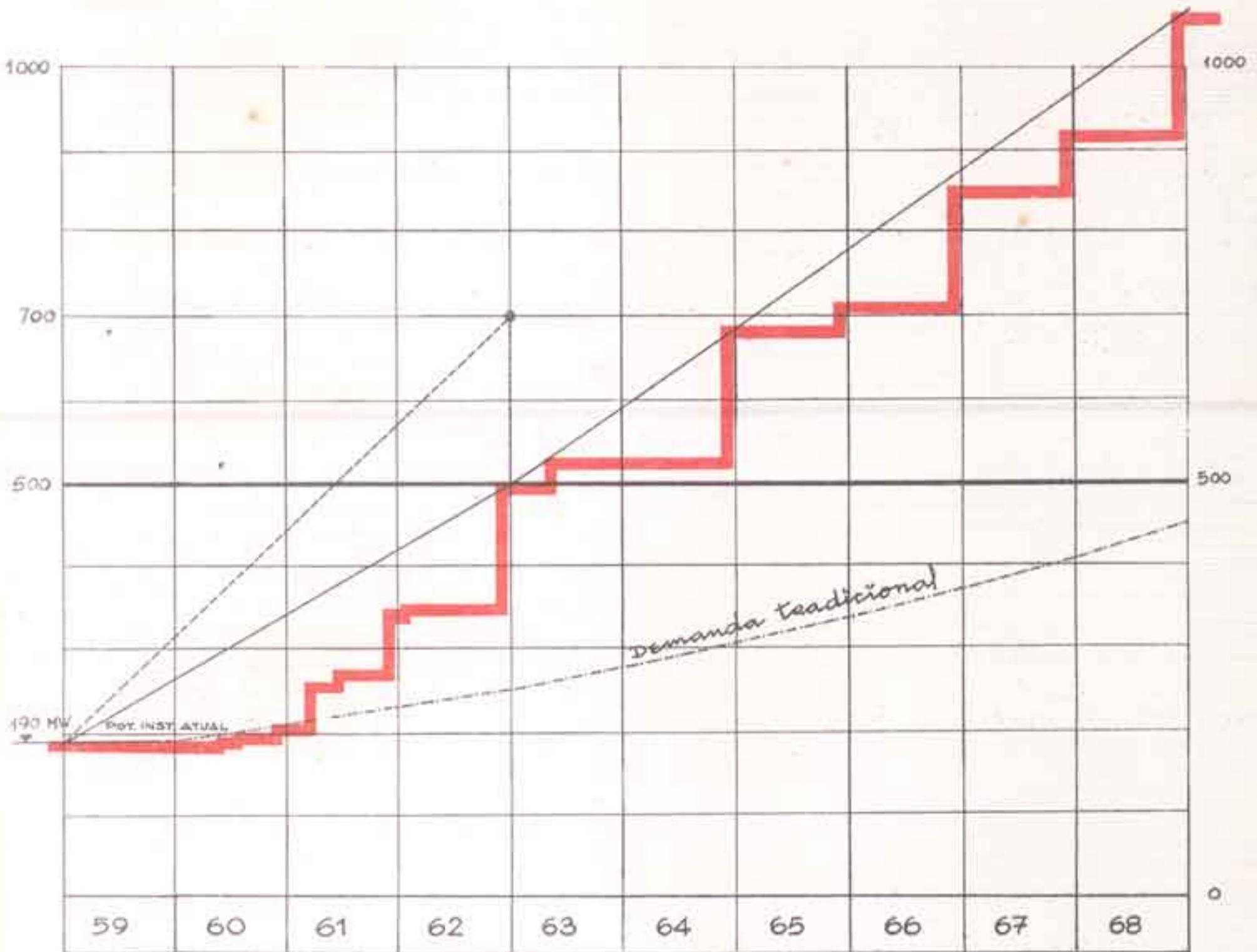
A curva B, constante do gráfico nº 43, demonstra que é maior a deficiência dos depósitos existentes no Estado, os quais deveriam corresponder a um montante equivalente a 18,08% do meio circulante, ou seja, 27 bilhões e 955 milhões de cruzeiros em dezembro de 1959. Calcula-se, por conseguinte, uma deficiência de depósitos da ordem de 8 bilhões e 853 milhões de cruzeiros.

De acordo com a primeira hipótese, os depósitos bancários nos diversos Estados da Federação, deveriam seguir a linha reta "A" constante do gráfico nº 43. Os pontos superiores indicam alguns Estados cujos depósitos cresceram além desse limite; de todos os principais Estados da Federação representados no gráfico, o único que apresentou um crescimento de depósitos bancários inferior ao limite estabelecido foi o Rio Grande do Sul. Segundo essa hipótese, os depósitos bancários no Estado deveriam atingir ao montante correspondente a 14,86% do meio circulante, ou seja, de 22 bilhões e novecentos e setenta e quatro milhões de cruzeiros; como existem somente 19 bilhões e 102 milhões, há uma deficiência da ordem de 3 bilhões e 872 milhões de cruzeiros.

Adotando a primeira hipótese, que apresenta uma situação menos favorável, para que o Estado possa manter a mesma posição de 1956 necessitaria contar com mais 3

bilhões e 872 milhões de cruzeiros de depósitos, o que se traduz em uma deficiência aproximadamente de 15 bilhões de cruzeiros em créditos, se considerarmos uma rotação mé dia anual de quatro vezes o valor dos depósitos.

# ENERGIA



5.900 kW USINAS DIESEL  
5.000 kW FRONT. OESTE - refôrço usinas Jocaís

45.000 kW CHARQUEADAS - 1ª etapa  
20.000 kW CANDIOTA - 1ª etapa  
10.500 kW USINAS DIESEL - FRONT. OESTE - refôrço us. loc.

70.000 kW JACUÍ - GRUPOS 1-2-3  
2.500 kW TURBO GRUPO URUGUAYANA

152.000 kW JACUÍ - 4ª e 5ª grupos + 5. JERÔNIMO 3ª etapa  
USINA DE ALECRISTE - CANDIOTA 2ª e 3ª  
23.000 kW JACUÍ - 6ª grupo

160.000 kW 6. JERÔNIMO OU CHARQUEADAS (ampliação)  
PASSO FUNDO - 1ª e 2ª grupos

92.500 kW PAREDÃO - 1ª grupo

142.500 kW FUNDO 3ª e 4ª grupos - PAREDÃO 2ª grupo

70.000 kW RIO DAS ANTAS - 1ª etapa

140.000 kW 2. DAS ANTAS 2ª etapa + TAINHAS

## FINANÇAS DO ESTADO

A receita pública estadual que tem a sua maior expressão no Imposto sobre Vendas e Consignações traduz com certa fidelidade o que ocorre com a economia riograndense. O gráfico nº 45 expressa a curva do valor nominal da receita dos impostos estaduais e esta mesma receita deflacionada segundo os índices do custo de vida em Porto Alegre, a partir do ano de 1948. Para permitir uma apreciação exata da receita em termos reais, as alíquotas do Imposto de Vendas e Consignações, nos anos de 1957 a 1959 foram alteradas para 3%, que correspondia às vigorantes no período de 1948 a 1956.

A partir do ano de 1948, a curva da receita real indica uma queda de arrecadação nos anos de 1949 e 1950, seguindo-se um crescimento até o ano de 1953, que corresponde ao maior índice de arrecadação em toda a série (um aumento de 33% sobre o ano base). Em todos os anos que se seguiram a 1953, não houve nenhum exercício em que a arrecadação tivesse alcançado o índice daquele ano. Em outras palavras, desde o ano de 1953 que a receita pública estadual se encontra estacionária. Em nenhum ano ultrapassou o índice 120, a não ser no ano de 1958, que alcançou a 129, porém inferior ao de 1953. Segundo dados definitivos e que não constam do gráfico, a arrecadação real no ano de 1959 acusou uma sensível queda, caindo o índice para 120.

As necessidades públicas que o Estado Moderno deve atender, se ampliam e se diversificam, sempre reclamando maiores somas de recursos financeiros para ocorrer-las. Por não poder esquivar-se ao atendimento desses reclamos de ordem pública, e por não dispor de recursos suficientes em face da estagnação de sua receita real, o Estado do Rio Grande do Sul passou a enfrentar "deficits" financeiros continuados, como nos revela o gráfico nº 46. É oportuno esclarecer que a ocorrência de superavit nos

exercícios de 1950 a 1954 resulta, principalmente, da inclusão no elenco da receita, de produtos de empréstimos consolidados realizados.

Impende ressaltar que a disparidade de crescimento entre os preços da produção agro-pastoril e os produtos manufaturados, engendrada pelo processo inflacionário e pela aplicação unilateral do sistema de ágios, repercute desfavoravelmente sobre as finanças estaduais. O Tesouro do Estado, de um lado arrecada impostos que incidem, principalmente, sobre a produção primária, ou seja, sobre bens cujos preços estão aviltados, e, por outro lado, suporta despesas que geralmente correspondem a preços altamente inflacionados.

O regime de déficit que as finanças estaduais vêm suportando, reflete-se no volume de sua dívida flutuante, que se elevou de 285 milhões de cruzeiros em 1948, para 5 bilhões e 62 milhões em 1954, bem como sobre a dívida consolidada, que em igual período passou de 584 milhões para 2 bilhões e 571 milhões. Embora o montante da dívida consolidada não possa ser considerado excessivo, o saldo da dívida flutuante representa um elevado ônus que sobrecarrega o tesouro estadual.

## OBSERVAÇÕES FINAIS

A descrição de alguns aspectos mais significativos da economia riograndense permite, em uma primeira tentativa, apontar, suscintamente, os reflexos mais evidentes da atual situação econômica que atravessa o Estado.

### Na Agricultura e Pecuária

Diminuição dos rebanhos bovinos e ovinos. Empobrecimento das terras, por falta de um tratamento adequado de recuperação. Queda do rendimento das lavouras. Deterioração das instalações e benfeitorias das propriedades agrícolas. Falta de recursos para investimento em melhorias das propriedades. Ambiente de desestímulo geral e de indiscutível empobrecimento.

### Na Indústria

Ausência de novas iniciativas, agravada pela redução do número de estabelecimentos. Deficiência de recursos para novos investimentos, impossibilitando a modernização do parque industrial e, conseqüentemente, a estagnação da produção. Retraimento dos créditos - evasão do meio circulante - com graves prejuízos para a própria movimentação comercial da produção, manifestada através da dificuldade de descontos de títulos, ocasionada pela deficiência da rede bancária local. Processo de marginalização do parque industrial riograndense, ocasionando altos custos e conseqüente afastamento do mercado nacional para limitar-se ao mercado local. Em conseqüência do desajustamento às condições de produção do parque nacional e por falta de matérias primas, algumas empresas cerraram suas portas e outras se transferiram para o centro do País.

### Nos Investimentos

Redução das possibilidades de investimentos públicos e privados. Certos investimentos de infra-estrutura, básicos para o desenvolvimento do Estado, foram quase que paralizados, como o Plano de Eletrificação, o Plano Rodoviário e outros.

### Nas Disponibilidades Financeiras

Decréscimo dos meios financeiros no Estado. Flagrante desproporção destes, mesmo em relação à produção estagnada. Redução das possibilidades de crédito, que se estima em mais ou menos 15 bilhões de cruzeiros.

### Nas Finanças do Estado

Agravamento da situação deficitária. Progressão desproporcional da dívida flutuante. Dramática ascensão do déficit orçamentário no corrente exercício (mais ou menos 5 bilhões para uma receita de menos de 20 bilhões), não obstante a elevação do Imposto de Vendas e Consignações (5,4 para 6%, incluindo adicionais), a que o Estado se viu compelido a adotar, afim de reduzir as proporções do déficit previsto.

### Nos Aspectos Sociais

Aumento considerável do desemprego em todo o Estado, em proporções inéditas na história econômica do Rio Grande.

\* \* \*

Podemos, assim, constatar a existência de um quadro de dificuldades e empobrecimento geral e progressivo do Estado.

Tal situação, em face de todos os índices e aspectos acima particularizados, tende a se agravar, bastan-

do, para confirmar essa assertiva, o que se verifica com relação aos depósitos bancários no Estado - nos últimos 6 meses de 1959 houve uma queda maior do que nos últimos 3 anos assim como, no último ano, um descenso maior do que nos 2 anos anteriores.

Este é, em tese, também o quadro de todo o Brasil agrícola. No Rio Grande do Sul, porém, assume aspectos de maior gravidade, pois outras regiões agrícolas tiveram a compensação dos investimentos federais, como no caso de São Paulo e Minas Gerais. A agricultura no Rio Grande do Sul sendo mais mecanizada do que a de outros Estados da Federação, sofre, em razão disto, mais intensamente os efeitos da alta dos preços dos produtos manufaturados, importados de outros Estados e do exterior, consumidos em sua produção. Leve-se em conta, também, que o Estado utiliza uma mão-de-obra valorizada e cultiva terras de alto preço. Por outro lado, a significação econômica do Estado (representando mais ou menos 10% da renda nacional) e sua característica de economia agro-pecuária, sofre com mais intensidade os efeitos do desgaste a que está exposta a sua produção. Na situação atual, o intenso regime de trocas que se desenvolve entre o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (atualmente circulam cerca de 5 mil caminhões na BR-2) longe de constituir um fator de enriquecimento, paradoxalmente, está acelerando o processo de empobrecimento do Estado. Enfim, é o Rio Grande do Sul, a área que recebe o maior impacto da situação atual.

Argumenta-se que o Banco do Brasil, através de suas linhas de crédito, tem socorrido largamente a economia riograndense. Em verdade não podia deixar de ter crescido o número de postulantes de créditos junto ao estabelecimento oficial, à proporção que a rede bancária gaúcha, em razão do próprio processo de depauperamento, tornava-se cada vez mais debilitada. O exame meticoloso da natureza dos créditos concedidos pelo Banco do Brasil ao Rio Grande do Sul leva-nos à conclusão de que, em sua generalidade, não contribui para a melhoria das condições atuais da economia. Trata-se de empréstimos que interferem na produção e na comercialização das safras, e não concorrem para a modificação estrutural da agricultura e pecuária riograndenses. Pode-se mesmo dizer, adotando uma analogia de cunho biológico, que agem como "morfina" em alguns casos ou como "plasma" noutros, mas sempre num organismo que fisiologicamente está perdendo substân-

cia.

Entre as linhas de crédito do Banco do Brasil adquirem expressão os redescontos, os financiamentos de entre-safras e os financiamentos para a comercialização de safras, sendo que só uma parte relativamente pequena é destinada a financiar investimentos na agricultura e na pecuária.

O redesconto, para uma economia em processo de desgaste, funciona como um líquido corrosivo - ativa o desgaste, que se manifesta claramente ao se liquidarem as operações de redesconto.

As operações de financiamento de entre-safras e de comercialização dos produtos em nada melhoram as condições deficitárias da produção, e as pequenas parcelas destinadas aos investimentos na agricultura não exercem função diferente das anteriores, porque estão concentradas no financiamento de compra de maquinária e implementos agrícolas por preços elevados. Os financiamentos, que poderiam contribuir para a alteração do quadro atual, como os destinados à melhoria das condições estruturais da agricultura e da pecuária riograndenses, são pouco significativos.

Em todo este panorama da economia riograndense, pelos motivos apontados, torna-se cada dia mais necessária e reclamada a intervenção do Banco do Brasil.

## SOLUÇÕES

Para superar a presente crise, é nossa suposição que são necessárias três ordens de soluções:

- a) Soluções de emergência (principalmente de ordem financeira, que venham normalizar o meio circulante na região).
- b) Medidas para sustar o processo de desgaste econômico (efeito de barragem sobre a evasão).
- c) Medidas destinadas a promover o desenvolvimento econômico (recuperação da prosperidade e expansão da economia).

\* \* \*

Ao concluir estas observações sobre a situação econômica do Rio Grande do Sul, e ao alinhar os seus reflexos mais significativos, o Governo do Estado confia em que a douta Comissão de Alto Nível, e os eminentes membros e técnicos do Conselho Nacional de Economia, representados por personalidades altamente responsáveis pelos destinos econômicos de nossa Pátria, sugiram, especificamente, as medidas que devam ser tomadas para recolocar o Rio Grande do Sul no caminho do progresso.

Porto Alegre, Junho de 1960.